

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - UPE  
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO DE PERNAMBUCO – FCAP  
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL  
- GDLS

JORGE ANDRÉ CORREIA DE MELO

**Cooperação federativa entre Estado e Município: o caso do  
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da  
Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA) no Município de  
Glória do Goitá – PE.**

RECIFE

2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - UPE  
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO DE PERNAMBUCO – FCAP  
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL  
- GDLS

Jorge André Correia de Melo

Cooperação federativa entre Estado e Município: o caso do Programa de Apoio ao  
Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA) no  
Município de Glória do Goitá – PE.

Dissertação apresentada ao Mestrado  
Profissional em Gestão do Desenvolvimento  
Local Sustentável (GDLS), da Universidade  
de Pernambuco (UPE) - Faculdade de  
Ciências de Administração de Pernambuco  
(FCAP), como requisito para obtenção do  
título de Mestre em Gestão do  
Desenvolvimento Local Sustentável.

Orientador: Dr. Ivo Vasconcelos Pedrosa

Recife, 2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Leucio Lemos  
Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco – FCAP/UPE

M528c Melo, Jorge André Correia de

Cooperação federativa entre Estado e Município: o caso do programa de apoio ao desenvolvimento sustentável da zona da mata de Pernambuco (PROMATA) no município de Glória do Goitá – PE / Jorge André Correia de Melo; orientador: Ivo Vasconcelos Pedrosa. – Recife, 2009.

133 f.: il.; graf., tab. -

Dissertação (Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável). Universidade de Pernambuco, Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco, Recife, 2009.

1. Desenvolvimento local sustentável. 2. Políticas públicas. 3. PROMATA. 4. Glória de Goitá - PE. I. Pedrosa, Ivo Vasconcelos (orient). II. Título.

502.131.1 CDU (2007)  
Edna Meirelles - CRB-4/1022

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - UPE  
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO DE PERNAMBUCO – FCAP  
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL  
- GDLS

Jorge André Correia de Melo

Cooperação federativa entre Estado e Município: o caso do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA) no Município de Glória do Goitá – PE.

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável (GDLS), da Universidade de Pernambuco (UPE) - Faculdade de Ciências de Administração de Pernambuco (FCAP), como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável.

Área de concentração: Aspectos Ambientais e Políticas Públicas com foco no Desenvolvimento Local Sustentável.

Orientador: Dr. Ivo Vasconcelos Pedrosa

Data da aprovação: 17/07/2009

Banca examinadora:

---

André Luiz de Miranda Martins

---

Andrea Karla Pereira da Silva

---

José Eduardo Moura

Recife, 2009

## **AGRADECIMENTOS**

Seria impossível nomear todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para esta dissertação. Contudo, não poderia deixar de agradecer especialmente:

Ao professor Ivo Vasconcelos Pedrosa, meu orientador que, sabiamente, guiou meus passos. Uma presença atenta e competente, minha eterna gratidão e amizade.

Aos membros da banca de defesa da dissertação – os professores Andrea Karla Pereira da Silva, André Luiz de Miranda Martins e José Eduardo Moura – pelas importantes sugestões feitas para a versão final, devendo ser registrado que eles não são responsáveis por falhas remanescentes.

A todos os professores do Mestrado GDLS, em especial ao professor Emanuel Leite e às professoras Maria de Fátima Gomes e Niédja Oliveira, pelas suas inestimáveis contribuições à minha formação.

À querida Célia Ximenes, secretária do Mestrado, dedicada e atenciosa com todos os mestrandos.

Aos meus amigos Pollyana Sitônio e Clayvson Vieira, que também estão nesta caminhada.

Ao PROMATA, que me permitiu conhecer os Programas em prol do Desenvolvimento Sustentável e a sua colocação em prática. Em especial ao Professor Roberto Salomão em Recife, pois sem sua ajuda a minha pesquisa seria impossível, e aos técnicos Arq. Leonardo Araújo e a Arq. Cristina Mações. No escritório de Glória do Goitá, meu muito obrigado à senhora Fátima Laurentino, pelo apoio.

À Prefeitura de Glória do Goitá, na pessoa do Prefeito Sr. Djalma Paes, e principalmente à Vereadora Sra. Luiza Nery pela ajuda, ordenação e coordenação dos entrevistados, meu muito obrigado.

Ao Conselho de Desenvolvimento de Glória do Goitá, na pessoa da Sra. Maria de Fátima, meu muito obrigado.

À minha família: minha esposa Ana Paula Aguiar; meu irmão, meus cunhados e cunhadas e à minha preciosa felicidade chamada Ana Clara, pelo apoio afetivo incondicional.

E, sobretudo a Deus. Sem ele nada faria sentido.

## RESUMO

Esta dissertação de mestrado foi focada na promoção do desenvolvimento sustentável em um cenário em que prevalece uma economia paralisada, a instalação da pobreza e da desigualdade social, somadas a uma forte degradação ambiental, onde está localizado o Município de Glória do Goitá, região da zona da mata norte do Estado de Pernambuco. Foi realizado um estudo do Programa de Desenvolvimento da Zona da Mata de Pernambuco – PROMATA, com o objetivo de avaliá-lo, quanto à sua capacidade de promoção do desenvolvimento sustentável local. O estudo fundamentou-se nas concepções de desenvolvimento sustentável, poder local, arranjos produtivos locais, economia solidária, bem como do governo municipal no Brasil. Examinaram-se as políticas públicas promotoras da diversificação econômica e as estratégias do PROMATA na promoção do desenvolvimento de Glória do Goitá. Especificamente, buscou-se avaliar o processo de implementação do Projeto de Fortalecimento da Gestão Municipal do PROMATA ou, mais explicitamente, analisar os principais resultados obtidos por esse projeto, como suporte e facilitador da instalação de um processo de desenvolvimento sustentável, em um ambiente onde prevalecem os ideais desenvolvimentistas tradicionais. Utilizou-se o método dedutivo tradicional, operacionalizado pela análise de dados documentais e entrevistas realizadas com a coordenação do programa e órgãos envolvidos, assim como a comunidade. Os resultados obtidos revelaram que as diretrizes traçadas pelo PROMATA em prol da instalação do desenvolvimento sustentável no Município de Glória do Goitá melhoraram a gestão municipal e a qualidade de vida da comunidade, mas ainda não foram observados muitos dos resultados esperados do programa. Os resultados obtidos nesta pesquisa oferecem subsídios para mudança na interação do PROMATA com os demais programas e projetos no Município em estudo.

Palavras chaves: PROMATA. Desenvolvimento local sustentável. Municípios. Políticas públicas. Diversificação econômica.

## **ABSTRACT**

This master's thesis focuses on promoting sustainable development in an adverse scenario, in which a paralyzed economy prevails along with the settlement of poverty and social inequality, in addition to a strong environmental degradation.

The research was conducted in the northern region of the State of Pernambuco – *Zona da Mata Norte* – in the Municipality of Glória do Goitá. A study of the Developmental Program for the Forest Region in the State of Pernambuco – PROMATA – was done in order to evaluate it as for its capacity to promote a local sustainable development.

The study is based upon sustainable development concepts, local governmental power, local productive arrangements, solidarity economy, and the nature of municipal government in Brazil. Promotive economic diversification public policies are herein examined, as well as the strategies exerted by PROMATA in bringing about long lasting development in the city of Glória do Goitá.

Efforts were specifically made as for evaluating the implementation of the Project for Strengthening the Municipal Management of PROMATA, i.e. analyses of the main results brought about by this project to support and facilitate the settlement of a sustainable developmental process in an environment traditionally "contaminated" by traditional development ideals.

The traditional deductive approach is herein used through the analysis of documental data and interviews carried on with the program coordinators and entities involved, as well as with the community. The attained results reveal that the guidelines outlined by PROMATA as for making it possible to sustainably development the Municipality of Glória do Goitá have improved municipal management and the quality of life of the community.

It is also worth pointing out that due to the short length of time since the start of the settlement of the program, many of the expected results have not yet been evidenced. Nevertheless, the results obtained in this research provide input for changes in the interaction of PROMATA with other programs and projects of the municipality under study.

Keywords: PROMATA. Local sustainable development. Municipalities. Public policies. Economic diversification.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – QUADRO RESUMO DE GLÓRIA DO GOITÁ.....	54
MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO DE GLÓRIA DO GOITÁ EM RELAÇÃO AO RECIFE. FONTE: PROMATA / 2006.....	55
MAPA 2 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA DO GOITÁ NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO. FONTE: PROMATA / 2006.....	56
GRÁFICO 1 - GLÓRIA DO GOITÁ - QUANTITATIVO DA POPULAÇÃO URBANA X RURAL - 2006.....	57
GRÁFICO 2 – PERNAMBUCO, ZONA DA MATA E GLÓRIA DO GOITÁ - TAXA DE URBANIZAÇÃO - 2006.....	58
MAPA 3 – GEOMORFOLOGIA DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA DO GOITÁ.....	59
MAPA 4 - MAPA ECONÔMICO DE GLÓRIA DO GOITÁ. FONTE: PROMATA (2006).	60
FIGURA 1 - CONCEPÇÃO DO PROMATA. ....	66
FIGURA 2 - IDENTIFICAÇÃO DOS GRUPOS ESTRATÉGICOS PERTENCENTES AO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL. ....	80
ILUSTRAÇÃO 5 - MAPA DOS GRUPOS. ....	81
QUADRO 2 – MODELO DE ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS. ....	88
GRÁFICO 6 – PERCENTAGENS DAS AÇÕES RELACIONADAS COM AS DIRETRIZES DO ESTATUTO DA CIDADE NO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE GLÓRIA DO GOITÁ.....	108

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – BRASIL - HISTÓRICO DA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO – SAFRAS 1994-1995 A 2000-2001 – EM TONELADA (T.).....	39
TABELA 2 – BRASIL - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR – COMPARATIVO DE PERNAMBUCO E ALAGOAS COM AS REGIÕES NORTE-NORDESTE E CENTRO-SUL – SAFRAS 1990-1991 A 1995-1996 .....	40
TABELA 3– EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE TRABALHADORES RURAIS E INDUSTRIAIS DA AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA E RESPECTIVOS PERCENTUAIS DE SAZONALIDADE, POR ESTADO – 1995.....	42
TABELA 4 – PERNAMBUCO, ZONA DA MATA E GLÓRIA DO GOITÁ - QUANTITATIVO DAS ÁREAS.....	57
TABELA 5 – PERNAMBUCO - COMPOSIÇÃO SETORIAL DO VALOR ADICIONADO BRUTO DE MUNICÍPIOS SELECIONADOS – 2002-2005. ....	61
TABELA 6 – GLÓRIA DO GOITÁ - EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO – 2002-05 .....	61
TABELA 7 – GLÓRIA DO GOITÁ – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS POR SETOR DE ATIVIDADE – 1996 E 2001. ....	62
TABELA 8 – GLÓRIA DO GOITÁ – NÚMERO DE EMPREGADOS E DE ESTABELECIMENTOS POR SETOR DE ATIVIDADE - 2000. ....	63
TABELA 9 – COMPARATIVO REFERENTE À PRODUÇÃO DE FRUTAS DE GLÓRIA DO GOITÁ ENTRE O CENSO AGROPECUÁRIO DE 2006 E ESTIMATIVA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DE GLÓRIA DO GOITÁ DE 2009. ....	110
TABELA 10 – GLÓRIA DO GOITÁ - RESUMO DOS OBSTÁCULOS IDENTIFICADOS, SUAS CAUSAS E INOVAÇÕES NECESSÁRIAS.....	114

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento

CTAF - Centro Tecnológico da Agricultura Familiar

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

NE - Nordeste

OP - Orçamento Participativo

PDP – Plano Diretor Participativo

PIM - Plano de Investimento Municipal

PLANTEQ - Plano Territorial de Qualificação

PROÁLCOOL - Programa Nacional do Álcool

PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

PROMATA - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco

PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RMR - Região Metropolitana do Recife

RPA - Regiões Político Administrativa

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa

SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão

SEPLANDES - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social

SINDAÇÚCAR – Sindicato dos Produtores de Açúcar de Pernambuco

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TD – Território em Desenvolvimento

UPPO - Unidade Pedagógica de Produção Orgânica

ZM - Zona da Mata

SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2 PODER LOCAL</b> .....	<b>15</b>
<b>3 GOVERNO MUNICIPAL</b> .....	<b>18</b>
<b>4 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS</b> .....	<b>22</b>
<b>5 ECONOMIA SOLIDÁRIA</b> .....	<b>24</b>
<b>6 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> .....	<b>28</b>
<b>7 A ZONA DA MATA E GLÓRIA DO GOITÁ</b> .....	<b>33</b>
7.1 A Zona da Mata .....	33
7.2 Dinâmica populacional .....	34
7.3 A influência da cana-de-açúcar na economia da mesorregião .....	37
7.4 A influência da cana-de-açúcar no meio ambiente .....	45
7.5 Desenvolvimento Local Sustentável na Zona da Mata-PE.....	47
7.6 Glória do Goitá .....	54
7.7 PROMATA .....	65
7.8 SERTA.....	70
<b>8 MÉTODO</b> .....	<b>76</b>
8.1 Tipo da pesquisa .....	76
8.2 A identificação e seleção dos entrevistados .....	78
8.3 O instrumento de coleta de dados. ....	81
8.4 A análise dos dados .....	84
8.5 Limitações da pesquisa .....	88
<b>9 RESULTADOS</b> .....	<b>90</b>
<b>10 CONCLUSÕES</b> .....	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>124</b>
<b>APÊNDICE – Roteiro das entrevistas</b> .....	<b>130</b>
<b>ANEXO - Convite para a assembléia do Conselho de Desenvolvimento Municipal</b> .....	<b>134</b>

## **1 INTRODUÇÃO**

A (re)formatação do Estado, a relação do indivíduo com o mesmo e a descentralização como caminho para a democracia e para o desenvolvimento são temas hoje presentes na discussão do meio acadêmico e na sociedade.

A emergência de novos paradigmas econômicos, sociais e políticos, abrangendo a população como um todo, levou as administrações dos Municípios brasileiros a se depararem com novos desafios. Diversas experiências inovadoras demonstram que a abertura política e a participação popular na gestão das comunidades têm sido o diferencial determinante no processo de enfrentamento do quadro de exclusão social na esfera local, além da busca por um desenvolvimento sustentável sem o comprometimento das gerações futuras.

Sob este enfoque, esta pesquisa tem como escopo fazer uma reflexão sobre os impactos da gestão governamental sobre o desenvolvimento local, buscando identificar os limites e desafios que ainda travam o processo de construção do desenvolvimento sustentável. Trata-se, portanto, de uma investigação dos processos de mudanças na relação entre o poder local e a sociedade civil, onde a análise a ser desenvolvida terá como foco a dificuldade ainda encontrada nesta inter-relação, enquanto elemento de suma importância para o êxito desses processos.

A partir da reflexão de ordem mais geral, de como o desenvolvimento sustentável pode ocorrer em um cenário adverso e contaminado pelo processo de acumulação de capital, serão aqui analisadas as formas como as estratégias e as ações do projeto "Fortalecimento da Gestão Municipal do PROMATA - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco" podem contribuir para a promoção e fortalecimento do governo municipal de Glória do Goitá, na Zona da Mata Norte do Estado.

Enquanto principal programa de desenvolvimento regional do Governo do Estado para a região da Zona da Mata, o PROMATA tem como finalidade principal apoiar o desenvolvimento sustentável dos Municípios da Mesorregião da Zona da Mata de Pernambuco através de um conjunto de ações multissetoriais, entre as quais está o fortalecimento da gestão municipal, com base numa estratégia de desenvolvimento local sustentável. O programa tornou-se possível a partir de uma operação de crédito externo do Governo Estadual obtida por meio de um contrato de empréstimo firmado entre o Estado de Pernambuco e o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Este programa estabelece, acima de tudo, uma colaboração federativa entre Estado e Município que neste caso são os atores principais desse processo. Ou seja, a questão é: como diretrizes de um programa estadual podem incentivar, contribuir e criar raízes de forma a atuar no âmbito municipal, principalmente pelo empreendimento de ações em prol do desenvolvimento do Município em questão?

A lógica dessas ações de fortalecimento é a de melhorar e modernizar a administração municipal para uma gestão efetiva e eficaz, apresentando desta forma um efeito real e, acima de tudo, um efeito desejado das ações governamentais, incluindo a gestão de programas sociais e ambientais. Esse projeto de fortalecimento contempla desde um processo de formação continuada, à aquisição de equipamentos e sistemas de gerenciamento administrativo, tributário e financeiro, além de elaboração de Planos Diretores Urbanísticos. Toda a ação do Programa está baseada na implementação de um processo de planejamento participativo, através da instalação de um permanente processo de aprendizagem social dos diversos atores participantes.

Diante da problemática focada e da promoção e indução de novos paradigmas de desenvolvimento, o objetivo principal desta pesquisa é analisar o processo de implementação do Projeto de Fortalecimento da Gestão Municipal do PROMATA no Município de Glória do Goitá, ou, mais explicitamente, analisar os principais resultados obtidos por esse projeto, enquanto suporte e facilitador da

instalação de um processo de desenvolvimento sustentável, em um ambiente tradicionalmente “contaminado” pelos ideais desenvolvimentistas tradicionais.

Nesta perspectiva, constituem os objetivos específicos:

- identificar, na implementação do PROMATA em Glória do Goitá, experiências inovadoras no processo de participação popular na gestão de políticas públicas;
- identificar, no mesmo processo de implementação, quais os principais obstáculos e os desafios na efetivação do desenvolvimento local sustentável;
- aplicar o quadro referencial construído no estudo de caso sobre a experiência no Projeto de Gestão Municipal do PROMATA no Município de Glória do Goitá.

O presente trabalho tem uma natureza descritivo-explicativa, pois analisa a implementação do Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal, do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Zona da Mata de Pernambuco, cuja ação mais importante é a criação do Plano Diretor Participativo. O Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal tem a missão de reduzir as desigualdades sociais e promover a inclusão social, econômica e ambiental, com base no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor, buscando-se o desenvolvimento sustentável.

A análise feita se baseia na perspectiva dos atores envolvidos no processo de fortalecimento da Gestão, cuja seleção, para fins do levantamento de campo (entrevistas), considerou o grau de ligação desses com o Programa. Dada a complexidade do tema e do programa promovido pelo PROMATA, cuja análise depende da consideração de uma gama de elementos, variáveis e inter-relações subjetivas e objetivas, optou-se pela utilização de questionários com perguntas abertas voltada para uma abordagem quanti-qualitativa de natureza interpretativa, sobretudo por ser essa abordagem uma forma adequada para entender a

natureza de um fenômeno multidisciplinar como o que se pretendeu estudar, o desenvolvimento sustentável.

A cooperação federativa entre o Estado e o Município – objeto deste trabalho – surge da análise dos atores principais especificados adiante bem como das características das instituições públicas envolvidas.

## **2 PODER LOCAL**

O poder local e sua história estão inseridos na noção do exercício do poder político. Quando se fala em fortalecimento da gestão municipal, as questões referentes ao exercício do governo municipal remetem ao poder local que hoje se apresenta pautado na sociedade civil, nos movimentos sociais e na sua relação com a sociedade política.

Em um regime democrático que vise a alcançar o desenvolvimento sustentável, o mesmo deverá ser visto a partir das noções de descentralização e participação popular. Contudo, a noção de poder local no Brasil está vinculada ao coronelismo, patrimonialismo e clientelismo no exercício do poder público, como exercido desde os tempos coloniais.

Nesse sistema político as trocas de favores entre os detentores do poder e os supostos eleitores resultam em uma relação particular de troca de interesses: ao político interessa o voto do eleitor em troca de algum favor, como um emprego, uma vaga na escola, etc. Essa prática eleitoreira resulta no clientelismo, prática presente em nossa política há bastante tempo, principalmente em áreas carentes onde o sistema de ensino é insuficiente e, como conseqüência, a população, de uma maneira geral, não recebe informações suficientes. Contudo, esta prática política vem ferindo de forma aguda e direta o interesse público, resultando muitas vezes em desigualdades sociais.

Esta relação de cunho eminentemente pessoal compromete os interesses sociais e é denominada personalismo, pois, basicamente, resulta na negação de interesses sociais para atender interesses privados, ou seja, em que as relações políticas têm natureza estritamente pessoal.

O clientelismo e o personalismo resultam em uma prática muito comum: "voto de cabresto"; o eleitor, ou melhor, o trabalhador é induzido a votar no candidato do seu patrão, que por sua vez ocupa um lugar que deveria representar os interesses da maioria que o elegeu. Na realidade representa anseios e

necessidades da classe dominante.

A história também demonstrou que, junto ao clientelismo e ao personalismo, também se forjou o coronelismo. A missão do coronel era garantir seu poder em uma determinada região; seu território era delimitado pelo poder econômico, técnico e intelectual, dominando todos pelo carisma ou pela força em todas as esferas do poder, chegando a exercer poder sobre as instituições religiosas e também sobre os poderes públicos. Logo, o seu poderio ultrapassava o âmbito do poder local, passando a um domínio muitas vezes regido pelo medo, na medida em que recorria à violência política para intimidar e manipular a população. Nas palavras de Colussi (1996, pg. 18),

O coronelismo, visto como fenômeno político e social foi expressão de uma sociedade predominantemente rural e que abrangia a maioria dos Municípios brasileiros. O poder privado fortalecia-se em consequência do isolamento, do atraso econômico e da falta de comunicação dessas localidades com os centros mais desenvolvidos. O único contato das populações com o aparelho do Estado dava-se em períodos de eleições, quando o voto significava a possibilidade de obtenção de favores ou de alguma melhoria material.

Segundo abaliza Colussi, “o domínio do poder local sobre a população ocorria não apenas pela influência econômica direta do coronel, mas, também, por meio da distribuição do poder entre sua parentela, visando à prestação de favores” (1996, p. 20-21). Ou melhor, ocorre por muitas vezes o associativismo dos coronéis ou de seus familiares em prol do atendimento das suas necessidades. Essa prática ainda hoje está muito presente na política brasileira, principalmente quando o seu resultado é uma eleição. Essas distorções são inaceitáveis no livre jogo político. Assim, para essa autora (1996, p 17-18):

A questão do municipalismo no Brasil esteve, portanto, estreitamente ligada à tradição coronelista (...). O Município não era entendido como uma unidade político-administrativa prestadora de serviços, mas, sim, como o local onde as autoridades do centro procuravam os votos em períodos eleitorais. Não interessava às autoridades estaduais Municípios fortes, que pudessem concorrer ou se rebelar contra o situacionismo estadual. Interessava, sim, fortalecer o poder local por intermédio de coronéis comprometidos com os acordos políticos e eleitoreiros.

Contudo esse jogo de favorecimentos gera um ciclo, onde os detentores de

favor geram uma interdependência com alguns eleitores. O Município, por sua vez, também depende de favores do governo central, que continua a corrente, a partir do apoio que o coronel dava ao Governo.

A melhor expressão desta corrente é “Município fraco precisa do coronel e o coronel precisa do Governo e, enquanto precisar apoiará o partido governante” (SANTIN, 2007, p. 326). Nota-se que tais fatores deixam por terra o fortalecimento da autonomia local.

Para a investigação do Poder Local, porém, é muito importante o fator histórico, para entendê-lo melhor e principalmente identificar que os elementos balizadores desse processo foram o coronelismo, o personalismo, o patrimonialismo e o clientelismo no exercício do poder público. Segundo Lúcia Avelar (*apud* SANTIN, 2007, p. 326):

Se pensarmos em cem anos de política, em cem anos de República, o que percebemos é que hoje, dos cerca de 5.500 Municípios brasileiros, nos Municípios menores predomina a política tradicional, através dos chefes locais, e a política clientelística, personalista, direta. Nos Municípios maiores predomina a política do ‘rouba, mas faz’, ou seja, eu faço com os recursos públicos parte do meu trabalho, mas uso esses recursos para continuar a minha dominação eleitoral.

Porém novos paradigmas vêm surgindo e fomentando um desenvolvimento com orientação para as questões sociais, tirando de foco o crescimento econômico e tendo mais uma preocupação cultural e principalmente ambiental.

Torna-se necessário, contudo, para o seu fomento novos paradigmas democráticos de exercício e legitimação do poder público, ou seja, necessariamente vai passar por uma reinvenção do Poder Local, o qual deve ser analisado a partir das modernas doutrinas democráticas.

Atualmente ainda é possível encontrar práticas baseadas nessa forma de gestão. Ao falar de governo local, imediatamente se remete a um conjunto de questões da descentralização, na contramão do antigo padrão de governo centralizador. Segundo BIELSA, 1921 *apud* Santin, 2007, p. 70):

(...) Há centralização administrativa quando o Estado administra diretamente os serviços públicos. Há descentralização administrativa quando o Estado transfere os serviços públicos a entidades autônomas ou autárquicas, distintas do Estado. Por sua vez, no que tange à centralização administrativa, esta se divide em centralização burocrática e descentralização burocrática. Há centralização burocrática quando o Estado administra os serviços públicos diretamente, por seus órgãos burocráticos centrais; e há descentralização burocrática quando o Estado atribui a órgãos locais certa competência, poder decisório ou faculdades discricionárias para tomar iniciativas no que tange à prestação dos serviços públicos, sem necessitar de aprovação dos órgãos centrais.

Nas palavras de LIMA, “descentralizar é pluralizar a autoridade” (1964, p. 145). Ainda segundo BIELSA, 1921, *apud* Santin, 2007, p. 8):

(...) a conveniência da descentralização burocrática dos serviços públicos no intuito de garantir uma ação estatal oportuna, imediata e solícita, capaz de desenvolver-se onde a necessidade é sentida, economizando tempo e dinheiro, com uma maior responsabilidade dos funcionários locais. Afinal, se essa ação provier do centro burocrático será tardia, ineficaz, custosa e complexa.

O certo é que o papel dos Municípios passava por um tratamento de menor proporção, reduzindo-se meramente à função administrativa. Ao longo do tempo o Município veio perdendo a sua autonomia devido a vários fatores históricos. Ou seja, a nossa própria Constituição favorecia o clientelismo.

### **3 GOVERNO MUNICIPAL**

A Constituição de 1988 “conferiu ao Município a sua autonomia administrativa, política e financeira com capacidades tributárias e competências cumulativas, suplementares e também exclusivas” (SANTIN, 2007, p. 4).

Dentre essas atribuições a Constituição Federal de 1988, definiu, no seu artigo 30, inciso I, que cabe ao Município legislar sobre matéria de interesse local.

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
  - II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
  - III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
  - IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
  - V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
  - VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;
  - VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
  - VIII - promover, no que couber adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
  - IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.
- (BRASIL, 1988)

Os Municípios passam agora a ter como elemento norteador os interesses locais na explicitação de suas atribuições, aumentando consideravelmente a atuação do Município.

Nota-se que a partir de então ocorre uma descentralização das unidades administrativas territoriais, passando a exercer funções mais adequadas para o ente federativo que está mais próximo dos cidadãos.

Segundo Santin (2007, p. 8):

(...) ao adotar modelos descentralizados de gestão pública atribui-se aos entes federativos menores autonomia administrativa, política e financeira, o que traz mais eficiência, agilidade e responsabilidade à gestão pública, com graus maiores de comprometimento das esferas administrativas privilegiadas com a descentralização. Esse mecanismo, embora de maior complexidade no que tange à estrutura administrativa, permite "a simplificação e a aceleração dos procedimentos e decisões administrativas.

Portanto o governo local assume o papel de descentralização política e autonomia local. Logo o poder local, agora, passa a assumir não só a função político-administrativa, passa a ter uma maior responsabilidade local e as formas de participação populares e organizações comunitárias, assumindo um papel sociológico na identificação de empoderamento, para que a união de poder público e comunidade sejam capazes de produzir o desenvolvimento sustentável

em âmbito local.

Trata-se de apresentar o Poder Local sob um novo olhar, rompendo obstáculos burocráticos que separam o Estado do cidadão sob um novo aprendizado do poder político, em que o interesse local e a preocupação e participação do cidadão são os pontos de partida para o destino de toda a sociedade. O cidadão passa a ser o verdadeiro titular do poder e acredita que os seus interesses deverão ser os escopos dos governantes, para um governo democrático e promotor do desenvolvimento sustentável.

Atualmente, em Pernambuco, falar em governo municipal remete ao conceito de OP - Orçamento Participativo, implantado por Jarbas Vasconcelos, quando foi prefeito do Recife (1986-1988), representado pelo seu Programa Prefeitura nos Bairros<sup>1</sup>, visando a descentralizar o governo, por meio da criação de microrregiões (RPA - Regiões Político-Administrativas), com grande proximidade física territorial e relativa homogeneidade ambiental.

O programa tratou de modo particular da relação entre Poder Público e sociedade. As demandas da sociedade se constituem em ações prioritárias a serem implementadas pelo governo municipal que tinha como objetivo o processo de descentralização e de gestão compartilhada. O OP representa hoje um conceito

---

<sup>1</sup> O Programa "Prefeitura nos Bairros", implementado pela Prefeitura do Recife entre 1986-1988, na gestão do Prefeito Jarbas Vasconcelos e sob a orientação do sociólogo José Arlindo Soares, foi uma das primeiras experiências de OP implementadas em uma grande cidade brasileira da região Nordeste. As experiências de descentralização e participação popular na Prefeitura da Cidade do Recife neste período estão analisadas em inúmeros trabalhos acadêmicos. Dentre eles podem ser mencionados: BALTAR, Maria Tereza – "Estado e Participação Popular", dissertação do Mestrado em Desenvolvimento Urbano da UFPE, Recife - PE, 1992; BRAYNE, Flávio Henrique – "Education, Citoyenneté e Transformations Sociales: lês Embarras d'Une Politique Educative Populaire dans le *Ciclo de Alfabetização*. Recife- Brésil - 1986-1988", thèse de doctorat da Université René Descartes, Sorbone, Paris V, Paris – França, 1993; LEAL, Suely Ribeiro – "Para além do Estado: tendências, limites e alcance das novas formas de gestão urbana", tese de doutorado em Economia da Unicamp, Campinas – SP, 1994; SOLER, Salvador – "O Prezeis: Um processo de Participação Popular na Formação da Cidade", dissertação do Mestrado em Desenvolvimento Urbano da UFPE, Recife – PE, 1991; SOARES, J. A. & SOLER, Salvador – "Poder Local e Participação Popular", Editora Rio Fundo, Rio de Janeiro – RJ, 1992. SOARES, J. A. – "Mudanças e Impasses na Gestão das Grandes Cidades no Brasil (1986-1996)", tese de doutorado, UNB, Brasília – DF, 1996; WILLEM, Assies – "To Get off the Mud: Neighborhood Associativism in Recife, 1964-1988", CDLA, Amsterdã – Holanda, 1992.

de modernidade e principalmente de descentralização do poder, descaracterizando de uma vez por todas o coronelismo, patrimonialismo e personalismo. O ponto principal é a participação da sociedade, o indivíduo considera-se parte integrante, o ponto central na priorização e na tomada das decisões no Município. O OP vem unir Gestão Municipal com o novo conceito de Poder Local, segundo Santin (ibidem, p. 8):

... desenvolve-se a partir de uma coalizão de forças estatais e da sociedade civil, em âmbito local, implementando uma gestão compartilhada a decisão dos problemas locais, articulando-se elementos do governo local com os da sociedade civil. Um sistema híbrido de tomada de decisões capaz de inserir novos atores sociais existentes na esfera local, como organizações não-governamentais, movimentos sociais e também entidades privadas, os quais celebraram parcerias com o poder público no desenvolvimento de projetos e investimentos locais e também na tomada das decisões sobre políticas públicas locais.

É notório que o OP foi concebido de uma forma intencionalmente aberta e flexível. O método foi sendo construído e testado ao longo do próprio processo de implementação (Prefeitura do Recife, 1986, p. 2):

... qualquer forma de institucionalização do orçamento participativo e compartilhado deve resultar do processo de mobilização e organização da sociedade e não de uma proposta uniformizadora e rigorosa do governo; sem uma efetiva vontade local e uma adequação às características regionais, qualquer modelo arbitrário tende ao esvaziamento.

Partindo de um programa inicial mínimo, o OP foi gradativamente evoluindo com a sua implantação e assim adotou um conceito "construtivista", pois foi se moldando conforme a sua implementação, com base no aprendizado. As suas alterações ocorreram na medida em que foi implantado e de acordo com a avaliação do seu próprio corpo técnico.

O OP representa uma forma inovadora e democrática de gestão municipal, redefinindo os procedimentos político-administrativos existentes, transformando-os em instrumentos de fortalecimento e de mobilização da sociedade para decisão e controle social.

## **4 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS**

Em face das grandes mudanças econômicas, principalmente devido ao processo de globalização, tornou-se necessário um novo modelo de desenvolvimento da produção a fim de alcançar o desenvolvimento econômico e social através de vocações regionais, focado principalmente nas inter-relações mais sociais, ou seja, na associação, no cooperativismo e principalmente na inovação e na igualdade de acesso ao mercado para pequenas e médias empresas.

Conforme se pode observar ao longo deste trabalho e especialmente no capítulo dos resultados da pesquisa, esses processos estão presentes na implementação do PROMATA em Glória do Goitá.

Os arranjos produtivos locais despontam hoje como uma dinâmica que contribui para o desenvolvimento local, que se destaca principalmente nas regiões que apresentam uma economia que está hoje voltada para a globalização, que parte de um processo de integração mundial, em que, cada vez mais, ocorre a junção de blocos econômicos, provocando a mudança em vários aspectos econômicos e sociais. Cada vez mais ocorre interdependência entre nações, mudança dos fluxos de capitais internacionais, queda de barreiras tarifárias e avanços tecnológicos. Todos esses fatores são facilitadores para as grandes empresas, que crescem numa velocidade surpreendente e cada vez mais acumulam capital e o concentram nas mãos de poucos.

Muito se deve ao avanço tecnológico, pois a tecnologia inovadora passa a ter um preço alto e só os grandes são capazes de absorver tal tecnologia, criando-se um círculo em que os grandes têm condições de absorver tecnologia para aplicar em seus produtos, que serão mais facilmente vendidos gerando mais lucros para esses do que para os que não têm acesso a essa tecnologia.

Essas transformações também aconteceram no âmbito social e observa-se

necessidade de maior inclusão social, ou seja, tem-se uma maior preocupação com a distribuição de renda, com a geração de lucros e principalmente com as questões relacionadas com o meio ambiente. Daí faz-se necessária a utilização de novos modelos produtivos que propiciem a inclusão social, com base nas aptidões locais, de forma inovadora, que não prejudiquem o meio ambiente e promovam o desenvolvimento regional em um mundo globalizado.

Entre esses modelos, destacam-se os chamados *clusters* ou arranjos produtivos locais, formados por médias, pequenas e microempresas e sustentados pela capacidade inovadora, em determinado território produtivo. A característica principal é a inovação, que vai possibilitar a busca de uma tecnologia que faça com que o seu produto final possa competir com os demais participantes do mercado.

## 5 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Enquanto fenômeno, a economia solidária tornou-se relevante para a reconfiguração das relações Estado e mercado, reforçando a idéia de “terceiro setor”. Do ponto de vista do desenvolvimento local, a mesma apresenta a sua especificidade.

Assim como no arranjo produtivo local, a prática da economia solidária tem papel fundamental para o alcance dos interesses locais, principalmente onde encontra uma economia marginal, ou melhor, às margens da economia global, como ocorre em Glória do Goitá.

O termo economia solidária identifica uma série de experimentos na dinâmica atual na busca de novas formas de solidariedade, mas todos estes experimentos nada têm a ver com a solidariedade praticada pelo Estado e as formas tradicionais efetuadas pela sociedade. A idéia vai na contramão do individualismo competitivo o qual diferencia a economia nas sociedades capitalistas. Baseia-se no estímulo à solidariedade com os membros e na prática da autogestão<sup>2</sup>, com ênfase na ajuda aos menos favorecidos<sup>3</sup> (SINGER, 2000, p. 86).

A economia solidária foi inventada por operários nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultante da difusão desregulamentada das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte dos trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo.

O comunitarismo nessa prática apresenta um caráter inédito, pois a mesma

---

<sup>2</sup> Autogestão significa que a mais completa igualdade de direitos de todos os membros deve reinar nas organizações da economia solidária (SOUZA, A.; CUNHA, G.; DAKUZAKU, 2003, p. 68.)

<sup>3</sup> A solidariedade aos desfavorecidos significa que as entidades que promovem a economia solidária priorizam a organização de cooperativas formadas por desempregados, trabalhadores em vias de perder o emprego por, crise nas empresas que assalariam, e pobres em geral (SOUZA, A.; CUNHA, G.; DAKUZAKU, 2003, p. 68.).

nada tem a ver com “a sociabilidade típica da *Gemeinschaft* (comunidade) ou ainda uma solidariedade mecânica, característica das sociedades tradicionais (DURKHEIM, 2002, *apud* FRANÇA FILHO p. 87)”. A dinâmica comunitária da economia solidária não tem nenhuma herança, “ha medida em que ela emana de um comunitarismo muito mais escolhido como referência coletiva a um bem comum do que imposto pelo costume” (CAILLÉ e LAVILLE, 1999, *apud* FISCHER, 2002, p. 123).

Na realidade, a economia solidária busca validar todas as iniciativas e práticas socioeconômicas que são forjadas para atendimento dos interesses locais visando a responder essas problemáticas específicas.

Assim, esta expressão visa à associação de dois termos que antes pareciam não ter correlação: iniciativa e solidariedade. Nota-se que de acordo com as experiências neste campo, a solidariedade é o eixo central desta prática, já a iniciativa visa a atender essa problemática específica, tudo isso dentro de um contexto de elaboração coletiva de atividades econômicas.

O contexto da economia solidária ainda se refere à problemática de uma exclusão social crescente, que se apresenta com maior incidência relacionada a questões urbanas. A economia solidária se situa em um contexto de crise do Estado. Poder-se-ia diagnosticar esse cenário através da crise do equilíbrio fordista, ideal econômico central do capitalismo onde se encontra uma economia que não pode absorver a sua própria produção desencadeando assim um desequilíbrio econômico (FRANÇA, 1999, *apud* FISCHER, 2002, p. 82):

A realidade de uma economia solidária vem assim se posicionar num contexto de falência dos mecanismos de regulação econômica e política da sociedade. Tais mecanismos foram fundados historicamente em torno de duas esferas principais de organizações das relações políticas, econômicas e sociais, o Estado e o mercado; encontrando no trabalho sua estruturação fundamental.

Desta forma a economia solidária vem se apresentar na expectativa de uma

forma de regulação da sociedade diante do cenário atual. Neste cenário faz-se emergente o surgimento de novas práticas socioeconômicas a fim de oferecer novas oportunidades e principalmente com finalidades sociais. Ou seja, a economia solidária vai apresentar um novo caráter tanto à sua funcionalidade quanto à sua finalidade (*ibidem*, p.82):

Estas experiências reúnem usuários, profissionais e voluntários preocupados em articular criação de emprego, reforço da coesão social, ou geração de atividades econômicas com fins de produção do chamado liame social (laços sociais), ou simplesmente geração de atividades econômicas com finalidades sociais.

A economia solidária, na essência de sua idéia, passa a apresentar como característica base, a hibridação de economias. Esta característica permitirá a essa prática a flexibilidade das atividades criadas, de forma que estas atividades possam ser começadas com diferentes recursos, que poderão ser não mercantis, quando trabalharem com finanças do poder público, mercantis, quando trabalharem com vendas de serviços a particulares, e não monetários, quando trabalharem com serviços voluntários. A sua segunda característica seria a construção conjunta de oferta e demanda, quando os serviços são construídos sempre em função das necessidades sociais locais. Lembre-se que a economia solidária surge como ponto de equilíbrio de uma necessidade local com fins de balanceamento puramente social.

A busca pelo equilíbrio social através de novas formas de regulação da sociedade gera um problema interpretativo, ou seja, pode parecer que esse processo aparente um retorno ao passado a fim de que surjam soluções para nossos problemas presentes. Outro erro de reflexão é achar que o papel desta prática é meramente de ajuste social, "constituindo uma espécie de economia subsidiária às formas mercantis e estatais" (FRANÇA, 1999 *apud* FISCHER, 2002, p. 86), assumindo assim um papel meramente anódino dentro do cenário, pois, diante das respostas das experiências, a economia solidária se apresenta mais como um intercâmbio com as economias dominantes a fim de promover novos arranjos de características econômicas diferentes, de forma a romper a lógica mercantil promovendo novas oportunidades e o equilíbrio social.

É necessário ressaltar, que tal objetivo representa uma tarefa difícil, principalmente para um mercado hegemônico, em que a economia solidária que visa à união de iniciativa e solidariedade, também vai ter a dificuldade de penetração na economia real, seu funcionamento.

Cabe a esta prática o papel de uma economia plural, (...) “uma economia que admita uma pluralidade de princípios do comportamento econômico, tal como havia sido formulado por Polanyi (1983)” (FRANÇA, 1999, *apud* FISCHER, 2002, p. 94), permitindo um olhar sobre o que não se pode ver em relação à economia.

Polanyi (1983) *apud* FISCHER, 2002, p.127, na idealização desse método já visualizava quatro princípios do comportamento econômico como facilitador para a economia solidária: o mercado auto-regulado, a redistribuição, a administração doméstica e a reciprocidade. E esses princípios pedem formas econômicas de rearranjos de maneira a adaptar-se à economia moderna, regidos por uma forma regular de relação de trabalho e do princípio de igualdade social. E essas formas econômicas, segundo a síntese de Fischer (2002, p. 127) são:

- I. uma economia mercantil fundada no princípio do mercado auto-regulado, tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equiparação de preços;
- II. uma economia não-mercantil fundada pela redistribuição; aqui aparece o Estado que faz o papel de distribuição e equilíbrio das finanças em que a relação de troca é regida pela obrigatoriedade;
- III. a economia de trocas fundadas na reciprocidade, relação de troca marcada pelo dom, aquele do doar, do receber e do devolver;

Com isto a economia solidária ultrapassa as questões formais do mercado - “a idéia da economia de mercado como fonte única de riqueza” (França, 1999, p. 98), adquirindo uma pluralidade que jamais deve ser desprezada. Desta forma a economia solidária deixa por terra o antigo mito de que o crescimento econômico é responsável pelo desenvolvimento.

A economia solidária ratifica a sua característica de interação com o mercado, pois contribui no processo de democratização da economia a partir do engajamento da cidadania, já que a abertura de oportunidades para os menos favorecidos nada mais é do que um exercício de cidadania.

A economia solidária visa à recomposição das inter-relações entre economia e sociedade. Associa também sua idéia à iniciativa e à solidariedade, rompe com as barreiras formais da economia, realiza o engajamento do cidadão e promove, acima de tudo, a solidariedade e a redistribuição da riqueza numa prática econômica inovadora e fora dos padrões competitivos capitalistas.

## **6 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

A mudança de paradigma de desenvolvimento e seus desafios vêm juntos com idéias inovadoras, principalmente na consciência da sociedade, pois, a partir dessa consciência e solidificação desses conceitos (que ainda nos tempos de hoje se encontram muito incipientes), é que surge uma nova proposta de desenvolvimento.

Pode-se dizer que o marco propulsor dessa consciência se dá no final da década de 60 e início dos anos 70, como efeito resultante da crise do petróleo, com a publicação, do primeiro Relatório do Clube de Roma, *Os limites do Crescimento* (Meadows, 1994, *apud* MENEGAT e ALMEIDA, 2004, p. 41).

O Relatório era forte e contundente quanto ao esgotamento de uma natureza até então tida, ou tratada, como inesgotável. Trazia a perspectiva real do esgotamento a médio prazo de importantes matérias-primas e fontes energéticas.

Alguns estudiosos destacam que o crescimento populacional, o crescimento industrial e a redução de recursos estão levando a sociedade humana para além dos seus limites ecológicos. Esses acadêmicos denominam este atual momento como de "extrapolação e colapso" (Meadows, 1994, *apud* MENEGAT; ALMEIDA,

2004, p. 41)

Nesse momento a produção industrial chega a um pico e começa a declinar, enquanto a economia como um todo já não mais se sustenta, não é capaz de sustentar o crescimento, não pode mais absorver a produção que foi responsável pelo crescimento, nem tão pouco é capaz de prover investimentos para a agricultura, bens e serviços. Finalmente, a economia começa a sucumbir levando junto serviços de atendimento à saúde e consumindo recursos pelo caminho. Índices de mortalidade sobem absurdamente enquanto os ecossistemas são devastados pelo mundo, dando indícios de que o mundo está começando a encontrar o tipo de limite ecológico que o modelo indica. Obviamente, muito precisa ser feito nos campos político, econômico, tecnológico e social. Um grande desafio a ser enfrentado.

Sob impacto desses efeitos, ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (Estocolmo) e a partir desse momento têm início as discussões ambientalistas nos países desenvolvidos. Estes tipos de debates, antes pertenciam aos ambientalistas, eram tidos como "chatos", contrários ao desenvolvimento e não tinham nenhum respaldo dos governantes destes países, que só passaram a perceber tal problemática após esses impactos.

Todo esse debate repercute, se solidifica e cria corpo dando origem à Conferência das Nações Unidas de Desenvolvimento e Meio Ambiente (ECO-92), no Rio de Janeiro em 1992, movimentando os países e a comunidade científica e ambientalista de todo o mundo para dar continuidade e resoluções e traçar metas ao debate iniciado em Estocolmo.

Essa conferência tornou-se marco mundial, sendo um dos mais importantes acontecimentos políticos (senão o mais) do final do século XX. Nele é discriminado o conceito de desenvolvimento sustentável e aprovada a Agenda 21 - diretrizes gerais de um modelo de desenvolvimento sustentável que busca o comprometimento das nações em busca da preservação ambiental de forma a

poupar a natureza para as presentes e futuras gerações.

O conceito de sustentabilidade é consolidado e o que para muitos, antes, não passava de um modismo, é visto hoje como uma brilhante idéia das Nações Unidas. Os princípios foram baseados em uma construção teórica para organizar a sociedade nos novos desafios, pensando no presente e no futuro e principalmente com uma nova mudança no paradigma do desenvolvimento.

É importante salientar que o conceito de desenvolvimento sustentável surge como resposta aos acontecimentos supracitados e que preparam o mundo das idéias para a consolidação de uma determinada concepção. É fundamental salientar que o mesmo parte da fundamentação socioeconômica, política e ambiental, conforme Buarque (2002, p. 58):

*O desenvolvimento sustentável se difunde como uma proposta de desenvolvimento diferenciada e, ao mesmo tempo, torna-se uma alternativa viável e não mais apenas uma utopia ou fantasia organizadora da sociedade, precisamente pelas condições do paradigma de desenvolvimento emergente, principalmente os avanços científicos e tecnológicos.*

A partir dos acontecimentos, o conceito de desenvolvimento sustentável resulta da maturação da consciência e do conhecimento dos problemas sociais e ambientais. É lógico que para passar por esse processo de amadurecimento foi necessária a participação e a formulação de acadêmicos e técnicos que incorporaram nas três últimas décadas críticas à Economia e defesa do meio ambiente e principalmente das culturas.

Dentre as várias vertentes apontadas na época, a que mais se destaca é a concepção do codesenvolvimento, apresentada por Ignacy Sachs, em meados dos anos 70, antecessor do conceito de desenvolvimento sustentável. Com isto percebe-se que o desenvolvimento sustentável é a soma, a junção de várias vertentes que em determinadas posições tinham opiniões divergentes, mas que em sua essência e concepção possuíam o mesmo objetivo.

Outra concepção que surgiu paralelamente ao desenvolvimento sustentável

foi o conceito de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, (PNUD, 1998:35):

Um processo abrangente de expansão do exercício de direito de escolhas individuais em diversas áreas: econômica, política, social ou cultural. Algumas dessas escolhas são básicas para a vida humana. As opções por uma vida longa e saudável, ou por adquirir conhecimento, ou por um padrão de vida decente, são fundamentais para os seres humanos.

O Programa das Nações Unidas visa a um desenvolvimento que seja capaz de aumentar as potencialidades dos habitantes do planeta, baseado na idéia de que o desenvolvimento econômico seja demonstrado como uma melhoria de vida das pessoas, permitindo que as mesmas façam parte do processo decisório nos atos que influenciem suas vidas.

Outro pensamento que surge, a partir dos anos 80, e ajuda na consolidação da idéia de Desenvolvimento Sustentável, é uma nova visão do desenvolvimento, partindo de um olhar que estabelece uma *articulação necessária* entre a *racionalidade econômica e a ética social*, com uma combinação de *competitividade e equidade*, que antes eram vistas como adversas, passando a constituir dessa forma um marco do modelo desenvolvimentista (CEPAL, 1990 *apud* Menegat, 2004, p. 41).

Com isso nota-se um alinhamento da visão ética junto à necessidade de desenvolvimento humano, que passa a ser expresso pela educação e qualidade de vida da população, gerando um novo pensamento e concepção para a economia que passa a concorrer com uma economia tradicional pautada na competitividade; a idéia central desta nova economia está pautada na equidade<sup>4</sup>.

“A equidade social é um objetivo central do desenvolvimento, mas, nos novos padrões de concorrência econômica mundial, está se transformando em

---

<sup>4</sup> Equidade deve ser entendida como a igualdade de oportunidades de desenvolvimento humano da população, respeitada a diversidade sociocultural, mas asseguradas a qualidade de vida e a qualificação para a cidadania e o trabalho.

uma condição fundamental para a competitividade das nações” (Buarque, 2004, p. 59). Por fim, merece ser mencionada a definição consagrada da Comissão dirigida por Gro Brundtland: desenvolvimento sustentável é “aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

## **7 A ZONA DA MATA E GLÓRIA DO GOITÁ**

Neste capítulo serão apresentadas as características principais da Zona da Mata de Pernambuco, mesorregião em que se situa o Município de Glória do Goitá, lócus do governo local e da implementação do PROMATA, objeto desta dissertação.

### ***7.1 A Zona da Mata***

A região da Zona da Mata compreende uma faixa territorial com cerca de um décimo do território estadual e caracteriza-se por ser mais estreita ao norte, tendo 80 km de largura. Nesta parte, é menos úmida, correndo junto ao mar. Alarga-se na parte mais central, onde apresenta uma pluviosidade maior que o norte, chegando ao sul com uma extensão de 150 km. A Zona da Mata de Pernambuco é a parte mais úmida de toda a extensão estadual, com uma população pouco maior que 1,2 milhões de pessoas, equivalente a 15,2% da população estadual (CONDEPE-FIDEM, 2009).

Esta mesorregião se caracteriza por ser o primeiro espaço pernambucano a ser explorado economicamente. Ainda na primeira metade do século XVI deu-se início à extração e à comercialização do pau-brasil.

Em meados do século XVI, com o cultivo da cana-de-açúcar e a implantação dos primeiros engenhos para o fabrico do açúcar, a mesorregião ganha uma característica indelével com a produção da cana e de seus derivados. Tal influência foi tão marcante que, diferentemente das demais regiões pertencentes ao Estado, esta passa a ser denominada de “civilização do açúcar”, corporificando um modo de vida, sócio-cultural e arquitetônico, herdado da sociedade que originou a mesorregião.

A “civilização do açúcar” deixa um legado do ponto de vista econômico, com uma economia baseada na agricultura, em particular na monocultura da

cana-de-açúcar, fundamentada no uso predatório dos recursos naturais. Somando-se à sazonalidade da cultura da cana, o declínio da exploração econômica do referido produto, a Zona da Mata de Pernambuco sobrevive hoje em condições difíceis, levando a que suas comunidades urbanas, hoje, apresentem um grande inchaço populacional devido, principalmente, ao êxodo rural. A monocultura da cana-de-açúcar vem apresentando perdas nos últimos anos, principalmente pela baixa tecnologia empregada e pelo relevo inadequado a essa cultura que apresenta a região. Registre-se, por último, a falta de implantação de novas culturas em substituição à cana-de-açúcar.

Esta situação vem sendo observada já há um longo tempo, sem que tivesse surgido uma nova dinâmica econômica, que acima de tudo atuasse em outros segmentos e fosse capaz de mudar este panorama de forma a contrabalançar os percalços da atividade tradicional. Desta forma a Zona da Mata de Pernambuco apresenta uma população miserável e acima de tudo vivendo em condições subumanas, com muitos problemas de desnutrição e elevada incidência de doenças (CONDEPE, 2000).

A Zona da Mata de Pernambuco possui um quadro socioambiental que evidencia a pobreza e a falta de oportunidades, comprometendo desta forma a vida da população. Somado a uma agricultura obtida de forma predatória do meio ambiente, constatou-se um crescimento desordenado, com poucos investimentos de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento humano.

Esta é a realidade que se encontra na Zona da Mata de Pernambuco e em especial no Município de Glória do Goitá pertencente a esta região, que apresenta um quadro com tons dramáticos, cheios de desafios e oportunidades para a implantação de novas mudanças.

## ***7.2 Dinâmica populacional***

Este tópico tem como objetivo analisar a dinâmica populacional, de forma a

se entender como a economia paralisada pelo declínio da agroindústria sucroalcooleira, encontrada nessa mesorregião, pode ter influenciado no processo histórico da população, assim como no seu movimento.

De acordo com o Censo Demográfico de 2000 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - a Mesorregião da Zona da Mata de Pernambuco tem uma população residente absoluta de 1.207.274 habitantes com uma participação relativa de 15,2% no total do Estado, distribuída por 43 Municípios em uma área absoluta de 8.404,5 km<sup>2</sup>, onde 69% da população vivem em áreas urbanas e 31%, em rurais.

Em decorrência do grande deslocamento da população rural em direção à cidade, devido à estagnação econômica nesta região e ao declínio do cultivo da cana, observa-se uma crescente urbanização nesta região, principalmente nos Municípios de Buenos Aires e Glória do Goitá, Município que apresentou uma forte e crescente urbanização, em 1991, quando o grau desse processo que era 31,9% passou a 45,4% em 2000 (CAVALCANTI *et al.*, 2002).

Contudo, o grau de urbanização desta Mesorregião ainda está um pouco abaixo do observado no Estado, embora seja constatada a existência de movimentos de esvaziamento rural. “em 1991, registrava-se uma taxa de urbanização de 62,2% e, em 2002, uma taxa de 69,0%” (IBGE, 2000, *apud* CAVALCANTI *et al.*, 2002, p. 4)

Analisando-se a diferença entre os crescimentos populacionais rurais e urbanos, ainda que em menor grandeza, encontra-se um crescimento demográfico no campo maior do que nas cidades em municípios como Paudalho, Goiana e Jaqueira. No conjunto da Mesorregião, porém, os movimentos rural-urbanos apresentam maior grandeza e são o reflexo do quadro socioambiental legado a esta Região.

Outro fator que contribuiu para o movimento populacional foi a expectativa de vida na região da Zona da Mata, devido à falta de uma política pública que

suprisse as necessidades da região que, em 2000, apresentava uma taxa de mortalidade infantil tida como uma das mais elevadas do Estado: “85 por mil nascidos vivos, contra, por exemplo, 62 por mil nascidos vivos na Zona da Mata Setentrional” (IBGE, 2000, *apud* CAVALCANTI *et al.*, 2002, p. 4). O indicador da expectativa de vida ao nascer é um dos mais baixos, fato que, de maneira geral, acompanha a população por toda a sua vida, uma vez que, a Zona da Mata de Pernambuco apresenta a mais baixa taxa de longevidade do Estado. Refletindo sobre esse aspecto, a densidade demográfica apresentada pelo Censo de 2000 se situa em 144 habitantes por km<sup>2</sup>. (IBGE, 2000, *apud* CAVALCANTI *et al.*, 2002, p. 4), evidenciando a lacuna no crescimento populacional desta região.

Os números da população residente no decorrer desta década apresentaram valores quase idênticos, 1,1 milhão em 1991 contra 1,2 milhão em 2000, resultando em uma taxa de crescimento populacional de 0,9% ao ano, ou seja, quase não houve crescimento demográfico. Esse fato deve-se, principalmente, aos baixos índices de investimento no setor de saúde encontrados nesta região, resultado de uma economia paralisada e pela falta de políticas públicas capaz de movimentá-la.

Vale ressaltar que esta “brecha” no crescimento populacional não é o resultado de desenvolvimento. A baixa taxa de crescimento da população da Zona da Mata é resultante do processo migratório das áreas rurais para os centros urbanos. Diante disso, a população passa a viver em condições insatisfatórias de vida nas comunidades urbanas, agravadas ainda mais pelos problemas que apresentam, como: um sistema de saúde insuficiente para atender à população e a falta de novas perspectivas de emprego para a população em crescimento, não conseguindo assim suprir a necessidade de seus novos e antigos habitantes. Esse movimento migratório se dá, preferencialmente, em direção à Região Metropolitana do Recife - RMR, que tem como elemento facilitador a proximidade e a qualidade do sistema viário entre a Zona da Mata e a RMR.

Há algumas décadas, tomando como exemplo os anos 60, ocorreu também

a incidência de movimentos interestaduais, principalmente, quando do início do declínio da “civilização do açúcar” e a abertura industrial para a instalação das montadoras multinacionais, que, inicialmente, atuaram fortemente na região Sudeste, aumentando a demanda de mão-de-obra de baixa qualificação. Contudo, apesar de hoje este movimento ainda existir, é possível observar uma demanda bem menor.

O resultado do Censo Demográfico apontou a Região como perdedora líquida de população neste movimento interestadual, dada a evasão de cidades como Nazaré da Mata, Aliança e Palmares, em direção à cidade do Recife.

Outro fenômeno registrado é a queda da fecundidade, contrário ao cenário dos anos 80, quando as famílias eram numerosas. Contudo, esta queda não é só o resultado das políticas de intervenções públicas na saúde e na educação, nesta com maior força, ou dos processos de transformações econômicas. O resultado deste processo se deve ao conjunto de fatores liderados pelo sistema de saúde ineficiente. A Zona da Mata ainda apresenta altos níveis de mortalidade. Somando a isto está à saída da população pelo atrativo de novas regiões com melhores condições ou pelo processo de urbanização.

Vale salientar um fator também relevante: o crescente número de nascimentos entre as mulheres com menor média de idade, reduzindo-se aqueles de mulheres mais velhas nesta região. Ainda tomando-se como base o Censo de 2000, é possível observar uma diminuição no tamanho da população jovem: a população com menos de 15 anos no Censo de 91 era de 450 mil e, em 2000, de 395 mil, ocorrendo uma diminuição de valores percentuais de 40% para 34%. Este processo implica em uma profunda transformação na distribuição da população por faixas etárias na Zona da Mata de Pernambuco.

### ***7.3 A influência da cana-de-açúcar na economia da mesorregião***

Sem dúvida, o papel da cana-de-açúcar é fundamental para esta região e

principia na estruturação dos seus espaços físico e social; dá um predado à economia local que passa a ser reconhecida no cenário nacional como sucroalcooleira e, principalmente, estrutura a sociedade local, ao criar a figura dos senhores de engenhos que passam a ter um papel muito importante no poder local.

A instalação e expansão da cana-de-açúcar ocorreram devido à sua inserção no circuito mercantil colonial, e sua implantação na Zona da Mata, a qual foi decorrente, principalmente, das facilidades proporcionadas pelas suas condições naturais.

A prática do cultivo fez com que a mesorregião passasse a apresentar os maiores preços na compra e venda de terras do Estado de Pernambuco. Encontram-se também nesta região as maiores taxas estaduais de urbanização, densidade demográfica e concentração da produção de serviços.

A cana-de-açúcar tem forte influência na economia visto que em decorrência de seu cultivo é obtida a fabricação de vários produtos e subprodutos, tais como: o açúcar, o álcool, o melaço, a torta e o aguardente. Além de todos esses produtos, o bagaço ainda é aproveitado como fonte energética, e o resíduo da calda como fertilizante o que faz da cana-de-açúcar uma excelente fonte de comércio na região.

Como mostra a Tabela 1, a Zona da Mata, pode-se assim dizer, é o lar da cana-de-açúcar no Nordeste e com o decorrer do tempo vem apresentando altos e baixos em decorrência da demanda de açúcar. Desde o início apresentou uma grande vocação para o plantio da cana, entretanto, o conservadorismo e a lentidão na transformação tecnológica sempre marcou esse processo. Aliado a isso dois fatores contribuíram para o declínio da cana-de-açúcar na ZM: degradação do solo, que apresenta desgaste pela monocultura, e as condições de relevo, que representam barreiras para a mecanização da lavoura.

**Tabela 1 – Brasil - Histórico da produção de açúcar por Unidade da Federação – safras 1994-1995 a 2000-2001 – Em tonelada (t.)**

Regiões	Safras (em 1000 t)						
	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01
<b>N/NE<sup>1</sup></b>	<b>47.183</b>	<b>47.413</b>	<b>56.205</b>	<b>54.281</b>	<b>45.141</b>	<b>43.016</b>	<b>45.304</b>
TO	180	221	127	184	20	-	-
AC	-	-	-	-	-	-	-
RO	-	-	30	-	-	-	-
AM	-	-	-	-	-	-	186
PA	258	237	243	247	307	521	340
MA	507	567	725	898	1.118	938	799
PI	328	414	339	337	312	218	248
CE	222	466	404	325	367	131	65
RN	2.411	2.414	2.558	2.6458	2.807	1.892	2.388
PB	3.500	3.584	4.742	5.329	3.888	3.418	3.423
PE	16.985	17.076	20.157	16.970	15.588	13.320	13.138
AL	20.121	19.706	23.542	23.698	17.345	19.315	21.618
SE	620	617	1.043	1.063	1.037	1.163	1.254
BA	1.922	2.107	2.321	2.581	2.347	2.098	1.841
<b>C/SUL</b>	<b>196.314</b>	<b>203.944</b>	<b>231.604</b>	<b>249.691</b>	<b>269.827</b>	<b>263.948</b>	<b>207.068</b>
MG	9.079	8.986	9.906	11.971	13.483	13.599	10.634
ES	1.913	1.776	1.828	2.465	1.942	2.126	2.554
RJ	5.484	5.227	5.437	4.926	5.191	4.953	3.934
SP	149.616	151.717	170.424	181.511	199.521	194.234	148.226
PR	15.531	18.461	22.258	24.874	24.224	24.351	19.320
SC	235	-	-	-	-	-	-
RS	48	30	44	45	32	-	-
MS	3.770	4.674	5.404	5.916	6.589	7.410	6.520
MT	4.807	6.739	8.084	9.788	10.306	10.110	8.669
GO	5.834	6.329	8.215	8.192	8.536	7.162	7.207
<b>Brasil</b>	<b>239.600</b>	<b>251.357</b>	<b>287.809</b>	<b>303.973</b>	<b>314.969</b>	<b>306.623</b>	<b>252.373</b>

FONTES: ÚNICA-MDIC-DAA, 2001, *apud* SICSU E SILVA, 2001, p. 8

Entre as dificuldades apresentadas, é importante destacar algumas mencionadas por Lima e Silva:

- *escassez de recursos para financiamento de custeio, renovação, fundação, "warrantagem" e aquisição de estoques;*
- *escassez de crédito com custos adequados à rentabilidade da produção; 2 E aqui vale lembrar que o açúcar nordestino "goza de vantagem locacional para o mercado externo, por ser produzido a uma distância média de cerca de 60Km do porto de embarque, enquanto em São Paulo essa distância é de cerca de 400 Km."*
- *inexperiência, falta de tradição e de capacidade técnico-financeiro-administrativa por parte dos dirigentes;*
- *descasamento entre a variação dos preços do setor e a dos saldos*

*devedores dos financiamentos, ocorrido principalmente a partir da safra 94/95;*

- *inexistência de política eficaz e adequada de regulamentação do preço interno do açúcar;*
- *a existência de créditos pendentes de pagamento por parte do Governo Federal, relativos à equalização de taxas nos empréstimos junto ao extinto Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA (Lima e Silva, 1995, p.186)*

Esses fatores apontam para a necessidade de novas opções produtivas e novas oportunidades. Apesar disso, a cultura da cana-de-açúcar foi a que mais se estendeu nas últimas décadas. Sua maior expansão se deu entre os anos de 1975 e 1985, através do PROALCOOL – Programa Nacional do Alcool, que proporcionou incentivo à cultura, fazendo com que áreas em que antes ocorria o plantio de alimentos passassem a ser utilizadas para o cultivo da cana-de-açúcar.

Com o passar do tempo e o desaparecimento do incentivo do PROALCOOL, a cultura da cana-de-açúcar voltou a entrar em declínio com relação às culturas preexistentes. Isto se deve principalmente ao relevo que não permite mecanização da lavoura, o que tornaria maior a sua produtividade e diminuiria a sazonalidade.

A Tabela 2 permite se constatar que, entre as safras 1990-91 e 1995-96, enquanto a participação de Pernambuco na produção brasileira de cana-de-açúcar caiu de 38% para 16%, a de São Paulo cresceu de menos de 1% para 61%.

**Tabela 2 – Brasil - Evolução da produção de cana-de-açúcar – comparativo de Pernambuco e Alagoas com as regiões Norte-Nordeste e Centro-Sul – safras 1990-1991 a 1995-1996**

	(Em 1.000 t)			
	1990/91	1992/93	1994/95	1995/96
Brasil	1.405,8	2.610,9	4.048,6	5.132,7
Norte/Nordeste	1.197,6	1.500,5	1.762,4	1.643,6
Pernambuco	532,9	718,5	839,6	814,5
Alagoas	648,2	759,1	869,5	770,6
Centro/Sul	208,2	1.110,4	2.286,2	3.489,1
São Paulo	12,0	1.110,1	2.097,4	3.111,8

FONTE: SINDAÇUCAR – PE 2000, *apud* SICSU, 2000, p.10)

A cana-de-açúcar é um produto que sempre apresentou oscilação de demanda do mercado externo, desde sua implantação na colônia. Anteriormente, sua expansão e retração ocorriam apenas em função dos movimentos do mercado internacional. A partir da segunda metade dos anos 70, passam a ser em função do comportamento da produção das usinas processadoras de álcool para o mercado nacional.

Esse declínio, nas últimas décadas, deve-se também à baixa transformação da base técnica que apresenta esse setor produtivo na Zona da Mata em relação aos Estados mais desenvolvidos, em particular São Paulo, que apresenta uma vantagem de custo de cerca de 30% a 40%, segundo o SINDAÇUCAR, nos valores finais da produção da cana. Sem dúvida um forte motivo para a desaceleração do seu cultivo nesta região.

Apesar deste declínio, observa-se ainda uma forte influência na economia estadual, devendo a mesma ser levada em consideração em qualquer projeto de desenvolvimento desta mesorregião. Cabe ressaltar que este declínio ocorre nesta mesorregião, comparativamente a outras regiões como Sul/Sudeste, embarcado no poderio de um combustível mais limpo, pois segundo o SINDAÇUCAR três quartos da produção da cana nacional se transformam em álcool.

... segundo a SUDENE, a produção de cana do Norte/Nordeste experimenta estagnação e declínio da quantidade produzida, em contraposição ao cenário nacional, que experimenta uma elevação da produção de cana-de-açúcar... (SICSU, 2000, p. 2)

O cultivo da cana-de-açúcar, devido à sua sazonalidade, como mostra a Tabela 3, propiciou o cultivo de outras lavouras, antes caracterizadas por serem temporárias, apresentando atualmente um caráter permanente. Ou seja, a hegemonia da cana-de-açúcar na Zona da Mata vem lentamente sendo substituída por outros produtos agrícolas, surgindo atividades industriais e pecuárias, principalmente o setor de serviço.

**Tabela 3– Evolução do quantitativo de trabalhadores rurais e industriais da agroindústria açucareira e respectivos percentuais de sazonalidade, por Estado – 1995**

Estados	Nº d Trabalhadores			Sazonalidade (%)	
	Rurais	Industriais	Total	Rural	Industrial
PE	131.531	26.728	158.259	61,6	38,0
AL	76.389	25.021	101.410	49,5	32,8
RN	10.879	2.436	13.315	59,4	36,0
SE	6.170	1.978	8.157	44,2	65,1
PB	16.671	3.740	20.411	57,3	43,7
BA	4.802	1.194	5.996	79,9	44,7

FONTE: SUDENE, 1995, *apud* SICSU, 2000, p.15)

Observa-se, neste momento, a oportunidade de induzir o surgimento de novas atividades econômicas numa região que se apresenta estagnada e com muitos problemas sociais e ambientais, de forma a reiniciar o desenvolvimento desta região, levando-se em conta os problemas anteriores e em busca da sustentabilidade e principalmente da correção das distorções ambientais.

A atividade agrícola que apresenta maior viabilidade em substituição à cana-de-açúcar é a fruticultura, segundo Cavalcanti *et al.* (2002). O cultivo de frutas e a criação de pequenos animais eram naturalmente desenvolvidos pelos trabalhadores da cana-de-açúcar, principalmente antes dos anos 60, quando o sistema de moradia era baseado na formação de pequenos sítios, localizados em áreas marginais ao cultivo da cana e principalmente não propícias ao cultivo da mesma. Esse cultivo de frutas se dava, a princípio, através do sistema de subsistência; depois passou a um sistema de troca e chegou a um sistema de grande produtividade.

Contudo, com a evolução desse sistema em alguns Municípios, esses passam a se identificar com novos cultivos, surgindo então o exemplo da produção do coco nos Municípios de Goiana, Igarassu, São José da Coroa Grande e Glória do Goitá. A banana, por sua vez, apresenta maior crescimento nos Municípios de Buenos Aires e Vicência e a mandioca, nos Municípios de Chã Grande, Pombos, Glória do Goitá e Vitória.

A fruticultura, de certa forma vem se destacando mais em Municípios circunvizinhos que, em sua maioria, ficaram inviabilizados quanto ao cultivo da cana devido ao fato de não ser o solo propício ao cultivo da mesma, assim como o relevo e, principalmente ao clima, mais quente durante o dia e frio à noite, uma vez que os mesmos se encontram nos limites geográficos da região do Agreste.

Outra característica importante é que nessas áreas, que apresentam as frutas como novos nichos para a base econômica, não ocorre o surgimento de indústrias de beneficiamento em número adequado. O seu consumo ocorre em sua maioria *in natura*. Algumas iniciativas nesse sentido já são visualizadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE e, no nível estadual, pelo Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP, ou através de algumas ONGs que atuam nessa área. “Acerca da fruticultura, uma das alternativas mais viáveis para a Zona da Mata é o aproveitamento da polpa de fruta como bem de consumo *in natura*” (CAVALCANTI *et al.*, 2002, p. 5)

Quanto à produção animal, o Censo Agrícola de 2006 já revela sua participação, mesmo que de pequena importância, com destaque para a avicultura. Aparece com grande potencial de crescimento, já se destacando em alguns Municípios como Vitória de Santo Antão, Pombos, Carpina e Glória do Goitá. O Município de Vitória, hoje, apresenta um dinamismo maior neste segmento principalmente devido à chegada da fábrica da Sadia a esta região.

A apicultura é outra atividade que apresenta grande potencial devido ao fato de as condições climáticas da região serem favoráveis. Depende agora da organização dos Municípios e da organização das atividades para que se torne mais uma atividade econômica a prosperar nessa mesorregião.

Embora a pecuária não apresente grande destaque nesta Região, registra-se a ocorrência da bovinocultura de leite e corte, favorecendo o surgimento da indústria de beneficiamento do leite.

Como foi constatado, diante do declínio da agroindústria da cana-de-açúcar novas oportunidades têm surgido para atividades na mesorregião. Entre essas oportunidades que apontam com maior força diante das demais se destaca o turismo.

Muitos esforços e investimentos públicos vêm sendo aplicados principalmente na infra-estrutura dos Municípios em prol do fomento do turismo, facilitado pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR, no qual se destacou o turismo em áreas litorâneas.

Muitos investimentos foram feitos no sentido de melhoria estrutural e de modernização de alguns equipamentos, de forma a servir de estímulo para o turismo. Há cinco anos o Governo Estadual vem aplicando essas verbas oriundas do Banco Interamericano de Desenvolvimento, representado pelo Banco do Nordeste. O resultado tem sido tão satisfatório que hoje o turismo também aponta para regiões interioranas, transformando os antigos engenhos em pousadas e fomentando o turismo nesta região, fazendo surgir os turismos ecológico e rural. Um turismo diferenciado do litorâneo, mas que, da mesma forma que o anterior, faz surgir novas frentes econômicas e principalmente atuam como propulsores do desenvolvimento. Contudo ainda é preciso provar que este desenvolvimento é sustentável para a região.

Já em algumas cidades, dentre elas Glória do Goitá, além do turismo ecológico e rural, também surge uma nova modalidade, o turismo religioso, que tem como motivação fundamental a fé.

Diferentemente de outras modalidades, esse está ligado ao calendário religioso da localidade receptora do fluxo turístico. Esta prática cultural está conectada à história do Município, sendo o segmento da atividade turística que mais contribuiu nos dias atuais para o nível da atividade econômica do setor.

#### ***7.4 A influência da cana-de-açúcar no meio ambiente***

O cultivo da cana-de-açúcar e sua industrialização, na Zona da Mata de Pernambuco, e no Nordeste em geral, constituem um caso emblemático de geração de grandes impactos ambientais por uma atividade econômica predominante durante séculos. Um indicador básico desse processo é o percentual do bioma Mata Atlântica remanescente – pouco mais de 7% (MARQUES et al., 2010).

Esses autores mapearam o enorme leque de danos provocados pela monocultura secular instalada na Zona da Mata Pernambucana além da já mencionada destruição quase total da cobertura vegetal original, numa extensão de cerca de 85 mil hectares, com significativa perda da biodiversidade:

a) contaminação dos lençóis superficiais em decorrência do uso de agrotóxicos e de fertilizantes sem controle adequado;

b) contaminação dos rios pelo vinhoto, subproduto da destilação do álcool numa proporção de dez ou mais litros de vinhoto para cada litro de álcool produzido;

c) contaminação resultante do lançamento da água de lavagem da cana antes da moagem, contribuindo para a morte da fauna aquática e para a degradação da qualidade da água;

d) queimadas freqüentes e indiscriminadas responsáveis pelos seguintes efeitos: destroem os componentes do solo; geram grande volume de poluição atmosférica, contribuindo para geração do CO<sub>2</sub> que agrava o “efeito estufa” e provoca o afugentamento da fauna no entorno dos canaviais; contribuem para o aumento de doenças respiratórias nas populações que vivem no entorno das unidades industriais;

e) erosão do solo nas encostas, em decorrência da retirada da cobertura vegetal e da não adoção de práticas protetoras, com o conseqüente assoreamento dos rios;

f) a redução do espaço útil dos leitos dos rios em virtude do assoreamento,

resultando em enchentes e até mesmo em mudança de curso;

g) redução da capacidade dos sistemas complexos naturais de se restaurarem espontaneamente; uma característica da monocultura em geral;

h) exposição do solo, com aumento das possibilidades de erosão, mediante a utilização de grandes tratores na preparação do cultivo;

i) a mesma exposição do solo expõe a microfauna presente nele, reduzindo suas atividades produtivas e reprodutivas, fundamentais para a qualidade dos solos agricultáveis.

Essa influência da cultura da cana-de-açúcar no meio ambiente tem sido insistentemente registrada na literatura. Está bem sintetizada, por exemplo, no quadro exposto por Cavalcanti et al. (2002, p. 10): "A monocultura da cana-de-açúcar, outrora o sistema produtivo dominante, contribuiu para a quase eliminação da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, levando à extinção de inúmeras espécies além do empobrecimento do solo".

A forma incorreta de seu cultivo, além da geração de resíduos de sua industrialização, e principalmente o uso indiscriminado de agrotóxicos e a prática da queima dos canaviais previamente ao corte ainda são problemas que merecem grande atenção.

Associados a esse quadro, outros problemas levantados por Cavalcanti vêm agravando as condições de vida da comunidade:

...poluição dos recursos hídricos por lançamento de efluentes domésticos e industriais; atendimento precário à demanda de serviços básicos de saúde, educação e, sobretudo, infra-estrutura urbana, em especial o saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário e tratamento inadequado dos resíduos sólidos), além da inadequação e ineficiência econômica, promotora do desemprego e baixo nível de renda na região (CAVALCANTI et al., 2002, p. 10)

Sem dúvida a cana-de-açúcar teve e ainda tem uma grande influência na degradação do meio ambiente na Zona da Mata de Pernambuco e as mudanças destas características de agricultura fazem parte do processo de modernização e avanços tecnológicos para o alcance de um cultivo que tenha um maior atrativo financeiro e principalmente sustentável do ponto de vista ambiental.

### **7.5 Desenvolvimento Local Sustentável na Zona da Mata-PE**

Destaque-se, com relação aos anos recentes, a perda de competitividade da economia sucroalcooleira, seja pela defasagem tecnológica, seja pela ocorrência de repetidas secas e devastadoras pragas, seja pela abertura dos mercados e a retirada da rede de proteção governamental, fatores estes que aprofundaram a crise estrutural da Zona da Mata, cujos traços marcantes destacam-se, segundo SICSU (2000, p. 7):

- *estagnação econômica das atividades sucroalcooleiras;*
- *insolvência de grande parte dos agentes econômicos;*
- *fechamento de várias unidades de produção;*
- *desemprego crescente;*
- *migração em massa para as periferias das cidades, ocasionando "inchação urbana";*
- *deterioração das condições de vida das populações;*
- *inquietação social.*

Diante desse quadro de graves problemas, a questão do desenvolvimento sustentável passa pela superação dos mesmos. Logo, o objetivo é elaborar propostas capazes de superar a crise socioeconômica da sub-região, possibilitando a criação de empregos.

Para a superação desta estagnação econômica e seus problemas conseqüentes, segundo SICSU (2000), deve haver a promoção da reestruturação

econômica e social da área de maior potencial econômico da macrorregião, dadas as suas condições peculiares de clima, solo, densidade demográfica, infraestrutura, concentração econômica, rede urbana e posição geográfica frente aos mercados, principalmente os internacionais.

É primordial que essas propostas apresentem soluções próprias, que caracterizem o desenvolvimento local sustentável e que auxiliem na transformação da realidade apresentada.

Assim, as características seriam,

- a) de base espacial, permitindo uma abordagem integrada, além do enfoque meramente setorial;
- b) multissetorial, destinado a transcender as preocupações voltadas exclusivamente para as atividades canavieiras;
- c) sustentável, possibilitando a continuidade e capacidade auto-reprodutiva;
- d) participativo, estimulando a contribuição crítica e criativa dos mais diversos atores e segmentos sociais, em todas as suas fases e momentos;
- e) indutor, mobilizador, das forças de mercado para o aproveitamento das potencialidades econômicas identificadas e das oportunidades de investimento existentes, nas áreas e setores rurais e urbanos;
- f) aberto, no sentido de admitir intervenções complementares entre si, desde que sem comprometimento ou perda do foco das atenções;
- g) estratégico, para ser desenvolvido numa perspectiva temporal de longo prazo, mediante sucessivos e convergentes desdobramentos operativos (de curto prazo), com seus indispensáveis e adequados instrumentos... "(SICSU, 2000, p. 01)

A partir das reflexões de SICSU (2000) e das características descritas pelo mesmo é possível traçar linhas de ações integradas, que visem ao desenvolvimento da Zona da Mata do Nordeste, embasadas na diversificação rural, no aproveitamento de oportunidades de investimento urbano e, principalmente, na modernização das atividades tradicionais e na reestruturação fundiária, características divergentes do processo anterior que visava à concentração de renda e ao acúmulo de capital que atendia a poucos, gerando desta forma o latifúndio, um dos principais entraves ao desenvolvimento sustentável.

Como instrumentos para a implementação dessas linhas de ação, há a

necessidade de mecanismos financeiros, econômicos, fiscais, institucionais, científicos e tecnológicos para alavancarem esta mesorregião. E suas estratégias, que devem ser de longo prazo, visam a promover o desenvolvimento da Zona da Mata do Nordeste.

Para a promoção de um desenvolvimento é necessária a mobilização social e a participação coletiva e linhas de ação governamentais são essenciais para o alcance do seu objetivo.

Dentro das linhas de ação, ressalte-se a que diz respeito à modernização das atividades tradicionais, pois "é necessário ampliar os níveis de eficiência, produtividade e competitividade das atividades básicas da Zona da Mata do Nordeste" (SICSU, 2000, p. 4), destacando-se principalmente o setor canavieiro, onde se encontra o maior problema desta região, resultando em uma reorganização da cultura canavieira, redefinição da produção agrícola e industrial, bem como a renovação tecnológica e emprego da irrigação e, acima de tudo, o auxílio das universidades para focar nas variedades da cana e desta forma encontrar-se a que mais se adapta aos nossos condicionantes.

A questão da água merece uma atenção maior, pois segundo SUDENE e SEBRAE (2000), a falta da água e de processos de irrigação, que partam do princípio da conservação e prevenção do meio ambiente, de forma que possa erradicar o grande entrave desta região, a estiagem, que se apresenta como um fator limitante do cultivo da cana. Desta forma também se fazem necessárias medidas atinentes a armazenamento, conservação e suprimento regular de água às culturas agrícolas, seja de forma sistemática (irrigação plena) ou de forma eventual (irrigação complementar). No aproveitamento de efluentes deve ocorrer um cuidado e principalmente um estudo da retirada desta água do seu afluente para que não ocorra nenhum desastre ambiental.

Ressalte-se, ainda no segmento ambiental, que o bagaço de cana, o

melaço, o óleo fúsel (é um subproduto da destilação do álcool), a ponta da cana, o pé de cuba, a torta de filtro e a vinhaça, que são subprodutos da cana, podem contribuir de modo a elevar os índices de rendimento industrial e reduzir os impactos ambientais.

Para SICSU (2000), para que o processo de modernização da agricultura esteja ao alcance dos agricultores de forma a fomentar o cultivo da cana-de-açúcar neste cenário, se faz necessário primeiramente uma revisão dos créditos para o alcance desta modernização de forma a não ser um entrave, como os antigos créditos se comportavam, e também o reordenamento dos antigos créditos de forma que tornem os agricultores aptos e em condições de adquirirem novas dívidas.

A modernização da agroindústria canavieira nordestina quanto aos seus problemas, perspectivas, soluções e a implantação de ações, a fim de viabilizar a produção agroindustrial através dos aspectos tecnológicos, econômico, mercadológico e social para anular a ociosidade dos parques industriais instalados, com a insuficiência da produção de cana-de-açúcar e liberação de áreas para o cultivo de outras culturas (Ibidem, p. 66).

Contudo, a identificação da vocação da região é um fator primordial, pois é necessária para se programarem novas atividades agrícolas ou não, desde que as mesmas interajam com a vocação identificada para a região em questão, de forma a se diversificarem as atividades rurais da Zona da Mata de Pernambuco.

Áreas impróprias para a lavoura canavieira ou ainda não exploradas por ela, para um melhor uso dessas áreas, se faz necessária a diversificação das atividades rurais, através de implementação de lavouras, silviculturas, criatórios, extrativismo mineral e atividades não-agrícolas, como serviços de reparo e manutenção (Ibidem, p. 66)

Ressalte-se que outro ponto que deve ser levado em consideração para o alcance do objetivo é o aproveitamento de oportunidade de investimentos urbanos, que constitui uma ação primordial para o desenvolvimento da Zona da Mata, visando a tirar proveito de todas as possibilidades efetivas de dinamização da economia das cidades e vilas dessa Região, sendo hoje um ponto falho, pois

não se encontra nenhum aproveitamento nem ordenamento de tal oportunidade.

Desta forma se passaria a dar mais oportunidades a outras vocações locais, de modo a fomentar potenciais existentes e passar a explorá-los, criando-se desta forma um incentivo à economia e, também, criando-se eixos e articulações metropolitanas nesta região, conforme Sicsu:

Trata-se de um domínio de atividades em que sobressaem a indústria de base, indústria manufatureira, agroindústria, turismo, comércio, serviços e artesanato, atividades importantes que poderiam estabelecer um eixo para atividades, considerado potenciais da Zona da Mata e sua articulação com as regiões metropolitanas (Ibidem, p. 66)

Outro ponto de alto grau de destaque são as políticas públicas que priorizam atender àqueles atingidos pelos processos de modernização e racionalização das lavouras canavieiras, às famílias de trabalhadores desempregados rurais, que necessitam de políticas de acesso a mercados (de insumos e produtos) e a formas de associação e organização (cooperativas, microempresas, etc.). Particularmente em Glória do Goitá se encontra este processo de forma embrionária, apesar de esse município já possuir um conselho de desenvolvimento e associações dos produtores rurais. A sua organização se dá de forma muito lenta e principalmente ainda ocorre o pensamento do benefício próprio, ou seja, o pensamento de cada associação ainda estar voltada apenas para sua comunidade.

Ainda segundo SICSU (2000), essas políticas resultariam em um *compromisso*, que seria o emprego efetivo dos meios convencionais (desapropriação decretada, desapropriação negociada, aquisição de terras, assentamento estadual) e não convencionais (mercados de terras) de reforma agrária, de modo a facultar uma agricultura familiar eficiente e promissora simultaneamente à agricultura empresarial típica de mercado; é importante a agilização do aproveitamento e consolidação dos mecanismos e ações de reestruturação fundiária já em curso na sub-região; e a *reorganização dos assentamentos rurais*, avaliando e tomando providências corretivas dos desvios e

estimulando os avanços conseguidos, que serviram para a consolidação das estratégias propostas para o desenvolvimento da Região da Zona da Mata.

Nesse sentido, é muito importante a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA providenciando a criação dos Planos Estaduais de Reforma Agrária, fazendo o levantamento da situação dos débitos, patrimônio e operação das usinas e destilarias, elaborando o recadastramento fundiário e cartorial dos imóveis rurais, realizando o diagnóstico sumário dos assentamentos existentes na Zona da Mata e implementando programas para capacitação de agentes de desenvolvimento na sub-região. O papel do INCRA seria de um aprofundamento da situação de cada ator desse processo.

Ainda dentro das ações do INCRA, segundo SICSU (2000),

Devem ser priorizados a elaboração de estudos de sistemas produtivos em microrregiões principalmente nas mais precárias, outros processos que devem ser fortalecidos seriam a eletrificação rural e a ampliação do Programa LUMIAR para todos os assentamentos da Zona da Mata, o aceleração dos processos de desapropriação em andamento, além da negociação da habilitação dos Estados para emitir e operar Títulos da Dívida Agrária e implementar o programa de crédito fundiário.(SICSU, 2000, p.76)

Fica evidente que, para SICSU, o papel do INCRA é de grande importância na instalação do desenvolvimento sustentável. A articulação de todos esses projetos resultaria em um ambiente propício e em estado já embrionário do desenvolvimento sustentável, propiciando num primeiro momento o combate à pobreza na sub-região.

Apesar de o Programa de Reforma Agrária existente não obter o êxito esperado, no que concerne ao resultado econômico desse processo, cuja base da produção é a familiar de pequena escala, sem estrutura técnica, gerencial e principalmente suporte financeiro, não se devem menosprezar os efeitos sociais do processo, cujo principal resultado é estimular a desconcentração fundiária na tentativa de criar empregos, diminuir os fluxos migratórios campo-cidade, ampliar a produção de alimentos e melhorar as condições de vida de um considerável

número de trabalhadores rurais.

Também, se for associado a um programa de desenvolvimento humano que articule as características socioculturais do homem da Zona da Mata, tradicionalmente plantador de cana de açúcar, com programas de capacitação para novas atividades e para o associativismo, a reestruturação da mesorregião poderá ser pensada de maneira sustentável com inserção da pequena propriedade.

## 7.6 Glória do Goitá

A seguir, encontra-se um quadro-resumo das características sócio-econômicas, geográficas, climáticas do Município de Glória do Goitá:

### Quadro 1 – Quadro Resumo de Glória do Goitá

Densidade demográfica: 131,27 hab/km <sup>2</sup>
Localização: Zona da mata, distante 63 km do Recife
Acesso: O acesso é feito pela BR-232 e PE-050
Solo: Argiloso
Relevo: Suave ondulado e ondulado
Vegetação: Floresta caducifólia
Precipitação pluviométrica média anual: 1.054,4 milímetros
Meses chuvosos: Abril – Julho
Dia de feira: Sábado

Fonte: CONDEPE-FIDEM, 2008.

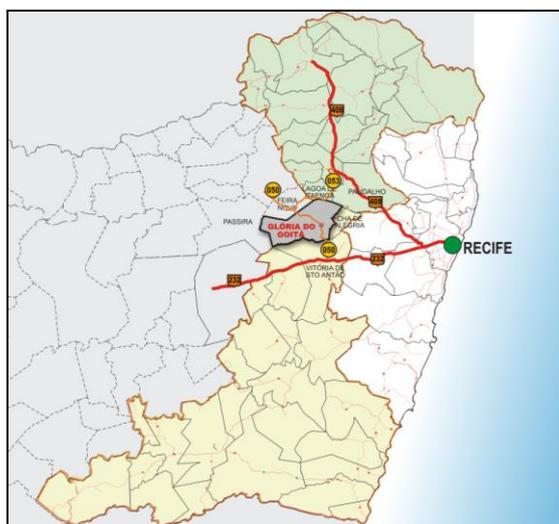
O Município de Glória do Goitá está localizado na mesorregião Mata e na Microrregião Vitória de Sto. Antônio, do Estado de Pernambuco. A sede do Município está a uma altitude aproximada de 158 metros e coordenadas geográficas de 08° 00' 06" S e 35° 17' 34" O, distando 66,1 km da capital, cujo acesso é feito pela BR-232 e pela PE-050. Limita-se ao norte com Feira Nova, Lagoa de Itaenga e Paudalho, ao sul com Vitória de Santo Antônio, a leste com Chã de Alegria e a oeste com Passira. Sua área municipal possui 211 km<sup>2</sup>, representando 0.21% do Estado de Pernambuco. O Município de Glória do Goitá está inserido na unidade geoambiental do Planalto da Borborema.

Segundo dados da população local, a ocupação do território do Município teria sido iniciada por lavradores, dirigidos por David Pereira do Rosário, que fixou residência no Sítio Lagoa Grande, encravado numa parte das terras recebidas por doação de uma neta de Duarte Coelho.

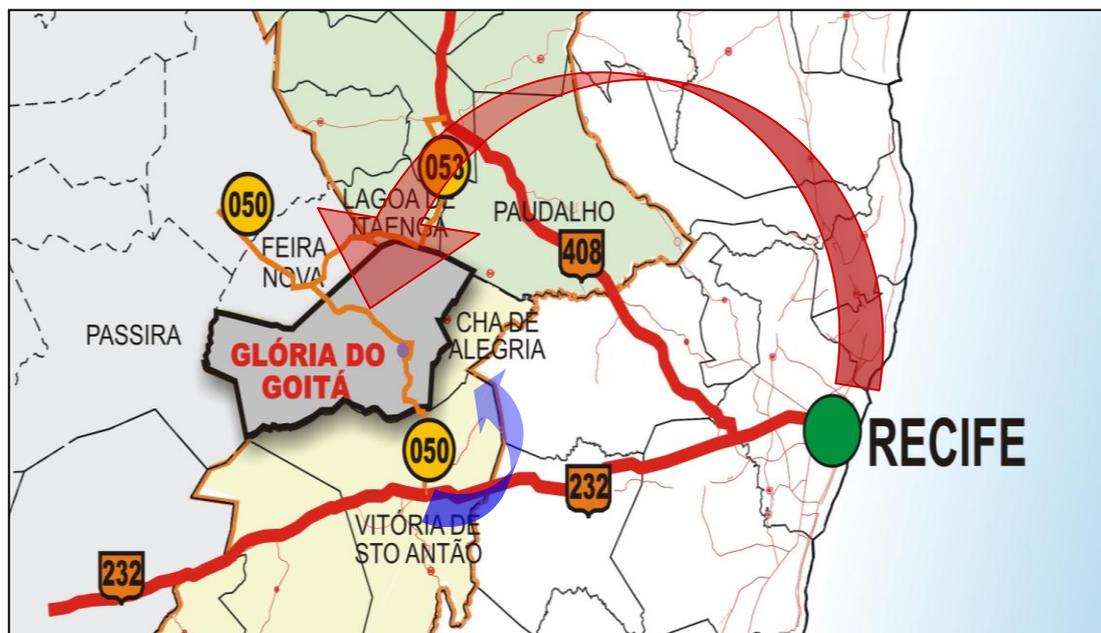
A partir de 1760, com a construção de uma pequena casa de oração, a localidade passou a atrair muitos visitantes. Em pouco tempo, o núcleo transformou-se em povoado, denominando-se Glória do Goitá, nome da santa escolhida para a casa de orações e padroeira da cidade. Os frades do Mosteiro de São Bento de Olinda, que vieram para esta cidade em 1775, muito contribuíram para propagar a fé, através da catequese. Daí origina-se forte tendência para o desenvolvimento do turismo religioso.

De acordo com o Censo de 2000 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população residente total era de 27.554 habitantes, sendo 12.542 (45,5)% na zona urbana e 15.012 (54,5)% na zona rural. Os habitantes do sexo masculino totalizavam 13.593 (49,3) %, enquanto que os do feminino totalizavam 13.961 (50,7) %, com uma densidade demográfica de 130,6 hab/km<sup>2</sup>.

Nos mapas a seguir, a localização de Glória do Goitá em relação ao Recife, e as áreas de maior influência sobre o Município em questão.



Mapa 1 – Localização de Glória do Goitá em relação ao Recife. Fonte: PROMATA / 2006.



Mapa 2 - Localização do Município de Glória do Goitá na Zona da Mata de Pernambuco. Fonte: PROMATA / 2006.

É notório que hoje Recife apresenta uma maior influência sobre Glória do Goitá, contudo o Município de Vitória do Santo Antão vem apresentando um desenvolvimento considerável, principalmente em função da instalação de uma grande fábrica nesta região.

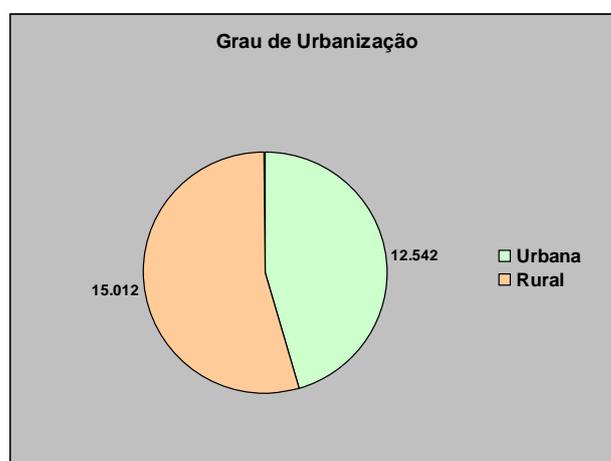
Apresenta-se também na Tabela 4 o quantitativo de área deste Município em relação às mesorregiões a que pertence.

**Tabela 4 – Pernambuco, Zona da Mata e Glória do Goitá - Quantitativo das áreas.**

Área		
Localidade	Km <sup>2</sup>	%
Glória do Goitá	211	-
Pernambuco	96.311,6	0,219
Zona da Mata	8.404,5	3,367
Zona da Mata Norte	3.242,9	8,726

Fonte: PROMATA, 2006.

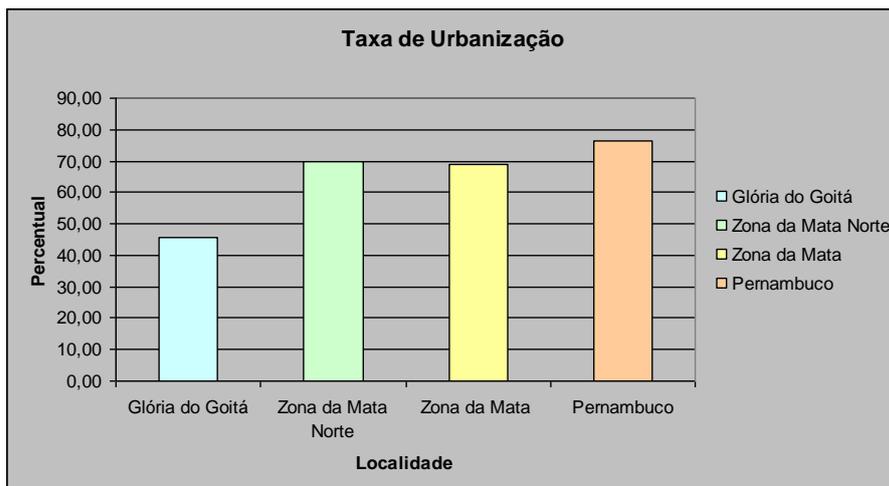
O Município de Glória do Goitá apresenta uma população ainda predominante rural (Tabela 4.6.5), sendo esta uma característica do Município comparativamente aos demais da Zona da Mata.



Fonte: PROMATA, 2006.

**Gráfico 1 - Glória do Goitá - Quantitativo da população urbana x rural - 2006.**

A seguir, encontra-se quadro-comparativo quanto à taxa de urbanização de Glória do Goitá.



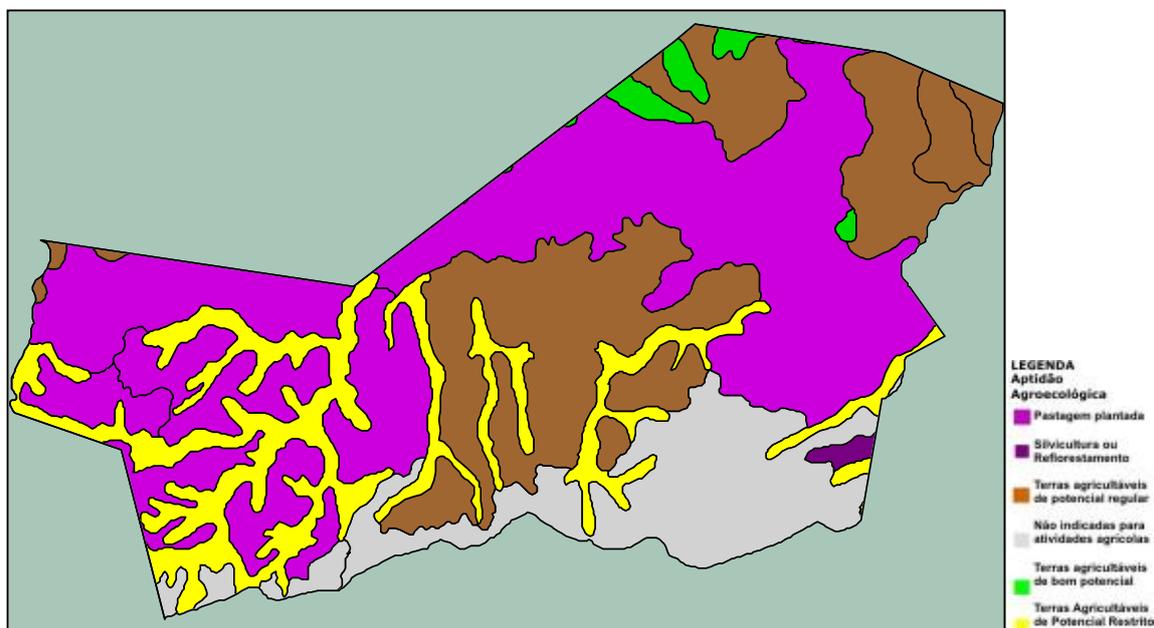
Fonte: PROMATA, 2006.

**Gráfico 2 – Pernambuco, Zona da Mata e Glória do Goitá - Taxa de urbanização - 2006.**

Os indicadores socioeconômicos da mesorregião da Mata Pernambucana refletem uma realidade de desigualdade e exclusão, em que a pobreza e a falta de oportunidades econômicas convivem num ambiente natural em degradação, dificultando as perspectivas de melhoria da qualidade de vida da população. Esse cenário remonta, historicamente, à prática da monocultura da cana-de-açúcar, ao uso desordenado e indiscriminado dos recursos naturais e à falta de investimentos no desenvolvimento local.

O Município possui 80,19 hectares de Mata Atlântica, correspondentes a aproximadamente 0,34% da sua área total. Apesar de estar inserida na Zona da Mata Pernambucana, Glória do Goitá localiza-se em um "sistema transicional" ou de tensão ecológica entre a Zona da Mata e a Mesorregião do Agreste Pernambucano. É uma área do semi-árido onde as características fisionômico-florísticas são evidentes, com predominância de vegetação do tipo caducifólia de natureza florestal do semi-árido, ressaltando-se que nesta área de caatinga não existe preparo algum para implantação da agricultura, em que se destaca principalmente o solo que apresenta poucas condições para cultivo de qualquer cultura. O mesmo encontra-se em estado de abandono, acarretando o surgimento de áreas desnudas, propícias a voçorocas e desertificação. As formações florestais significativas foram observadas na porção sul do Município.

No mapa a seguir apresenta-se a distribuição das atividades econômicas de Glória do Goitá.



Fonte: PROMATA,2006.

### Mapa 3 – Geomorfologia do Município de Glória do Goitá.

Se anteriormente a base econômica de Glória do Goitá era a agropecuária, atualmente, está voltada para o setor terciário.

Talvez seja esse o único Município da Zona da Mata de Pernambuco com significativa diversificação econômica, principalmente com predominância no setor terciário e tendo a sua agricultura diversificada e de tipo familiar, com forte poder de organização rural. O Município conta com 33 associações de produtores que congregam mais de 2.000 associados. Esses elementos, associados à fertilidade dos solos e a disponibilidade de água, representam potencialidades para o desenvolvimento sustentável do Município. Segundo dados do IBGE, em 2001, 1.800 ha estavam plantados com cana-de-açúcar, 1.500 ha, com mandioca, 500 ha, com coco-da-baía, 225 ha, com banana e 60 ha, com abacaxi. Essas são as principais lavouras do Município embora também haja plantios de laranja, maracujá, batata-doce e outras culturas.

**Mapa 4 - Mapa Econômico de Glória do Goitá. Fonte: PROMATA (2006).**

Contudo, na realidade, não se concretizou esta vocação. Vê-se um cenário onde o setor terciário não apresenta maior área territorial e sim maior peso econômico, caracterizado por um maior percentual do Produto Interno Bruto, como pode ser observado na tabela 5:

**Tabela 5 – Pernambuco - Composição setorial do Valor Adicionado Bruto de Municípios selecionados – 2002-2005.**

Composição setorial do Valor Adicionado Bruto - VAB por município de Pernambuco – 2002-2005													
Ranking PIB 2005	Municípios	Agropecuária				Indústria				Serviços (%)			
		2002	2003	2004	2005	2002	2003	2004	2005	2002	2003	2004	2005
		72	Pedra	29,7	34,0	34,7	34,5	8,4	7,1	7,6	7,7	61,9	59,0
73	João Alfredo	12,0	13,3	12,5	12,4	9,5	10,2	10,6	10,2	78,5	76,5	76,9	77,4
74	Joaquim Nabuco	5,1	5,4	6,9	8,7	45,7	43,1	40,4	41,5	49,2	51,5	52,7	49,8
75	Ibimirim	13,3	22,8	19,9	27,3	8,0	7,2	7,9	7,2	78,8	70,0	72,2	65,6
76	Ilha de Itamaracá	2,3	2,5	2,9	4,5	15,6	16,1	17,7	17,0	82,0	81,4	79,4	78,5
77	Gameleira	15,4	16,4	21,0	23,0	6,7	6,8	6,5	6,4	77,8	76,8	72,6	70,7
78	Agrestina	21,1	23,4	19,1	19,2	10,4	11,1	12,6	12,5	68,5	65,5	68,3	68,3
79	Glória do Goitá	16,9	21,4	16,4	15,8	7,7	7,6	8,3	8,8	75,4	71,1	75,3	75,4
80	Tabira	10,0	9,9	7,2	9,6	9,6	9,5	9,9	10,1	80,4	80,6	82,9	80,3
81	Trindade	2,4	2,2	2,3	2,5	21,7	22,6	20,6	20,0	76,0	75,2	77,2	77,5
82	Macaparana	15,3	16,1	15,2	15,2	8,5	10,3	10,4	10,1	76,2	73,6	74,4	74,6

Fonte: CONDEPE / FIDEM, 2008.

**Tabela 6 – Glória do Goitá - Evolução do Produto Interno Bruto – 2002-05**

Produto Interno Bruto – PIB, a preços de mercado, dos municípios do estado de Pernambuco 2002 - 2005								
Ranking				Municípios	2002	2003	2004	2005
2002	2003	2004	2005					
93	95	85	77	Gameleira	40,8	45,5	55,5	67,9
77	72	74	78	Agrestina	46,9	55,8	59,8	67,3
79	76	80	79	Glória do Goitá	46,5	53,5	56,7	65,4
83	85	83	80	Tabira	45,5	49,7	56,2	65,3
74	78	84	81	Trindade	49,0	52,9	55,5	64,7
80	79	78	82	Macaparana	46,4	52,8	57,5	64,5
72	86	75	83	Belém de São Francisco	50,1	49,6	59,4	64,5
82	82	81	84	Passira	46,1	50,7	56,6	63,7
75	77	79	85	Amaraji	48,4	53,1	57,0	62,5

Fonte: CONDEPE / FIDEM (2008).

Percebe-se que não houve mudança significativa na estrutura econômica. A tabela 7 informa sobre a quantidade de estabelecimentos e o emprego nos três

setores da economia – agricultura, indústria e serviços – nos anos de 1996 e 2001.

**Tabela 7 – Glória do Goitá – Número de estabelecimentos e número de pessoas ocupadas por setor de atividade – 1996 e 2001.**

SETOR	ESTABELECEMENTOS	ANO	Quantitativo de Pessoas Ocupadas	%
<b>PRIMÁRIO</b>	Número de estabelecimentos	1996	15	45,45
		2001	21	13,90
	Número de empregados	1996	177	22,66
		2001	129	12,21
<b>SECUNDÁRIO</b>	Número de estabelecimentos	1996	3	9,09
		2001	11	7,28
	Número de empregados	1996	12	1,53
		2001	102	9,65
<b>TERCIÁRIO</b>	Número de estabelecimentos	1996	11	33,33
		2001	116	76,82
	Número de empregados	1996	48	6,14
		2001	151	14,29
<b>TOTAL</b>	Número de estabelecimentos	1996	33	
		2001	151	
	Número de empregados	1996	781	
		2001	1056	

Fonte: PROMATA, 2006.

Os dados da tabela 7 revelam redução relativa drástica da agricultura, no caso, a monocultura da cana-de-açúcar, e não foi implantada nenhuma outra cultura em substituição à mesma. Quanto à agricultura familiar, que poderia substituir a monocultura da cana, ao longo do tempo foi perdendo a sua força devido a pragas e principalmente à falta de incentivo, tendo a população, antes engajada nela, encontrado no setor de serviços, a sua sobrevivência.

Seria possível afirmar que o setor terciário cresceu, ou melhor, “inchou”, devido a esta falência do setor primário. Coube à Prefeitura a função de resguardar a população. Hoje a renda do Município depende muito da Prefeitura que apresenta um total de 509 funcionários, responsáveis por 59,7% da renda do Município como mostra a tabela 8. Glória do Goitá apresenta-se hoje como uma região pobre e carente. Na tabela 8 percebe-se que o setor terciário é o de maior influência no PIB, o que caracteriza o desenvolvimento econômico em geral.

**Tabela 8 – Glória do Goitá – Número de empregados e de estabelecimentos por setor de atividade - 2000.**

Setor de atividade econômica	Empregados	%	Estabelecimento	%
Indústria de Transformação	93	10,9	6	10,7
Comércio	49	5,8	20	35,7
Serviços	43	5,0	7	12,5
Administração Pública	509	59,7	2	3,6
Agropecuária; extração vegetal; caça e pesca	58	18,5	21	37,5
Total	852	100,0	56	100,0

Fonte: CONDEPE / FIDEM (2000).

Após essa análise é possível afirmar que Glória do Goitá não apresenta nenhum desenvolvimento nas duas últimas décadas.

O Município de Glória do Goitá está inserido nos domínios da Bacia Hidrográfica do Rio Capibaribe. Seu principal tributário é o Rio Goitá e os riachos Macambira, Monjolo, Tanque, Braga, Jamaforro, Massaranduba, Grota Funda, Camurim, Salinas, Antinho, Mocó, Tapera, Macacos, Guilherme, Água Peba, Urubas, Canavieira, Ribeirão da Onça e Limãozinho. O principal corpo de acumulação é o Açude Goitá (52.000.000 m<sup>3</sup>). Todos os cursos d'água no Município têm regime de escoamento intermitente e o padrão de drenagem é o dendrítico (CONDEPE, 2009).

Apesar de estar localizada em uma grande bacia hidrográfica, Glória do

Goitá apresenta grandes problemas referentes ao saneamento e principalmente à água potável. De acordo com o Censo 2000, apenas 8% da população do Município, ou seja, a parte urbana de Glória do Goitá, possuem água potável. Mesmo assim o abastecimento é feito apenas uma vez a cada três dias. A água trazida pela COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento vem da represa de Tapacurá, localizada nos Municípios circunvizinhos a Glória, em que desemboca a maioria dos rios pertencentes à Bacia do Rio Capibaribe.

Na falta de água potável, a população faz uso da água de poço de pequena profundidade, na sua maioria de 2 metros de profundidade; e a grande maioria faz uso da água da Lagoa do Goitá, mesmo local onde a população joga os seus dejetos, pois o Município não apresenta nenhuma estação de tratamento de esgoto que leve a água tratada para essa lagoa. Diante dessa realidade a Lagoa do Goitá termina por funcionar como um esgoto a céu aberto, sendo um dos principais locais para banho de animais na região. Devido ao uso da água da Lagoa no processo de irrigação de pequenas lavouras e até mesmo o consumo em domicílios desta água, Glória do Goitá foi apontada como a última cidade do Brasil a apresentar um caso de cólera.

O mais alarmante é que só 0,2% da população possuem esgoto, o que contribui diretamente para os altos índices de proliferação de doenças infecto-contagiosas e, apesar disso, o mesmo é jogado diretamente nos afluentes do Rio Capibaribe.

Tendo em vista o objetivo deste tópico, de caracterizar amplamente o Município de Glória do Goitá, resumem-se a seguir os principais aspectos da sua atividade cultural.

O maracatu é uma das tradições do Município, os moradores passam o ano inteiro confeccionando suas fantasias de maracatu para desfilarem no carnaval do Município, que é uma festa bastante tradicional e animada.

A cultura popular da cidade está representada na tradição do mamulengo.

Em Glória do Goitá ela é mantida, sobretudo, por José Lopes ("Goiabinha"); ele, juntamente com sua esposa, é o responsável pela confecção dos bonecos do mamulengo. Essa manifestação popular ajuda a difundir o nome do Município para diversos locais, inclusive para o exterior, sendo um importante veículo de divulgação do turismo local.

Devido ao perfil religioso da cidade, Glória do Goitá tem em seu calendário festas comemorativas como a Festa de Nossa Senhora da Conceição, em homenagem à padroeira, a qual se estende até o Natal e Ano Novo. Além dessas, outras festas do Município fazem papel de difusor da cultura local, como os blocos que promovem o carnaval fora de época, reunindo um grande número de pessoas de cidades vizinhas.

## ***7.7 PROMATA***

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata – PROMATA representa um elemento de fomento da sustentabilidade da região. O poder local e sua descentralização visam à obtenção da democracia e anseios locais. Seu principal objetivo é promover um desenvolvimento que seja capaz de multiplicar-se e ser atingido, impulsionado pelas forças locais, preservando o meio ambiente para outras gerações.

O PROMATA visa a trabalhar como uma descentralização burocrática dos serviços públicos na direção do governo municipal, na busca dos anseios locais, implantando e ampliando o desenvolvimento sustentável. A descentralização é vista tanto do ponto de vista de prestação de serviços pelo governo local, quanto do ângulo da repartição dos recursos tributários entre os governos subnacionais.

O Programa constitui iniciativa do Governo do Estado de Pernambuco, em execução pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social, em cooperação com diversos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado, com as 43 prefeituras dos Municípios que integram a mesorregião da Zona

da Mata e com instituições não governamentais.

Os programas desenvolvidos pelo PROMATA são criados pelo governo do Estado a partir da identificação de uma fraqueza ou uma oportunidade e com os objetivos de melhorar a infra-estrutura de serviços básicos, de apoiar a diversificação das atividades econômicas por meio do desenvolvimento de pequenos negócios a partir da assistência técnica aos níveis locais de poder e às organizações sociais.

Para Cavalcanti (2002) trata-se de um empreendimento ousado, baseado na teoria do grande impulso (*big push*) de P. Rosenstein-Rodan (ROSENSTEIN-RODAN, 1943, *apud* CAVALCANTI *et al*, 2002, p.10), ou seja, a teoria de que ocorram vários investimentos simultaneamente em uma economia provocando um impulso. A influência desse impulso para o PROMATA está baseada no desenvolvimento local sustentável.



Fonte: <http://www.promata.pe.gov.br/>.

**Figura 1 - Concepção do PROMATA.**

Como mostra o esquema da Figura 1, o PROMATA baseia-se no desenvolvimento através do melhoramento dos serviços básicos e da diversificação da economia, ou seja, passa pelo viés social e econômico, além de respeitar os processos ecológicos. Para atingir essas metas o programa foi estruturado em subprogramas: melhoramentos de serviços básicos, diversidade econômica e gestão e proteção ambiental.

1. O subprograma de melhoramentos de serviços básicos - Compreende um conjunto de investimentos em atividades pré-identificadas como prioritárias para os Municípios da Zona da Mata. As atividades deste subprograma estarão organizadas em módulos que serão implantados de forma seqüencial.
  - No módulo de fortalecimento da gestão municipal e comunitária, estão previstas as atividades de assistência técnica e treinamento, bem como aquisição de bens para o fortalecimento da gestão municipal e da organização comunitária.
  - O módulo de ações sociais contempla o financiamento das atividades de assistência técnica e treinamento, aquisição de bens e a execução de obras para apoiar ações nas áreas de educação e saúde.
  - O módulo de infra-estrutura prevê financiamento de obras de sistemas de abastecimento de água potável, de reabilitação de vias intramunicipais, de construção de matadouros, entre outras.
  
2. Por outro lado, o subprograma de apoio à diversificação econômica busca estimular a diversificação das atividades econômicas da região, de forma sustentável e inclui os seguintes componentes: a validação, a difusão e a pesquisa agropecuária, visando a fortalecer o vínculo entre a oferta e demanda por tecnologia, especialmente para o desenvolvimento de agronegócios. O apoio a agronegócios compreende a prestação de serviços de assessoria em aspectos produtivos, mercadológicos e empresariais a cerca de 10.000 pequenos e médios produtores agropecuários, por um período máximo de 3 anos, e treinamento destes produtores visando a melhorar o desempenho dos seus negócios agropecuários. Por outro lado, o apoio a microempresa não agrícola contempla a prestação de serviços de treinamento e assessoria empresarial para cerca de 15.000 microempresários da região que não se dedicam a atividades agrícolas.

3. Subprograma de gestão e proteção ambientais - busca fortalecer a gestão e a proteção ambientais da região e promover a recuperação e o manejo sustentável de seus recursos naturais. Seus componentes são:

- gestão ambiental voltada para um plano de ação ambiental integrado, como identificação de áreas em estado crítico de degradação ambiental, recuperação da Mata Atlântica e desenvolvimento florestal, entre outros. Projetos ambientais, que serão financiados para a proteção da Mata Atlântica e projetos básicos para cerca de 10 sistemas integrados de destinação final de resíduos sólidos.

Portanto o objetivo do PROMATA, em uma análise do autor desta dissertação, visa:

- à elevação da qualidade de vida com equidade e depende necessariamente do crescimento e eficiência econômica, apesar de os mesmos não serem suficientes para o desenvolvimento sustentável;
- à igualdade de oportunidade para todos no que se refere ao acesso ao mercado de trabalho, às fontes de renda, ao serviço público e à efetiva participação política;
- à preservação ambiental como condicionante decisiva da sustentabilidade do desenvolvimento e de sua manutenção em longo prazo, a fim de assegurar qualidade de vida para as gerações futuras.

Este modelo de desenvolvimento sustentável poderá se tornar uma referência nacional da capacidade criativa de explorar a diversidade sócio-econômica, e principalmente enfrentando-se a questão geoambiental, levando-se

em consideração que se está trabalhando com sérias limitações de recursos naturais, infra-estrutura econômica e, principalmente, desigualdades sociais, que têm se agravado com o passar do tempo.

O melhoramento dos serviços básicos e a diversificação econômica são contemplados com maior ênfase e é uma herança do primeiro plano diretor da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Acrescentando a preocupação com problemas que remetem à sustentabilidade, vem o nicho da proteção ambiental.

Ou seja, temas centrais do PROMATA dão uma característica mais atual de intervenção, pois acrescentam a busca da transparência, o uso de processos participativos e principalmente a concepção de novas práticas.

No programa de fortalecimento Municipal do PROMATA, segmentos são dimensionados a partir do diagnóstico participativo do Município, desenvolvido durante o processo de elaboração do Plano de Investimento Municipal – PIM. A partir daí foram identificados, selecionados e priorizados os projetos e atividades financiados pelo programa.

O Projeto de Fortalecimento da Gestão Municipal tem por objetivo propiciar condições para que o setor público municipal atenda melhor, e de forma mais clara e eficiente, às demandas da comunidade. A importância desse projeto é a instalação, promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Para o alcance desse objetivo, o PROMATA tem como programas integrantes ao Projeto de Fortalecimento da Gestão Municipal: o fortalecimento da administração municipal; a ampliação da qualificação gerencial e técnica dos dirigentes e servidores municipais; a modernização da administração fiscal e a de programas sociais; o planejamento territorial e a gestão e proteção ambiental.

As atividades relacionadas ao programa são de grande espectro na gestão municipal, atuando diretamente na administração pública a fim de melhorar o

processo e promover os desejos da sociedade.

Para o alcance deste objetivo o programa inclui ações de capacitação e treinamento de recursos humanos, contratação de consultorias e assistência técnica, aquisição de computadores, de sistemas informatizados, de material de apoio e comunicação e a adequação de instalações físicas.

## **7.8 SERTA**

O SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa – é uma ONG (Organização Não Governamental) que possuiu, até 2008, sua sede no Campo da Sementeira, em Glória do Goitá. Atualmente sua sede está em Ibimirim, sertão de Pernambuco. Seus objetivos são:

Mobilizar a capacidade empreendedora da juventude na busca da melhoria das condições de vida de suas famílias e comunidades.

Capacitar produtores e técnicos nos princípios e tecnologias da produção orgânica, contribuindo para o respeito ao meio ambiente e o crescimento da agricultura familiar.

Comprometer a participação da escola, da arte e da cultura na produção do conhecimento e de atitudes que o desenvolvimento local e sustentável requer.

Contribuir para o avanço da gestão democrática visando à melhoria e à ampliação do acesso aos direitos sociais básicos.

Dinamizar os mercados das feiras ecológicas e da alimentação escolar no sentido de fortalecer as cadeias produtivas existentes no âmbito da agricultura familiar.

Agregar qualidade pedagógica e impacto social positivo aos programas e projetos, voltados para a promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes (Estatuto do SERTA, 2008).

O SERTA é abordado aqui por desenvolver ações que também visam ao desenvolvimento sustentável de Glória do Goitá, ocupando lacunas deixadas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal. Desenvolve programas para a melhoria da qualidade de vida, promovendo, desta forma, um rearranjo econômico da região.

Sua área de atuação abrange vários Municípios, chamadas Regiões de Desenvolvimento (RD), no Estado de Pernambuco.

Ao longo de 15 anos, educadores e técnicos do SERTA vêm se inspirando em autores diversos e repensando valores para formatar os princípios que constituem a base filosófica da organização. Juntos, os fragmentos de cada autor e suas reflexões vêm se incorporando à PEADS – Proposta Educacional, fortalecendo desta forma o conceito do Desenvolvimento Sustentável, que vem sendo trabalhado com o ensino, pesquisa e extensão de maneira integrada, buscando inovação, transformação e inclusão social.

As variáveis governantes são investigadas assim como as atividades econômicas que tolhem o desenvolvimento local, onde os educadores e jovens atuam e vivem. A visão crítica dos envolvidos é estimulada e desenvolvida ao longo do processo. É um método que busca o desenvolvimento de diversas competências com ações de sensibilização, pesquisa, problematização, desdobramentos e intervenções transformadoras da realidade. O protagonismo dos sujeitos sociais e sua autonomia são instigados, partindo-se dos seguintes princípios:

A pessoa como sujeito em potencial, com capacidade de se desenvolver em diversas dimensões (pessoal, social, pedagógica, cultural, política, emocional, intelectual, profissional etc.).

Concepção de mundo e natureza, em que as relações com as pessoas devem ser de colaboração e facilitação para que a natureza desenvolva as suas leis. Assim, as formas de produção devem preservar o meio ambiente com os recursos naturais e as políticas públicas devem ser construídas, implantadas e controladas nessa direção.

O papel que tem a educação, os conhecimentos, as tecnologias, os valores, as habilidades e sua relação entre os diferentes saberes científicos e populares. Todos são meios e não fins em si mesmos. Destinam-se ao bem das pessoas e não são neutros.

Crença na gestão democrática e compartilhada do desenvolvimento. Como instituição, o Serta assume uma tarefa de facilitador dos processos participativos nos mais diversos níveis (Estatuto SERTA, 2008).

Além desses princípios básicos, opções filosóficas são compartilhadas com agentes e comunidade local em busca do desenvolvimento, da conquista da justiça, da ética, do respeito mútuo, da solidariedade e da responsabilidade. Elegem-se a escola e o aluno como produtores de conhecimento sobre a realidade, em apoio aos processos de desenvolvimento em curso. O adolescente, como protagonista e liderança capaz de modificar o seu entorno e as circunstâncias em que vive. A família, por sua vez, como parceira pedagógica, fonte de soluções e não de problemas.

Desde 1994, tais bases filosóficas vêm sendo desenvolvidas, resultando em práticas em escolas, programas assistenciais, formação de produtores, educadores e jovens. Alguns dos componentes da PEADS foram inseridos no documento, Diretrizes Operacionais para Educação do Campo, elaborado pelo Conselho Nacional de Educação e homologado pelo MEC – Ministério de Educação e Cultura.

O Centro Tecnológico da Agricultura Familiar – CTAF, que pertence ao SERTA em conjunto com as Prefeituras de Glória do Goitá e Chã de Alegria, atuam basicamente em três linhas de ações – formação profissional de jovens, capacitação de agricultores e formação de professores. Desenvolve tecnologias para aprimoramento do processo produtivo, sistema de crédito e políticas públicas com o objetivo de justiça social com o fortalecimento e engajamento da comunidade local.

As atividades de agricultura familiar envolvem os agricultores e a comunidade. Na área de informática, cuida-se da comunicação e cidadania; os envolvidos são direcionados para a inclusão digital e social.

O empreendedorismo juvenil é estimulado pelo fundo rotativo, que financia algumas de suas iniciativas. Nas escolas campesinas, o conhecimento da realidade local serve como fio condutor para uma valorização e melhoria da qualidade do ensino. Ainda estão presentes as atividades ligadas à arte e cultura e o resgate à cidadania.

Muitos dos que passaram pelo SERTA são hoje cidadãos com a auto-estima forte e senso político denso. Alguns permanecem e passam a fazer parte da equipe e outros passam para a construção e desenvolvimento de outras ONGs ou projetos relacionados.

No Campo da Sementeira, em Glória do Goitá, há uma Unidade Pedagógica de Produção Orgânica - UPPO, que recebe visitantes de escolas e universidades, diariamente, com o objetivo de demonstrar a lógica e os princípios que são propostos para uma pequena propriedade familiar. A permacultura e a agroecologia são norteadores da organização e manutenção desse espaço. O conceito de permacultura é sintetizado por SOARES (2009, p. 1) da seguinte forma:

O projeto permacultural envolve o planejamento, a implantação e a manutenção conscientes de ecossistemas produtivos que tenham a diversidade, a estabilidade e a resistência dos ecossistemas naturais. Ele resulta na integração harmoniosa entre as pessoas e a paisagem, provendo alimentação, energia e habitação, entre outras necessidades materiais e não materiais, de forma sustentável.

A UPPO possui cinco hectares, tamanho médio das propriedades dos pequenos agricultores da região. De acordo com a organização, este espaço pode ser capaz de servir alimentos a uma família de sete pessoas. O zoneamento permacultural é utilizado e nesse sistema a casa é a zona 00.

A zona 01 conta com oficina, depósito, viveiro de mudas, horta familiar, produção de germinados, biodigestor, fogão solar, caminho produtivo e algumas fruteiras. O galinheiro e a agroindústria serão implementados em breve.

A zona 02 é o habitat conectado de peixes em lagos artificiais, porcos, patos, gansos, galinhas poedeiras, perus, guinés, pombos, coelhos, preás e abelhas melíponas. Nesta zona, são produzidos diversos tipos de fertilizantes orgânicos, tais como biofertilizante, composto, vermicompostagem (criação de

minhocas), *bokashi*, que é um tipo de fertilizante natural muito propício para a plantação de orquídeas.

Entre as fruteiras são plantadas culturas de primeiro e segundo andar como o feijão guandu, crotalária, girassol, mandioca, inhame e abacaxi, que variam com outras dependendo da época do ano e de acordo com a disponibilidade de água para irrigação.

A zona 03 é composta de uma horta comercial, que produz em larga escala para o mercado interno (restaurante do SERTA) ou externo (feiras e supermercados). Constam nesta área uma horta mandala e outra em buraco de fechadura.

Há a produção de capim e de palma para completar a alimentação dos animais de médio e grande porte (ovelhas, bovinos e porcos). No estábulo as ovelhas e bovinos convivem de forma harmônica e seus dejetos são utilizados para produção dos fertilizantes naturais. Cereais, tubérculos e cana são produzidos para alimentação dos animais e para fazer caldo de cana para os visitantes. Ainda na zona 03 dispõe-se de uma área de pastagem e um banco de proteínas (*Leucaenas*) para enriquecer a alimentação dos animais. Uma roça comunitária é compartilhada com alguns vizinhos e funcionários do SERTA.

A zona 04 possui árvores com as diversas finalidades como remédios, produção de fibras, produção de lenha e mourões, madeira de lei, plantas corantes contando com bambu e leguminosas. Há a captação de água da chuva com terraceamento e construção de açudes e barreiros nas regiões mais altas de forma a facilitar o escoamento por gravidade.

A zona 05 é a de observação e onde se costuma coletar sementes de plantas nativas.

Quando a UPPO é visitada, são abordados temas como a produção de resíduos sólidos e os desperdícios usuais das casas comuns (como resto de

alimentos, vidros, plásticos, águas negras, águas cinzas, água de chuva, etc.). As tecnologias são explicadas para demonstrar como minimizar esse desperdício, como as cisternas, aquecedor de água com energia solar, catavento, compostagem, entre outras. Busca-se relacionar os conteúdos trabalhados nas disciplinas escolares contextualizando as informações e salientando a matemática, química, física e geografia presente nos elementos e suas conexões.

## **8 MÉTODO**

Neste capítulo será descrito o método utilizado na investigação, detalhando-se os seus procedimentos.

### ***8.1 Tipo da pesquisa***

Os objetivos de uma pesquisa determinam o método, indicando-se o tipo de investigação adotado e a estratégia a ser aplicada. Como o presente trabalho se volta para analisar o fenômeno da implementação do Programa de Fortalecimento da Gestão do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Zona da Mata de Pernambuco, cuja ação mais importante é a criação do Plano Diretor Participativo, entende-se que sua caracterização é descritivo–explicativa.

A análise feita tem como ponto de referência a perspectiva dos diversos *atores* envolvidos no processo de fortalecimento da Gestão, cuja seleção, para fins do levantamento de campo (entrevistas), considerou o grau de ligação desses com o Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal, cuja missão visa à redução das desigualdades sociais e promoção da inclusão social, econômica e ambiental, com base no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor e voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Como foi ressaltado, dada a complexidade do tema e do programa promovido pelo PROMATA, Fortalecimento da Gestão Municipal, cuja análise depende da consideração de uma gama de elementos, variáveis e inter-relações subjetivas e objetivas, bem como a natureza da pesquisa em foco, optou-se por desenvolver uma pesquisa através de questionários com perguntas abertas voltada para uma abordagem quanti-qualitativa de natureza interpretativa, sobretudo por ser essa abordagem uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno multidisciplinar como o que se pretendeu estudar, o desenvolvimento sustentável.

A cooperação federativa – objeto do trabalho – entre o Estado e o

Município surge da análise dos atores principais especificados adiante bem como das características das instituições públicas envolvidas.

A ênfase no processo de análise é feita com base nos fatos ocorridos, descritos pelos entrevistados e nas questões enfrentadas por estes e pela organização durante a implementação do Programa. A análise de dados neste trabalho considera a quase simultaneidade da análise e da coleta de dados, o que demonstra o caráter flexível do método qualitativo, pois o programa de Fortalecimento da Gestão Municipal está em plena atividade e ainda não passou por nenhuma revisão.

Na pesquisa foi dada especial atenção às percepções, posicionamentos e ações dos agentes e principais atores, porque através destas respostas e questionamentos se pôde ter uma avaliação melhor do processo de fomento do desenvolvimento sustentável.

A abordagem metodológica, ou seja, quanto aos seus procedimentos técnicos adotados, pode-se classificar como uma pesquisa documental, sendo desenvolvida com base em documentos que podem não ter recebido um tratamento analítico ou ainda que possam ser reelaborados, de acordo com o objetivo da pesquisa.

Portanto, a pesquisa busca entender o problema a partir do ponto de vista das pessoas que o estão vivendo ou experimentando, técnica que possibilita a organização da pesquisa aplicada.

Desde a colocação do problema à avaliação dos resultados, está presente, portanto, a perspectiva argumentativa, ou seja, a questão maior seria a avaliação de algo que está sendo executado. Só uma pesquisa levando este aspecto em consideração seria capaz de reflexão deste ponto de vista, de forma a permitir a pesquisa diagnosticar a efetiva eficiência e problemática.

De forma complementar às investigações de campo, foi realizado também

um levantamento bibliográfico tendo como fonte livros, revistas, jornais, redes eletrônicas de dados, teses e dissertações, como suporte teórico-metodológico do trabalho. Outra investigação foi feita em documentos produzidos pelo PROMATA, como será detalhado mais adiante.

O tipo de amostra utilizada neste trabalho é classificado como não probabilística, de seleção racional ou intencional, tendo em vista sua melhor adequação ao tipo de trabalho proposto, visto que alguns dos autores estudados concebem-na como um tipo especial de amostra que pode ser retirada de um universo mediante processo seletivo deliberado, ou seja, as unidades componentes do corpo amostral são escolhidas intencionalmente pelo pesquisador, de forma a atender seus objetivos e metas de trabalho (VERGARA, 1998; RICHARDSON, 1999).

Essa escolha justifica-se pelo motivo de, ao estudar um tema específico – concepção e implementação do Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal - busca-se, desenvolver um estudo de acordo com a visão dos atores envolvidos e interessados acerca do fenômeno pesquisado, tendo se baseado no universo dos atores com o qual o processo de Gestão Municipal estaria diretamente relacionado: Governantes, Associações, Produtores Rurais e moradores de Glória do Goitá.

Assim, no estudo foi dada especial atenção ao trabalho de campo junto aos atores relevantes para o processo de concepção, formulação e aplicação do Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal.

### ***8.2 A identificação e seleção dos entrevistados***

Para levantar as impressões que os atores têm do Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal, foi necessário identificá-los e categorizá-los. A literatura sugere alguns métodos para que se possa identificá-los. No presente estudo a seleção e categorização desses atores foi feita tomando por base o

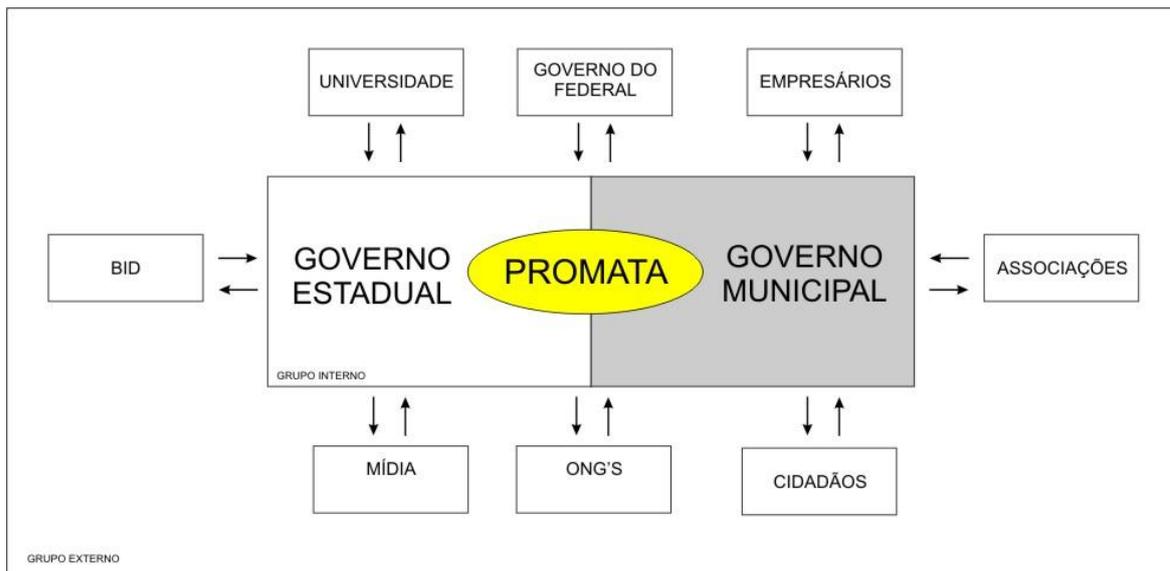
modelo de Stoner e Freeman (1995), que propõem a elaboração de uma lista de sujeitos e objetos de estudo (pessoas, grupos ou entidades) internos ou externos que podem de alguma forma influenciar ou ser influenciados pela sua atuação. Para tanto, procurou-se mapear os grupos conforme seus interesses e seus graus de envolvimento com a missão do Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal do PROMATA.

Foram consideradas como critérios para a escolha dos entrevistados a posição estratégica na área social e a liderança exercida pelos atores, de acordo com a opinião ou consenso decorrente da observação do pesquisador e de participantes do Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal com os quais se manteve contato. Após a elaboração do mapeamento e análise dos atores da área social a serem entrevistados, outros atores identificados no decorrer da pesquisa foram sendo incorporados ao mapeamento e entrevistados, a partir da determinação da relevância desses atores para a pesquisa.

No processo de identificação dos atores do Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal foi utilizado, de forma subsidiária, o método proposto por Frooman (1999). Para que sejam conhecidos os *grupos*, esse autor recomenda identificar quem são eles, quais são seus interesses e as estratégias que usam para alcançar seus objetivos.

Para identificar os atributos, demandas e interesses em relação à organização, foi adotado o método específico de pesquisa qualitativa, através de entrevistas semi-estruturadas.

Essa seleção se deu a partir da análise da documentação institucional e dos contatos iniciais com a responsável pela Gerência Técnica do PROMATA. Para tanto se considerou a totalidade dos possíveis *grupos*, tanto internos, como externos, os quais são representados no diagrama da Ilustração 4, para depois se proceder a escolha daqueles que seriam entrevistados.

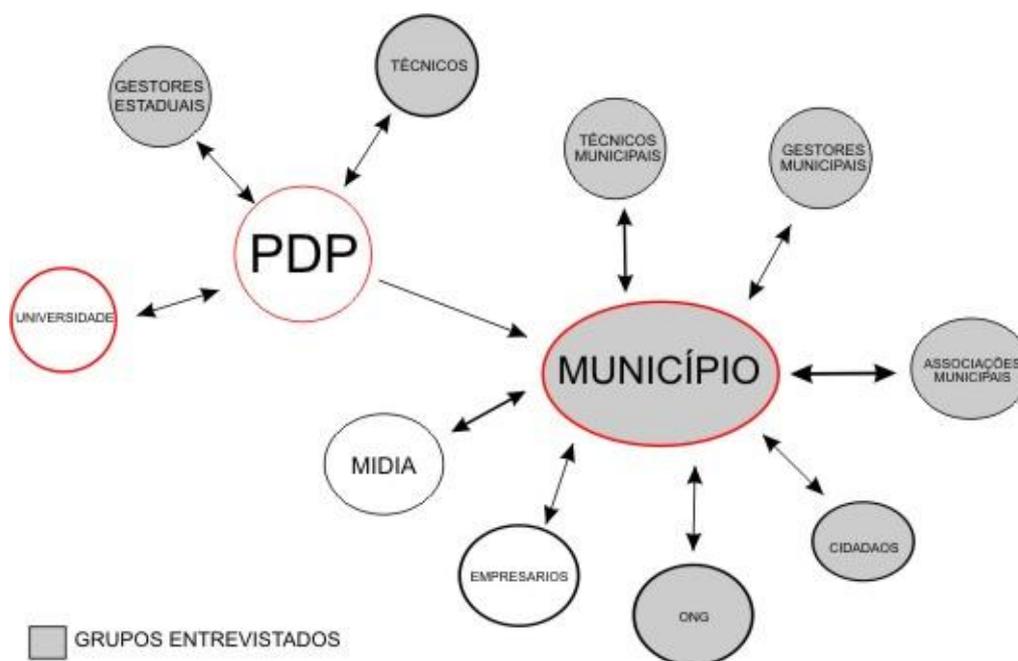


Fonte: uma adaptação de gráfico similar de Stoner e Fremann (1995, p. 71)

**Figura 2 - Identificação dos Grupos estratégicos pertencentes ao Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal.**

Desse modo foram selecionados 36 entrevistados: o Prefeito de Glória do Goitá (Gestão Municipal), o Gerente Técnico PROMATA (pelo Governo do Estado), a Gerente do Comitê Gestor de Glória do Goitá (Gestão Municipal), a Assessora do Comitê Gestor de Glória do Goitá (Gestão Municipal), uma técnica do PROMATA (Governo Estadual), um técnico do PROMATA (Governo Estadual), o Presidente da Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Massaranduba (Associações), uma representante da Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Sítio de Ribeirão (Associações) e os demais presidentes das associações.

Esses *entrevistados* foram agrupados quando da sua identificação e seleção em sete grupos: gestores municipais, gestores estaduais, técnicos estaduais, técnicos municipais, ONG, cidadãos e associações, o que resultou no desenho da rede de relacionamentos que mobiliza esforços em torno do Programa, supondo-se existir elos e coalizões que os ligam entre si, conforme a ilustração 5.



Fonte: uma adaptação de gráfico similar de Stoner e Fremann (1995, p. 73)

**Figura 3 - Mapa dos grupos.**

PDP: Plano Diretor Participativo.

Essa estratégia permitiu a elaboração de um roteiro integrado de entrevistas bem como apontou para uma estratégia inicial de análise de percepções sobre o Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal emitidas pelos diversos *grupos* selecionados, que indicaram a existência de alianças, posições convergentes e divergentes, valores, objetivos compartilhados, entre outros.

**8.3 O instrumento de coleta de dados.**

A coleta de dados foi realizada através de duas fontes distintas: uma de dados primários, que foram obtidos através de entrevistas semi-estruturadas em profundidade, e outra de dados secundários, de caráter documental. Foram utilizados também dados resultantes de debates, encontros técnico-científicos e reuniões informais de que participou o pesquisador.

As entrevistas foram feitas de modo a permitir que os entrevistados expusessem livremente suas idéias e opiniões acerca do assunto abordado. Nessa estratégia, as perguntas são mais flexíveis e a entrevista mistura perguntas abertas e fechadas. Mas, a maior parte das entrevistas foi guiada por uma lista de perguntas ou assuntos a serem explorados (Apêndice A).

Contudo, segundo Kidder (1987, p. 16-17), as entrevistas são ferramentas importantes, pois há oportunidade de o entrevistado e o entrevistador estarem juntos, permitindo uma melhor captação das informações proporcionadas pela maior comunicação entre as partes, bem como da observação do entrevistado e das respostas dadas por ele na situação real.

Como destaca Goldenberg (1999), a riqueza da técnica de entrevista está na possibilidade de revelar o significado que diferentes situações têm para os indivíduos, significados esses que são sempre mais amplos e complexos, do que aquilo que pode ser captado por um questionário padronizado, sendo sempre cada relato único.

Assim as entrevistas semi-estruturadas foram organizadas buscando investigar a construção e as ações do PROMATA no Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal, em que se procurou fazer uma adaptação do modelo de Neto e Froes (2001, p. 32). Os grupos de entrevistas podem ser assim caracterizados:

(i) o primeiro se referiu à dimensão Estadual (com o qual se procurou investigar ações e intenções do programa no nível estadual);

(ii) o segundo tratou da dimensão municipal (também procurou investigar os treinamentos, as aplicações das ações, foco, beneficiários, total de investimentos, retorno obtido, resultados alcançados); e, por último,

(iii) o terceiro voltou-se para a dimensão popular, em que se procurou investigar se a população está organizada e se foi orientada para facilitar a introdução do DLS, se identificou as mudanças e se o objetivo do desenvolvimento

contínuo foi alcançado aos olhos da comunidade.

Isso permitiu investigar o processo de concepção e implementação do PROMATA, no qual se procurou avaliar: (i) as razões que levaram à implantação do PROMATA; (ii) a natureza das ações em prol do desenvolvimento sustentável; (iii) o ordenamento e a participação da comunidade; (iv) os resultados apresentados pelas atuações sociais; (v) as práticas de mensuração destes resultados; e (vi) a percepção dos *grupos*.

As entrevistas foram gravadas e transcritas para assegurar a preservação de tudo o que foi dito para análise, tendo durado em média 45 minutos cada, mas as entrevistas realizadas com os presidentes das associações foram apenas transcritas pelo pesquisador, porque os entrevistados não se sentiram à vontade diante do gravador e solicitaram a sua não utilização. Para tanto foi utilizado um roteiro dos questionamentos específicos para cada um dos grupos de entrevistados (gestores estaduais; técnicos estaduais; técnicos municipais; gestores municipais; associações; cidadãos; ONG). O roteiro de entrevista consta do Apêndice A. Ao longo da realização das entrevistas foram formuladas questões complementares, em função das respostas apresentadas, o que permitiu a exploração de novas facetas da visão dos entrevistados acerca do problema pesquisado.

Em função de acordo firmado pelo pesquisador e parte dos entrevistados, nas respostas, suas identidades foram protegidas, sendo as mesmas registradas no relatório da presente pesquisa conforme codificação impessoal ordenada de E1 a E36, atribuída a cada entrevistado. Tal medida é uma prática amplamente adotada em estudos qualitativos. A intermediação entre o pesquisador e a instituição PROMATA se deu através do Gerente Técnico e de pessoa pertencente ao corpo técnico do PRORURAL. A intermediação entre pesquisador e Governo Municipal, por sua vez, se deu através do Prefeito de Glória do Goitá, de uma Vereadora do Município, de representante da Prefeitura no Conselho de

Desenvolvimento e, entre o pesquisador e comunidade e associações, se deu através da presidenta do Conselho de Desenvolvimento de Glória do Goitá e dos presidentes das Associações.

Também foi utilizada a análise documental para a coleta de dados secundários, entre os quais se procurou obter documentos como artigos de jornais, memorandos, fotos, *folders* promocionais e relatórios institucionais. Nesta análise os dados foram sintetizados segundo ordem de coleta, assim organizados: Análise do Relatório de Diagnóstico Participativo (PROMATA, 2003), análise do Relatório do Plano de Investimento Municipal – PIM: Município de Glória do Goitá (PROMATA-2003), análise do Plano Regional de Inclusão Social – Governo nos Municípios (2004-2007), análise do Plano Diretor Participativo de Glória do Goitá (PROMATA 2005).

Os dados coletados foram agrupados de maneira a permitir: (i) caracterizar a organização escolhida (histórico, estrutura organizacional, público relacional e beneficiários, etc); (ii) conhecer os projetos e ações em prol do desenvolvimento sustentável na ZM; (iii) entender como se processa o exercício do DLS no PROMATA; e, (iv) a partir da seleção dos *grupos* entrevistados, perceber qual a visão que tinham acerca do Programa de DLS do PROMATA.

#### **8.4 A análise dos dados**

A interpretação dos dados coletados foi realizada através da análise de conteúdo de natureza qualitativa, cujo método está voltado para a classificação de “[...] palavras, frases, ou mesmo parágrafos em categorias de conteúdo” (ROESCH, 1996, p. 157).

Para Bardin (2000, p. 28), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise do discurso (conteúdo e continentes), cada vez mais sutis e em

constante aperfeiçoamento, adaptáveis a um campo de aplicação muito vasto, que é o das comunicações, com a finalidade de atingir dois objetivos básicos:

- a) ultrapassagem da incerteza - julga-se se a mensagem está efetivamente contida num determinado contexto, e se esta visão, pessoal, pode ser compartilhada ou generalizada para outros;
- b) o enriquecimento da leitura – a leitura atenta pode aumentar a pertinência dos dados através da descoberta de conteúdos e estruturas que se confirmam pelo esclarecimento de elementos de que, *a priori*, não se tinha compreensão.

A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção) das mensagens analisadas. Para tanto, pode-se recorrer ao uso de indicadores de natureza qualitativa ou quantitativa, criando mecanismos para responder a duas questões: (i) o que é que conduziu a um determinado enunciado; e (ii) quais as conseqüências que o enunciado vai, provavelmente, provocar (BARDIN, 2000, p. 30).

Para a realização da análise de conteúdo, de cunho qualitativo, é levada em consideração a presença, ou a ausência, de determinadas características de conteúdo em uma mensagem, ou fragmento de mensagem analisado. Já na análise de conteúdo de cunho quantitativo, o que serve de referência para a análise é a freqüência com que certas características de conteúdo se apresentam (BARDIN, 2000).

Como recomendado por Bardin (2000, p. 95-101), a análise de conteúdo desenvolve-se em três fases: (i) pré-análise: refere-se à fase de organização dos dados. São os primeiros contatos com os documentos, dados das entrevistas (escritos, gravados e transcritos) e das observações, que permitem formular os objetivos gerais da pesquisa, as hipóteses mais amplas e a determinação do

campo de investigação; (ii) descrição analítica: constitui a fase que tem como objetivo administrar as decisões tomadas na pré-análise; referindo-se à tarefa de codificação dos dados; e (iii) interpretação referencial: inferência e interpretação do material levantado, tendo por objetivo a validação dos dados obtidos.

Laville e Dione (1999, p. 215) afirmam que a análise de conteúdo consiste em “um conjunto de técnicas de análise de comunicações pela qual se empreende um estudo minucioso de seu conteúdo, das palavras e frases que o compõem, procurando-lhes as intenções, comparando, avaliando, descartando o acessório, reconhecendo o essencial e selecionando-o em torno das idéias principais”.

Após a coleta dos materiais, transcrição e várias leituras das entrevistas, cumpriram-se as seguintes fases:

- a) recorte dos conteúdos, ordenados por temas segundo os conceitos e dimensões do modelo de análise (Quadro 2), que serviram de base para o tratamento dos dados;
- b) seleção e separação das idéias relevantes à compreensão dos objetivos propostos;
- c) junção dos dados brutos entre e intradimensões segundo cinco qualidades de exclusão mútua (Laville e Dione, 1999, p. 216):
  - . cada elemento não deve existir em mais de uma divisão;
  - . homogeneidade na classificação por um único registro;
  - . pertinente adequação do material às intenções da investigação;
  - . objetividade de critérios previamente definidos;
  - . produtividade e resultados férteis segundo índices de inferência.

A análise dos dados foi feita a partir de três dimensões, levando em conta os seus respectivos indicadores, por meio dos quais se procurou estabelecer uma relação entre a realidade investigada, em confronto com os pressupostos do trabalho. Contudo o seu resultado foi sintetizado em uma única dimensão, para o

melhor entendimento e a melhor compreensão das ações.

Desse modo, as entrevistas e dados de fontes secundárias, foram interpretados levando-se em conta as três dimensões de análise (Estado-institucional, Município, comunidade) e o referencial teórico conforme demonstrado no Quadro 2. Para se atingir os propósitos dessa pesquisa, foram estabelecidos alguns segmentos que nortearam o processo de análise dessas dimensões. As três dimensões de análise adotadas na pesquisa foram tomadas e adaptadas de Melo Neto e Froes (2001).

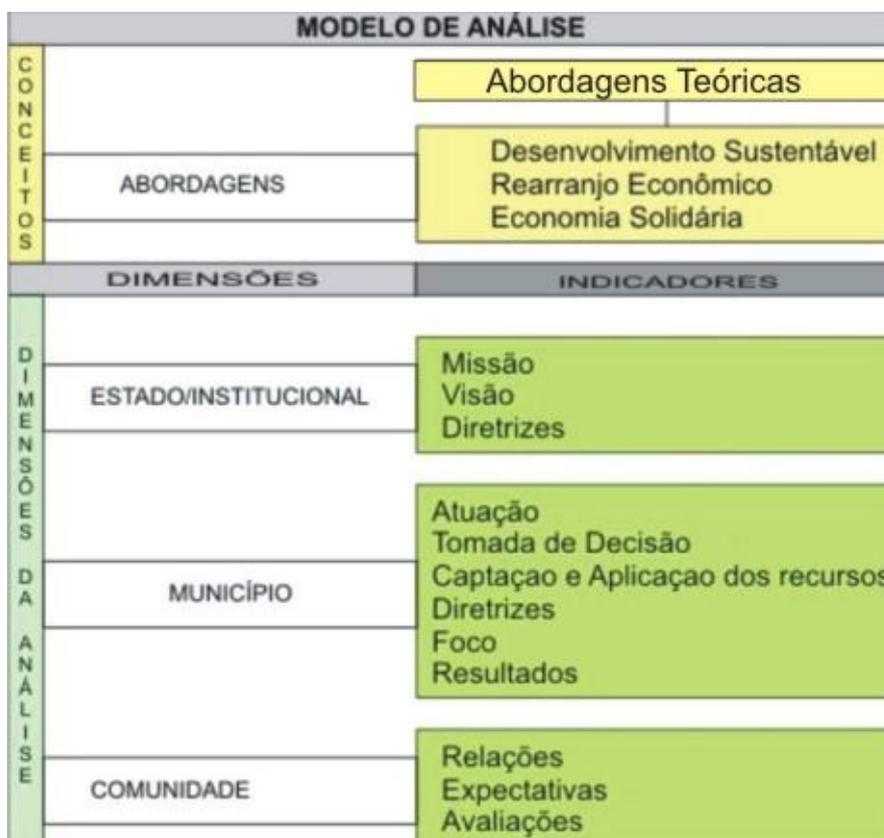
Para Melo Neto e Froes (2001, p. 32), as avaliações do exercício da responsabilidade social corporativa pressupõem análises detalhadas em três dimensões:

- análise do comportamento (quais os valores que adota e como difunde e promove junto a seus diversos públicos). É o que os autores denominam de dimensão ética (grifo nosso) da responsabilidade social corporativa;
- análise de como desenvolve as suas ações sociais (qual o foco dessas ações, seus beneficiários, total de investimentos, resultados alcançados). É o que denominam de dimensão pragmática (grifo nosso) da responsabilidade social;
- análise de como se relaciona com os seus diversos públicos-alvos (como a organização relaciona-se com os seus empregados e dependentes, clientes, governo, fornecedores, distribuidores, acionistas, comunidade e sociedade). É o que denominam de dimensão político-institucional (grifo nosso) da responsabilidade social.

O modelo desenvolvido por Melo Neto e Froes (1999) foi originalmente pensado para o caso de empresas. Uma vez que a organização analisada é uma organização social (OS), foi necessário fazer algumas adaptações nas dimensões a serem investigadas.

Os ajustes realizados no modelo de análise e o posterior desenho dele só

foram concluídos após a realização das entrevistas e a avaliação das falas dos *grupos* entrevistados e dos elementos por eles destacados.



**Quadro 2 – Modelo de análise dos dados coletados.**

### **8.5 Limitações da pesquisa**

O uso de técnicas de pesquisa de natureza qualitativa tem dado margem a questionamentos quanto aos padrões de objetividade e ao rigor técnico da coleta e análise dos dados, uma vez que não permite generalizações, bem como sobre a possível incidência, ou não, do chamado viés do pesquisador (GOLDENBERG, 1999).

Diversos cientistas sociais, entre eles Weber, Bourdieu e Becker (GOLDENBERG, 1999, p. 44-60), por outro lado, acreditam que a explicitação de todos os passos da pesquisa seja um instrumento fundamental para evitar o viés

do pesquisador. Esses teóricos não aceitam a tese da suposta neutralidade do pesquisador quantitativista e lembram que, se este tiver consciência dos seus valores e da interferência que eles podem ter na condução e nas conclusões da pesquisa, será possível adotar medidas preventivas, de modo a evitar a ocorrência desse viés. Embora a objetividade plena não possa ser exercitada nas ciências sociais, o pesquisador deve buscar o que Bordieu chama de "objetivação", que é o esforço controlado de conter a subjetividade.

Goldenberg (1999, p. 45) lembra, ainda, que o simples fato de se escolher um determinado objeto de pesquisa já denuncia um julgamento de valor e que o resultado dessa pesquisa será inevitavelmente influenciado pelo seu contexto histórico-social, pela orientação teórica adotada e por outros fatores, como a personalidade do pesquisador e o *éthos* do entrevistado. A maneira de se contornar esse problema é a partir da consciência por parte do pesquisador acerca de suas preferências.

## 9 RESULTADOS

Atualmente, o tema desenvolvimento local sustentável tem sido cada vez mais recorrente na agenda dos principais agentes no campo da ação pública, inclusive das organizações não governamentais. Tal fato decorre, sobretudo, da extrema importância e urgência que a questão ambiental tem assumido nas últimas décadas face aos grandes problemas enfrentados pela maioria das comunidades em todo o mundo, especialmente aquelas localizadas em países pobres e em desenvolvimento como o Brasil. Esses problemas se agravam à medida que são associados às questões sociais e econômicas de base, como a pobreza. Redirecionar o modelo de desenvolvimento dessas comunidades torna-se, assim, uma tarefa extremamente desafiadora e muitas vezes em contextos e processos ainda pouco estudados.

Assim sendo, não se constitui uma tarefa fácil contribuir para a implantação de uma lógica do desenvolvimento local sustentável, em comunidades fortemente caracterizadas por problemas acumulados ao longo de décadas e gerados por uma economia cuja renda está em poder de uma minoria, marcada em grande medida pela pobreza e sendo agravada pelas desigualdades sociais, além de intensos processos de degradação ambiental. Isto, somado à opção de grande parte dos governantes dessas comunidades por uma gestão calcada em resultados de curto prazo, distanciando-se cada vez mais das ações transformadoras locais e sociais, que tem sido ainda hoje um desafio a se vencer.

As ações que buscam o desenvolvimento local sustentável, por mais inovadoras e consistentes que possam se caracterizar, têm se deparado com problemas de diversas naturezas. Entre esses problemas estão: as dificuldades em se obter os recursos necessários à mudança dos paradigmas de desenvolvimento tradicionais, até tentativa de mudança da mentalidade, da "cultura", do comportamento da população, requisito fundamental para obtenção de qualquer resultado positivo.

Diante disso, impedir o progresso de um modelo econômico baseado apenas no produzir, competir e consumir, já com os hábitos adquiridos e consolidados do mesmo, pode representar um grande obstáculo. Ou seja, qualquer mudança que ocorra ou que seja inserida dentro do modelo vigente de desenvolvimento pode não surtir nenhum efeito ou até representar ameaça de ruptura, podendo o mesmo permanecer com os padrões dominantes, fundados no tripé da abundância de recursos naturais, no aumento da produtividade do trabalho e na presença do Estado desenvolvimentista.

As mudanças deste pensamento devem partir da singularidade, ou seja, de níveis locais, com instrumentos capazes de enfrentar as desigualdades e de provocar alternativas criativas que atendam às necessidades básicas e à preservação da natureza, constituindo assim elementos norteadores do desenvolvimento sustentável.

O papel da sociedade local é de suma importância para que haja resultados satisfatórios, cabendo à mesma determinar meios que possibilitem a convivência no meio ambiente, aliada a alternativas de sustentabilidade à medida que prioriza as satisfações de suas necessidades reais, oriundas de sua cultura e de seu ambiente. O desenvolvimento sustentável inicia-se pela implantação de políticas democráticas e solidárias, não somente no sentido restrito da democracia como forma de representação política e de renovação das elites dirigentes, mas como forma de entrosamento das decisões dos grupos locais com os processos decisórios mais globais. A idéia de sustentabilidade remete a um conceito de coletividade; todavia, quando o individualismo se sobrepõe ao bem estar coletivo, o resultado pode ser uma dialética perversa.

Tal pensamento individualista, em determinada sociedade, contrário aos objetivos do bem comum, se não freado no tempo certo, pode provocar uma concentração de renda levando à desigualdade social, passando essa a ser um dos maiores entraves do desenvolvimento local sustentável, e em particular da mesorregião Nordeste, marcada pelo latifúndio, em que a maioria das terras está

em poder de uma reduzida minoria. A Zona da Mata de Pernambuco melhor exemplifica este cenário, que apresenta vários obstáculos ao desenvolvimento sustentável a serem vencidos, tais como a monocultura da cana-de-açúcar e a concentração do poder, que geram muitos entraves político-administrativos.

Observa-se que o papel do Estado estende-se nesse processo, uma vez que nenhum país se desenvolveu sem a presença do mesmo. Projetos do PROMATA que fomentam o desenvolvimento de áreas degradadas, dentre eles o Projeto de Fortalecimento de Gestão Municipal, requer longo prazo, reformas e induções, além de apresentar diretrizes econômicas diferentes, que antes apontavam para um crescimento e, a partir deste processo, prezam pelo desenvolvimento econômico, sócio-cultural e ambiental. Ele passa a ser responsável, por exemplo, por avaliar o que é necessário para que a economia cresça, e o que é essencial para que a sociedade não sofra com esse crescimento, além de apontar o que seria necessário preservar ou ser transformado.

Os efetivos fatores desta transformação serão o Estado e a sociedade, pois compete aos mesmos a responsabilidade de dar início a esta ação de mudança. Contudo, o desafio que se coloca é o de introduzir formas de participação que tenham como característica a interdependência entre os atores, independentemente da dimensão geográfica em que ocorre. Nenhuma decisão deve ser tomada com beneficiamento unilateral e as resoluções devem ter caráter mútuo, caso contrário, o próprio conceito de desenvolvimento sustentável passa a ser apenas um conceito, não tendo, assim, força para transformar-se em uma prática.

O desenvolvimento sustentável e em particular "local" pode apresentar uma conotação de pequeno, de uma minúscula localidade, pois o mesmo pode ocorrer em um Município, em uma região ou até mesmo em uma parte do mundo. O conceito de local assume uma conotação sócio-territorial no processo de desenvolvimento, quando este processo é planejado, promovido e induzido. É importante observar que, devido ao ranço com relação ao modelo

desenvolvimentista, quando se pensa no desenvolvimento local sustentável surge logo a idéia de processos desenvolvimentistas de níveis municipais e regionais.

O "local" no contexto do desenvolvimento passa a ter uma concepção de identidade social, cultural, de forma a expressar, de um modo geral, os laços históricos. Ao mesmo tempo, porém, passa pela diversidade cultural, multiplicidade de arranjos que distinguem determinada localidade das demais. A partir daí, então, quando trabalhada a idéia de desenvolvimento local, a mesma pode ser associada à delimitação da cidade, do Município ou até mesmo da região.

A idéia de desenvolvimento rural, por sua vez, está sempre ligada à concepção de elementos comuns que unem os mais diversos indivíduos, criando neles uma identidade específica ao qual se denomina pertencimento. É preciso romper com o pensamento de que o meio rural está ligado a atraso, e sim diretamente ligado às dificuldades dos pequenos agricultores, seja do ponto de vista da produção ou de seu acesso. Hoje, o cenário rural assume novas extensões e nos propõe novas perspectivas de desenvolvimento com referência às novas potencialidades a serem desenvolvidas, ainda considerando-se as diversidades locais, agrícolas e não agrícolas, a participação do governo, da gestão municipal e dos atores sociais locais.

Neste capítulo, apresenta-se o resultado da análise das entrevistas realizadas com os *grupos* selecionados, bem como da documentação coletada sobre o assunto, tomando-se por base a opção metodológica adotada.

As entrevistas e dados de fontes secundárias foram interpretados, levando-se em conta as três dimensões de análise: Estado/Institucional, Município e Comunidade. Importante destacar que a análise dos resultados não será pautada no formato das dimensões e sim em um texto que prioriza a cronologia para um melhor entendimento.

Cabe ainda destacar que a análise dos dados foi guiada pelos princípios e

pela lógica do processo de desenvolvimento sustentável local, assim como pelas suas articulações e contribuição ao desenvolvimento econômico e social da microrregião em questão, baseado, sobretudo, no combate à desigualdade social e à pobreza, e alinhados pelos objetivos da preservação e conservação do meio ambiente.

Assim, privilegiou-se nesse estudo a análise do Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal, do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco - PROMATA, enquanto ação básica fundamental deste Programa com vistas ao fortalecimento e melhoria das políticas públicas locais, especialmente voltadas para a introdução e dinâmica da economia local, a redistribuição de renda e riqueza, como elemento central para erradicar a pobreza e criar as bases sólidas para um desenvolvimento sustentável e solidário.

O PROMATA, enquanto principal Programa de desenvolvimento do Governo do Estado de Pernambuco, para a mesorregião da Mata de Pernambuco, executado pela então Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social – SEPLANDES (atual Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG), tem como foco central a promoção do desenvolvimento local integrado e sustentável, sendo este desenvolvimento alcançado, entre outros meios, através da ativa colaboração entre os diversos grupos sociais atuantes nesse território, entre os quais os poderes públicos Estadual e Municipal, destacados nesse trabalho como os principais setores analisados, sobretudo pela sua capacidade de articular ações e de captar recursos, sejam eles internacionais, federais e estaduais para serem aplicados no âmbito municipal.

A responsabilidade por este momento inicial, o da instalação do processo de planejamento coube ao PROMATA, e a sua participação neste processo, na área em estudo, foi efetiva, marcante e principalmente orientadora, como se vê a seguir.

Nas primeiras oficinas do PROMATA, participamos, opinamos e redigimos os projetos da Prefeitura, assim como escolhemos o que era mais urgente para a comunidade. Também com a supervisão do PROMATA

nos organizamos melhor e fortificamos o Conselho de Desenvolvimento de Glória... (Entrevistado E20 – Grupo Comunidade)

Um ponto negativo nesse processo inicial de implantação foi a quantidade de cidades em que ele foi iniciado simultaneamente, ou seja, em todas as cidades da Zona da Mata. Com um corpo técnico reduzido, cada grupo técnico teve a responsabilidade de pelo menos cinco cidades, causando de certa forma um trabalho mais reduzido e superficial, ou até de certa forma levando impressões e efeitos de outra cidade, como nos mostra o relato a seguir:

Nós trabalhávamos na base em Recife, e cada reunião seguíamos para a cidade a ser trabalhada. Tínhamos cerca de cinco cidades para fazermos a identificação do perfil, oficinas e a confecção do PDP. No final tínhamos a confecção de quase um PDP por dia. (Entrevistado E5 – Grupo Governo/Instituto)

Cabe ainda ressaltar que o PROMATA encontrou um cenário organizado na área em questão porque, diferentemente das demais cidades, existe em Glória um Conselho de Desenvolvimento composto por 33 associações, o qual representa a quase totalidade dos segmentos da sociedade. Neste sentido, saiu na frente das cidades da mesorregião, pois o Conselho de Desenvolvimento busca a melhoria dos serviços à população e, como consequência, a melhoria da qualidade de vida da mesma. Um papel que o PROMATA desempenhou foi uma reestruturação e fortalecimento do Conselho.

Nas primeiras oficinas do PROMATA, tivemos a revisão do regimento do Conselho e com esta oficina iniciamos a melhoria do Conselho para a realização das nossas benfeitorias, melhorando as nossas vidas... (Entrevistado E23 – Grupo Comunidade)

A função do PROMATA é a instalação do processo de desenvolvimento, com a ajuda ou não de organização prévia da sociedade, e a sua missão é a instalação do desenvolvimento sustentável, através da identificação do perfil local para a construção do seu desenvolvimento sustentável, o qual estimula ou provoca dependendo do seu potencial, como se pode extrair de trecho do entrevistado abaixo.

A lógica do Desenvolvimento Sustentável implementada pelo Programa pressupõe a identificação de arranjos produtivos locais a partir do próprio beneficiário do Programa, no âmbito da elaboração dos Planos de Investimentos Municipais. Ou seja, está baseada nas potencialidades locais de cada Município, seja na valorização e estruturação de arranjos pré-existentes, seja estimulando a estruturação e o desenvolvimento de vocações de negócios inovadores na região. Um exemplo disso foi o Turismo Rural no âmbito da Mata Norte. Antes do início da execução do Programa, não existia nessa região mais do que três empreendimentos rurais como pousadas ou hotéis de qualidade. Hoje, temos para mais de dez estabelecimentos. É claro que o Programa não foi o responsável sozinho para que isso ocorresse, mas foi um dos grandes articuladores dessa nova oportunidade de negócios na região. (Entrevistado E2 – Grupo Governo/institucional)

E essas ações se dão praticamente com o próprio Programa como um todo, apesar de ele possuir vários projetos, como nos mostra um entrevistado:

Todo o conjunto de suas ações está voltado para apoiar o desenvolvimento sustentável da Zona da Mata, seja nas ações de aumento da escolarização, na melhoria dos serviços de atenção básica de saúde e dos serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário no meio rural, seja nas ações de apoio ao desenvolvimento econômico e de fortalecimento da gestão ambiental na região. (Entrevistado E2 – Grupo Municipal)

Essas ações foram integradas ao Plano Diretor Participativo elaborado, com o apoio do PROMATA, pelos Municípios com mais de 20.000 habitantes ou de interesse turístico estratégico, em conformidade com a Lei Federal 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, legislação baseada no artigo 182 da Constituição Federal de 1988. O Programa, a fim de alcançar o seu objetivo, tem no Plano Diretor Participativo o seu principal instrumento de gestão municipal. Desta forma, o Município de Glória do Goitá deixou o modelo dos planos urbanísticos tecnocratas e excludentes e passou a ter um plano urbanístico em diálogo com os setores populares, correspondendo a uma política de gestão e desenvolvimento urbano, refletindo assim, no Plano Diretor, os interesses de toda uma comunidade. Plano este que, aprovado pela Câmara Municipal, se torna instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Desse modo, foi necessária uma legislação que implementasse e fortalecesse o PDP – Plano Diretor Participativo como instrumento de gestão e

desenvolvimento, que tivesse como principal preocupação o ordenamento socioespacial e a proteção do ambiente no processo de fomento, soerguimento ou fortalecimento econômico.

Desta forma o PROMATA, baseado na legislação que torna obrigatório o Plano Diretor, define o mesmo como marco inicial de uma política de gestão, e incorpora, como mencionado anteriormente, a participação da comunidade e o conceito da inclusão social: "um pacto entre a sociedade civil organizada e os poderes Executivo e Legislativo para orientar o desenvolvimento, o ordenamento e a expansão urbana do Município, sob a forma de Lei, conforme previsto no Estatuto da Cidade" (PERNAMBUCO, 2005, p.16).

Por meio da construção do PDP, que parte do primeiro fórum local denominado de Plano de Investimento Municipal – PIM, foi traçado o seu perfil característico e principalmente teve início a participação popular, que vai se tornar fundamental para o alcance do desenvolvimento local sustentável. Assim, o processo de implantação do desenvolvimento sustentável inicia-se pela elaboração do PIM, um documento que contém todo o perfil do Município e para cuja elaboração foi buscada a participação da comunidade (de acordo com convite que segue no anexo B), o qual priorizou os investimentos no Município, como nos explica o entrevistado:

Oficialmente a implementação do Programa na região da Mata como um todo ocorreu em junho de 2002. O Programa, à exceção dos cinco Municípios do Projeto Piloto (ou seja, nos 38 Municípios restantes), começou no mesmo momento – a partir da elaboração dos planos de investimentos municipais (PIM) em 2003/2004. Ele é a senha de acesso do Município aos investimentos do Programa. Importante lembrar que o PIM foi construído pela própria comunidade do Município participante das oficinas de planejamento participativo. Ao todo, da região, mais de 20.000 pessoas participaram do processo de diagnóstico participativo. Importante ressaltar, no caso de Glória, a parceria com o SERTA na área de apoio ao desenvolvimento econômico (Entrevistado E2 – Grupo Municipal)

A realização do PIM teve a participação da comunidade. Na época a Prefeita, Dona Fernanda Paes, colocou ônibus e kombi para trazer todos os representantes de comunidade e nós participamos das oficinas e opinamos para ser feito o que queríamos... (entrevistado E15 -

Comunidade)

Na construção dessa oficina, aprendemos que o fortalecimento do Conselho leva ao fortalecimento das nossas associações, melhorando as nossas vidas... (Entrevistado E18 - Comunidade)

No PIM encontrou-se um diagnóstico de Glória, inicial e muito comum em relação às demais cidades que pertencem à Zona da Mata: uma população vivendo em uma situação pouco favorável, uma economia paralisada, com poucos serviços básicos e em forte processo de degradação ambiental. Glória apresentava 0,3% da população com esgoto e só os moradores do centro é que possuíam água potável. Quanto ao processo de degradação ambiental, Glória apresentava apenas 8% da mata atlântica original e a grande parte desse remanescente pertence às ONGs SERTA e Pau Brasil.

A partir dos dados obtidos nos referidos fóruns, teve início o processo de elaboração do PDP. Contudo, é importante ressaltar que o PIM, do ponto de vista econômico, indica que o Município de Glória do Goitá tem forte sustentação no serviço, diferentemente do perfil da região que tem como predominância a agropecuária.

Os serviços vêm absorvendo a mão de obra e assumindo papel predominante na economia da referida região. Ou seja, as atividades não agrícolas passam a formar um setor ativo da economia desse Município, suprimindo a insuficiência, principalmente a agrícola, devido à decadência da agricultura baseada na monocultura da cana-de-açúcar. Foi uma alternativa criada, em que o setor de serviços, em particular a Prefeitura, absorveu esta população que não tinha emprego nem qualificação e sem nenhuma perspectiva de inserção no âmbito de trabalho e sem renda; ou seja, uma forma encontrada de absorver o desemprego da região.

... Diferentemente das demais cidades da região, Glória do Goitá apresenta o Serviço como um setor que absorveu a população remanescente da monocultura da cana-de-açúcar. Digo diferentemente porque foi a criação de postos de serviço que absorveu essa fatia. Hoje encontramos uma Prefeitura inchada de servidores sem treinamento e

mal remunerados e ainda temos um concurso realizado há pouco tempo e já foram incorporados mais servidores. O papel do Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal vai nos ajudar na capacitação dos servidores. (Entrevistado 01 – Grupo Municipal)

Segundo indicadores, este setor de atividade não agrícola, que corresponde à administração pública mais comércio e serviços, responde hoje em dia por 70,5% da população ativa.

Cabe ainda, na análise do PIM, observar que a agropecuária tem contribuído para a geração de renda e reaquecimento da economia, sobretudo de uma maneira sustentável, embora ainda se encontre uma agropecuária voltada para os subsetores da cana-de-açúcar, porém em menor escala. Hoje, se encontra uma agropecuária voltada mais para a agricultura familiar, principalmente devido à inserção da ONG SERTA. Esta organização, como já foi dito, tem uma importância muito grande no Município de Glória do Goitá, pois foi um parceiro do PROMATA e um grande incentivador do desenvolvimento sustentável.

Importante ressaltar, no caso de Glória, a parceria com o SERTA na área de apoio ao desenvolvimento econômico. (Entrevistado E02 – Grupo Governo/Institucional)

O SERTA tem sido de grande valia para o Município; o parceiro sempre à mão em prol do desenvolvimento sustentável através de seus projetos e suas capacitações... (Entrevistado 01 – Grupo Municipal)

O papel do SERTA, portanto, tem sido de iniciar o reaquecimento da economia, através de projetos que prezam o desenvolvimento permanente e que promovam rearranjos econômicos, tendo maior destaque devido a sua vocação para a agricultura familiar.

Dentre os projetos promovidos, destaca-se o “Corredor da Farinha” que parte da aptidão do Município, pois desde quando a monocultura da cana ainda aquecia a economia, os seus trabalhadores já faziam uso do plantio da mandioca para a produção de farinha. Esse projeto faz retomar esta vocação por meio do incentivo à produção da farinha, não apenas para subsistência, mas para venda de excedente, e organização dos produtores em uma associação, de forma que esta

união ajude no escoamento da sua produção.

O projeto corredor da farinha tem grande importância para Glória, pois foi capaz de reunir 200 agricultores e com a ajuda de parceiros como o PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, através de seu crédito rural em prol da agricultura familiar, conseguimos re-fortalecer esta vocação do Município de Glória do Goitá. (Entrevistado 03 – Grupo Governo/Institucional)

Outro projeto também de destaque é o incentivo à agricultura orgânica, que, através de parceria com a SERTA, com certificadora italiana e junto aos governos Estadual e Municipal, fomenta a produção da agricultura familiar e certifica a mesma na qualidade de produto orgânico. Desta forma, inicia-se um rearranjo econômico, aproveitando-se um nicho extremamente atual e reaquentando-se a economia.

O setor da avicultura também vem se destacando como um importante negócio do Município, sinalizando desta forma como um grande potencial que pode ser dinamizado ainda mais, principalmente pela chegada da agroindústria da Sadia na região, o que vai aumentar ainda esse potencial, pois devem ser dirigidas políticas públicas capazes de favorecer essa potencialidade.

Outro fator que também se destacará com a chegada dessa agroindústria é a indústria dos condimentos, em que se pode destacar o plantio do urucum como um forte produto, devido a sua essencialidade em qualquer condimento, a predisposição do solo ao cultivo e principalmente ao seu valor agregado elevado, pois o preço chega hoje a R\$ 2,57 por quilo, enquanto que o preço da farinha resulta em menos de R\$ 0,50 por quilo, já beneficiada pelo produtor.

Vejo na produção e beneficiamento dos condimentos uma grande oportunidade, já que está prevista a chegada de cinco fábricas nos arredores da fábrica da Sadia. E se soubermos aproveitar essa oportunidade poderemos até sediar uma dessas fábricas devido a nossa proximidade... (Entrevistado, E01 – Grupo Municipal)

Ressalte-se que na análise do PIM, não ocorre a identificação destas oportunidades nem os investimentos necessários para sua exploração, pois o

surgimento desses novos processos conhecidos de criação de oportunidades de pequenos investimentos a partir de um investimento “estruturador” é posterior à elaboração do PIM. Cabe salientar a necessidade da revisão dos programas.

Ainda de acordo com a análise do PIM, Glória não apresenta nenhuma atividade industrial de grande porte. Podem-se encontrar atividades na produção de tijolos, telhas e lajotas, que, na realidade, giram em torno de pequenos estabelecimentos. Um setor que vem se destacando na industrialização é o beneficiamento de polpa de fruta, principalmente a de caju.

O caju surge como uma saída muito viável para nós, pois além de ser uma fruta que vem se dando bem, dela beneficiamos a polpa, tiramos a castanha e ainda aproveitamos o bagaço da polpa. E a máquina, ainda conseguimos financiar pelo Conselho de Desenvolvimento de Glória. (Entrevistado, E19 – Grupo Comunidade)

Em uma análise geral do PIM, se pode ter uma primeira impressão otimista, quanto aos desafios que o Município apresenta no cenário interno, de acordo com os seus pontos fracos ou das potencialidades e oportunidades de crescimento. Encontram-se como pontos fortes e positivos da região a presença de uma terra fértil e produtiva, água em quantidade e qualidade e um processo de educação ambiental que se inicia. Não se pode deixar de citar que se trata de uma região onde o conceito de desenvolvimento sustentável já não é mais uma novidade e de certa forma já foi inicializado.

Como mencionado anteriormente, Glória possui o primeiro Conselho de Desenvolvimento Municipal da ZM, o qual não só preza pelo desenvolvimento sustentável como também apóia todas as associações na busca de uma qualidade de vida melhor para os seus associados e de toda a região.

Em contrapartida, encontra-se um cenário de ameaça que parte de um ponto que inicia todo o processo de vulnerabilidade do processo de desenvolvimento sustentável que é a concentração da propriedade privada da terra, sem mencionar a carência da formação da mão-de-obra local que antes

apresentava índices mais alarmantes.

Em nossa análise o PIM de Glória apresenta um cenário positivo, constituído pelos eixos estratégicos que visam a uma agricultura familiar, a educação ambiental, a melhoria e o aumento da infra-estrutura básica e a continuação e fortalecimento de programas sociais nas práticas das políticas públicas.

De um modo geral o PIM de Glória retrata uma realidade do Município em uma leitura inicial, contudo já envolve um diagnóstico mesmo que primário e um planejamento estratégico inicial, com a participação popular e também com a atuação do PROMATA que visa a um desenvolvimento local permanente.

A partir do perfil traçado pelo PIM de Glória do Goitá e dos demais 42 Municípios, o Governo do Estado cria o programa denominado de PROMATA – Programa de Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco, financiado parcialmente por um contrato assinado em 2002, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, “cuja finalidade é a de apoiar o desenvolvimento sustentável da referida região, por meio da integração de um conjunto de ações do Governo do Estado nos âmbitos territoriais local e regional (PERNAMBUCO, 2006e).

No âmbito local, o PROMATA desenvolve ações objetivando o “fortalecimento da gestão das prefeituras e das organizações comunitárias locais, a promoção da participação da sociedade civil no processo de planejamento e melhoria da oferta e da qualidade de serviço básico”. (BARROS FILHO; BRAGA, 2008). No âmbito regional, por sua vez, “promove ações visando apoiar as diversificações econômicas e o manejo sustentável dos recursos naturais.” (BARROS FILHO; BRAGA, 2008).

Fica claro que a cooperação do PROMATA no fomento do desenvolvimento local sustentável de Glória vem se dando tanto no desenvolvimento de ações

pontuais, quando também no incremento de ações regionais, como se verá mais à frente sobre as diretrizes do PDP.

Para um aprofundamento maior do PROMATA neste Município e aproveitando a legislação, o PROMATA dá início ao Plano Diretor Participativo, que agora representa uma grande política de gestão e logo passa a ser o carro chefe do PROMATA no Projeto de Fortalecimento da Gestão Municipal.

Para o desenvolvimento do programa e conseqüente implantação, o PROMATA, a partir do PIM, e aproveitando as já criadas Regiões de Desenvolvimento – RD pelo Governo Estadual, cria duas regiões: Mata Norte e Mata Sul; e, em cada uma dessas regiões, são criados dois Territórios de Desenvolvimento – TD que têm por finalidade a regionalização a partir de um Município-pólo. Glória está inserida no TD 2 da Zona da Mata Norte que tem como Município-pólo Nazaré da Mata e que também inclui os Municípios de Lagoa de Itaenga, Glória do Goitá e Vicência.

No início dos trabalhos do PROMATA, usamos o método de a divisão da mesorregião em duas, e a partir delas criamos o território em desenvolvimento. Uma forma de dividir essa região em pólos e trabalhar esses pólos, já que procurou colocar nesses pólos Municípios circunvizinhos e que apresentavam perfis com alguma semelhança (Entrevistado E5 – Grupo Governo/Institucional).

O método desenvolvido pelo PROMATA para a elaboração do PDP foi dividir o processo em dois momentos. Em um primeiro momento, obtém-se o relatório “o Município que temos”, o qual apresenta uma leitura da realidade, constituindo dessa forma um embasamento de informações, a partir do levantamento mais detalhado do perfil do Município do que outros trabalhos realizados anteriormente sobre este aspecto, da aquisição e sistematização dos dados sócio-econômicos e ambientais necessários para a construção de um diagnóstico preciso e completo, diferentemente do diagnóstico realizado pelos fóruns, pois não tinham tal complexidade, principalmente porque, neste momento do PDP, ocorre o envolvimento de técnicos.

Na leitura técnica foram realizadas coletas baseadas em

- (i) planos, projetos e estudos existentes, como o Plano de Investimento Municipal;
- (ii) bases legais existentes, como a Lei Orgânica, a Lei de Perímetro Urbano e o Código de Obras;
- (iii) bases iconográficas e cartográficas disponíveis de cada Município.

A leitura por parte da equipe técnica tem a sua importância, contudo a leitura pela comunidade incorpora novos saberes, pois ocorre a incorporação da percepção das pessoas que atuam no Município. Com a comunidade, o PROMATA realizou basicamente oficinas de sensibilização e capacitação, que visavam o comprometimento do cidadão com o destino do Município e o envolvimento do governo municipal no diálogo com a comunidade. A participação da comunidade foi efetiva como nos relata o entrevistado:

...Participamos de três oficinas na elaboração do PDP, na qual discutimos as mudanças no Estatuto do Conselho de Desenvolvimento, outra em que relatamos a realidade do nosso dia a dia e a terceira, em que traçamos o Município que queremos... (Entrevistado E10 – Grupo Comunidade).

A participação nas oficinas foi muito válida. Conhecemos melhor a dificuldade de outras associações e pudemos trocar idéias, o que já nos ajudou muito. Lamento porque o PROMATA não foi à associação para conhecer nossas dificuldades, mas conhecemos o comitê gestor e desta forma, além de ficarmos sabendo o que o Município vai fazer, também demos idéias do que deve ser feito e por onde começar. (Entrevistado E20 – Grupo Comunidade)

Desta forma foi possível com a participação ativa da comunidade, melhor identificação do Município, ocorrendo desta forma um aprofundamento do seu perfil. Ficando claras as forças e fraquezas que atuam dentro do campo de ação do Município, e as oportunidades e ameaças que são fatores externos relacionados com o Município.

Identificou-se como ponto forte e oportunidade em Glória do Goitá o seu grande potencial hídrico, pois apresenta em sua geografia uma bacia hídrica muito

grande. Encontram-se rios, fontes de água em abundância, que poderiam ser utilizados em prol da população e da exploração turística. Contudo, Glória não apresenta nenhum sistema de abastecimento adequado. A água potável em Glória é para poucos. Mesmo com estes rios, falta a Glória um sistema de irrigação que favoreça a agricultura; ou seja, os recursos hídricos poderiam ser utilizados de melhor forma.

Outra fortaleza apresentada em Glória é o valioso patrimônio histórico cultural material e imaterial. Glória tem uma vocação para o turismo religioso muito grande e a valorização de patrimônios arquitetônicos como casarões e igrejas coloniais pode favorecer substancialmente o crescimento das atividades turísticas em qualquer gênero, acarretando o desenvolvimento econômico. Quanto aos bens imateriais, Glória possui uma riqueza nas danças folclóricas o que poderia funcionar como uma alavanca para o turismo.

... Glória possui um maracatu muito forte, que funciona como um pólo centralizador dessa mesorregião no carnaval. Concentra-se em Glória uma população dos arredores muito grande, contudo ainda não conseguimos apresentar uma infra-estrutura que atenda a essa população flutuante. (Entrevistado 01 – Grupo Municipal)

Outro fator positivo é a localização geográfica; a proximidade da BR 232 e a sua recente duplicação favorecem o Município no escoamento de produção e no seu acesso. Contudo, cidades localizadas na Zona da Mata Sul têm mais facilidades principalmente pela localização e acesso próximos ao porto de SUAPE. Contudo, para os Municípios da Zona da Mata Norte também se apresenta nova oportunidade com a instalação da fábrica da Sadia no Município circunvizinho. Cabe ressaltar que a chegada da fábrica da Sadia criou um cenário de oportunidades a partir de um projeto estruturador e este cenário tem uma dependência total do funcionamento do empreendimento que, no caso, ocorreu depois da elaboração do PDP.

... A instalação da fábrica da Sadia traz sem dúvida uma oportunidade muito boa não só para Glória como para todos os Municípios circunvizinhos... (Entrevistado E1 – Grupo Municipal)

Ressalte-se ainda, como outro fator positivo quanto à localização, a proximidade de Glória com Goiana, apesar de estarem na mesma divisão da Zona da Mata, mas em pólos opostos. Não se deve desprezar o pólo farmacocímico instalado em Goiana, que pode trazer impactos positivos em Glória.

Devido à capacitação de gestores e presidentes de associações pelo programa de Fortalecimento da Gestão Municipal em parceria com o PROMATA e o PRORURAL, já foram iniciados dois projetos de abastecimento em áreas rurais das associações pertencentes ao Conselho de Desenvolvimento. O sistema de eletrificação também não consegue abastecer toda a comunidade de Glória.

Após trabalho de identificação pelo PROMATA com as associações, ficou evidenciada a falta de água no processo de irrigação, visto que o grande projeto de irrigação de Glória não foi concluído e trazia muitos prejuízos à comunidade. Logo foi feita uma parceria entre associados e PRORURAL, costurada pelo PROMATA, e hoje temos em Glória já dois projetos de abastecimento concluídos, projetos de cisterna comunitária com recursos do PRORURAL, e mais um em andamento... (Entrevistado E5 – Grupo Governo/Institucional)

Este processo apresenta conseqüências sérias. A convergência do êxodo para os centros também gera o emprego informal e no caso de Glória ocorre a preocupação com a absorção desta fatia da comunidade, que passa pela absorção da mesma pela Prefeitura e pelos elevados números de empregos informais.

Identificar em Glória as fraquezas e ameaças foi fácil, pois Glória possui as fraquezas e ameaças pertencentes à região da Zona da Mata, onde temos um sistema infra-estrutura quase inexistente, com moradias irregulares e uso incorreto do solo, falta de praças e áreas verdes para o convívio. Com certeza essa será uma diretriz para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento... (Entrevistado E2 – Grupo Governo/institucional)

Outro ponto de ameaça encontrado em Glória do Goitá é a grande evasão escolar. Encontra-se um grande número de pessoas em idade escolar que não se encontra na escola. Depara-se até com um grande número de escolas, porém o número de crianças que estão regularmente na escola é muito baixo, o que

acarretará um aumento do número de pessoas desqualificadas para o emprego no futuro, travando o desenvolvimento desta região.

Após todo esse processo de identificação e capacitação, principalmente dos comitês gestores, que teve também, a participação efetiva do PROMATA no treinamento e na absorção dos conceitos de desenvolvimento permanente, este processo passa para a etapa do “Município que queremos”, em que se passou a trabalhar a construção de um cenário futuro desejado e já inserido no conceito de desenvolvimento sustentável.

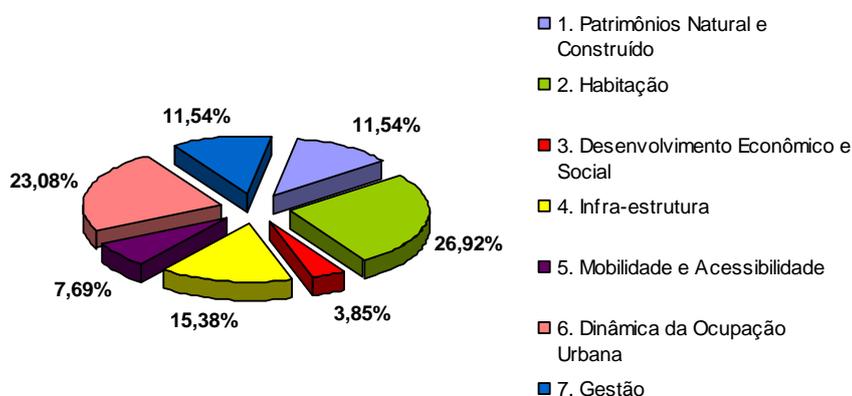
Para isso foram realizadas plenárias e audiências públicas para a elaboração, formulação e pactuação na elaboração coletiva do PDP.

Para a definição dos eixos temáticos orientadores dos trabalhos das oficinas “Desenvolvimento Econômico e Social” e “Desenvolvimento Urbano e Ambiental” houve a participação da comunidade, que apresentou e apontou dificuldades e soluções para seus problemas. Esses, na oficina sobre fraquezas, ameaças, forças e oportunidades na etapa anterior, “foram agrupados e hierarquizados a partir da construção de matrizes de relevância e de diagramas de influência–dependência” (BARROS FILHO; BRAGA, 2008).

O importante disso tudo é que, a partir desses resultados, foi possível a construção de cenários ou alternativas de futuro possíveis para a cidade analisada, com a finalidade de escolha de ações para manter ou alterar o desenho do quadro da cidade, levando em conta a situação inicial, as tendências e a situação desejada.

De acordo com as diretrizes do Estatuto da Cidade foram identificados os seguintes eixos temáticos: (i) Patrimônios Natural e Construído; (ii) Habitação; (iii) Desenvolvimento Econômico e Social; (iv) Infra-estrutura; (v) Mobilidade e Acessibilidade; (vi) Dinâmica da Ocupação Urbana; e (vii) Gestão. O gráfico a seguir evidencia a distribuição das ações de acordo com os eixos temáticos.

### GRÁFICO-SÍNTESE DOS EIXOS



Fonte: Plano Diretor Participativo de Glória do Goitá, 2006.

#### **Gráfico 6 – Percentagens das ações relacionadas com as Diretrizes do Estatuto da Cidade no Plano Diretor Participativo de Glória do Goitá.**

O importante da criação desses eixos foi a indicação de 26 ações pela comunidade para a melhoria da qualidade de vida e implantação do desenvolvimento sustentável. Serão comentadas as que estão mais ligadas ao desenvolvimento sustentável, inseridas e captadas pelo PROMATA. No que tange à diversificação econômica e à promoção do desenvolvimento permanente, podem ser enumeradas:

1. implantação do turismo na base econômica;
2. incentivo ao fortalecimento do pólo farmacoquímico;
3. incentivo à agricultura familiar;
4. reestruturação da indústria sucroalcooleira;
5. promoção da avicultura, aqüicultura e apicultura;
6. fortalecimento do Centro Experimental de Ensino;
7. fomento do pólo Produtores de Artesanato;
8. fortalecimento do Conselho de Desenvolvimento e das Associações.

A implantação do turismo vai trazer uma diversificação para a economia, visto que na área em estudo não existe nenhum projeto e sim idéias apenas, com

o apoio do PROMATA. Voltado à atividade turística, hoje, em Glória, só se encontram projetos isolados, nas festas de épocas, os quais atraem para a cidade a comunidade das cidades vizinhas. Como nos mostra o relato abaixo:

Nós temos um grande potencial para o turístico, estamos desenvolvendo projetos relacionados ao turismo, principalmente ligados ao turismo ecológico e ao turismo religioso, pois Glória tem um grande potencial para essa categoria de turismo. Dentre os projetos de turismo o que nós vemos também com grande força é o turismo relacionado às nossas danças folclóricas, que representariam duas frentes, o turismo propriamente dito e fortaleceríamos o nosso artesanato,... (Entrevistado E1 – Grupo Municipal)

... quanto ao turismo, até o momento, não vimos nenhum incentivo e não vemos nenhum projeto em favor do mesmo... (entrevistado 22 – Grupo Comunidade).

Ainda não foi iniciado nenhum projeto estruturador voltado ao turismo e nem tão pouco uma capacitação voltada para essa atividade.

O fortalecimento da agricultura familiar é a maior ação de impacto para o desenvolvimento permanente do Município e conta com a cooperação do SERTA e, agora, com acompanhamento e linhas de créditos do governo municipal e de outros órgãos federais para fortalecer este segmento, que hoje atua em duas frentes: o Corredor da Farinha e a agricultura orgânica.

O Corredor da Farinha visa a fomentar o segmento da agricultura familiar e a ordenar seus produtores em uma associação, de forma a, além de consolidar o segmento da farinha, criar um rearranjo econômico através da associação para que os produtores possam escoar a sua produção.

O Corredor da Farinha é um projeto que nos traz grande esperança, pois a produção da farinha passa por um grande problema que eram as pragas das quais não tivemos nenhum controle. Estávamos comprando farinha dos Municípios vizinhos para produzirmos nas nossas casas e com o apoio do SERTA e da Prefeitura, estamos agora produzindo nossa mandioca e fabricando nossa farinha, o que já era uma tradição de Glória. (Entrevistado E28 – Grupo Comunidade)

Outro segmento da agricultura familiar é a agricultura orgânica, em que se iniciou projeto para a criação, certificação e ordenamento da associação dos

produtores de agricultura orgânica da mesorregião de Glória do Goitá. Para isso também conta com a participação do PROMATA, SERTA, certificadora italiana de produtos orgânicos Conselho do Meio Ambiente Estadual e Governo Municipal. Esse consórcio visa a criar uma agricultura familiar baseada em produtos orgânicos, aproveitando-se o nicho econômico criado neste segmento, de forma a promover mais um atrativo rural e melhoria da qualidade de vida dessa comunidade.

É evidente que, após a implantação e funcionamento dos respectivos projetos, devem surgir outros, principalmente pela vocação para agricultura que apresenta Glória do Goitá. Nesse sentido, deve ser ressaltada a fruticultura que desponta nesta região, de acordo com o último censo e das estimativas do Conselho de Desenvolvimento, com base em projetos de seus associados.

**Tabela 9 – Comparativo Referente à Produção de Frutas de Glória do Goitá entre o Censo Agropecuário de 2006 e Estimativa do Conselho de Desenvolvimento de Glória do Goitá de 2009.**

COMPARATIVO CENSO AGRICOLA X ESTIMATIVA CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO				
FRUTA	VALOR DA PRODUÇÃO	ÁREA PLANTADA	PRODUÇÃO EM TONELADA	ANO
BANANA	601 mil reais	200 hectares	1.980 tonelada	2005
	900 mil reais	300 hectares	3.000 Toneladas	2009(ESTIMATIVA)
CÔCO BAHIA	1.186 mil reais	550 hectares	2.875 mil frutos	2005
	950 mil reais	400 hectares	2.300 mil frutos	2009(ESTIMATIVA)
MAMÃO	117 mil reais	19 hectares	228 tonelada	2005
	360 mil reais	60 hectares	700 toneladas	2009(ESTIMATIVA)
MARACUJÁ	41 mil reais	5 hectares	50 tonelada	2005
	98 mil reais	20 hectares	120 toneladas	2009(ESTIMATIVA)
ABACAXI	263 mil reais	25 hectares	750 mil frutos	2005
	390 mil reais	35 Hectares	1.100 mil frutos	2009(ESTIMATIVA)
CAJU	Não ocorreu produção significativa			2005
	63 mil reais	10 hectares	22 Toneladas	2009(ESTIMATIVA)
MELANCIA	Não ocorreu produção significativa			
	90 mil reais	5 hectares	110 toneladas	2009(ESTIMATIVA)
ACEROLA	Não ocorreu produção significativa			
	50 mil reais	5 hectares	50 Toneladas	2009(ESTIMATIVA)

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Censo Agropecuário de 2006 e nas estimativas do Conselho de Desenvolvimento de Glória do Goitá.

A análise da tabela 9 evidencia a vocação para uma agricultura voltada ao manejo das frutas, assim como existência do fomento de uma produção agrícola em maior escala, em substituição à cana de açúcar ou, até mesmo, a reativação da mesma, mas devem ser levados em conta os problemas oriundos do antigo manejo, cuidando-se da preservação da natureza para as presentes e futuras gerações. Deve-se, também, aplicar uma tecnologia neste processo para que ele se torne competitivo e possa atribuir dinamismo à economia local.

Ressalte-se que o grande diferencial na tabela 9 é a consolidação da fruticultura e o aparecimento de frutas que até então não eram tão comuns na região (caju, melancia e acerola), mas o seu manejo tem início principalmente pelo aparecimento de associações voltadas para tal. Destaca-se o caju, pois o mesmo apresentado em Glória é voltado para o beneficiamento da castanha, um dos principais produtos de exportação; contudo, após a sua instalação já se encontra uma pequena indústria de beneficiamento da polpa. As outras frutas são vendidas *in natura* e as pequenas beneficiadoras que existem não dão conta nem do mercado interno de polpas.

A apicultura e a aqüicultura também são atividades previstas para o seu fomento, mas encontram-se em Glória atividades pontuais, que não representam nenhum projeto e sim atividades isoladas.

Eu sou o único associado que trabalha com abelhas e produções do mel estão ligadas ao Conselho, mas o Conselho pouco pode fazer para me ajudar. Minhas necessidades são relacionadas à apicultura e a maioria dos associados está ligada à agricultura. E a prioridade das ações está ligada a necessidade da maioria. (Entrevistado E34 – Grupo Comunidade)

A avicultura também é um setor muito promissor. Glória já possui algumas agroindústrias voltadas ao setor de avicultura de médio e grande porte, não tendo nenhum incentivo nem tão pouco uma capacitação técnica voltada para o setor. Também não ocorre o incentivo para a criação de subsistência, o que ajudaria a comunidade com mais um arranjo econômico acarretando melhoria na qualidade

de vida, como nos mostra o relato abaixo.

Temos nossa agroindústria há muito tempo, nunca tivemos ajuda nenhuma da Prefeitura, não tivemos nenhum treinamento. Tudo que aprendemos foi com o dia-a-dia. Agora com a chegada da fábrica da Sadia, mudam um pouco nossos planos. Pois, antes, nossa agroindústria era voltada para ovos, agora com a ajuda da Sadia, no programa de arrendamento, o qual nos fornece o pinto, as vacinas, a comida e nos dá a capacitação da forma adequada da sua criação. Não só eu como muitos vão despertar para esse negócio. (Entrevistado 31 – Grupo Comunidade)

A associação está bem forte no setor agrário, quando chegamos ou partimos com algum projeto que mude esse cenário, gera certa dificuldade, pois a mesma vai partir para o desenvolvimento de um novo projeto. A avicultura ajudaria muito a comunidade, gerando uma nova renda e também acarretando uma melhoria alimentar para eles. Sem contar na melhoria da sua agricultura, pois o processo da galinha ajuda muito o solo e é altamente sustentável, funcionando como o adubo verde, projeto que o SERTA pretende desenvolver... (Entrevistado E4 – Municipal)

Quanto à aquicultura, apesar de Glória possuir um grande potencial em águas, não foi observado nenhum projeto já instalado e o pouco que se encontrou a esse respeito, era praticado de forma de subsistência, não tendo nenhum apoio nem capacitação para o seu desenvolvimento.

Outra ação também apontada pela população seria o fortalecimento da educação, uma melhor capacitação dos professores e melhoria das condições das escolas.

Cabe ainda ressaltar que o fortalecimento da educação para o PROMATA, passa por um projeto maior, que visa ao seu fortalecimento, passando pela educação de base e chegando ao fortalecimento do pólo de Nazaré da Mata, fortalecendo a Faculdade, criando extensões do *campus* e principalmente levando os conhecimentos acadêmicos para os Municípios.

O fortalecimento da educação também passa pela área de gestão de pessoas que, sem dúvida, é muito necessitada nesta região. Não se encontra nenhum projeto de qualificação para o mercado de trabalho. Dentre essas ações está a implantação do Plano Territorial de Qualificação – PLANTEQ, para promover

qualificação que poderá ser complementada pelo PROMATA a fim de gerar emprego e renda com sustentabilidade, explorando-se os potenciais já identificados da região. Em Glória já se constata uma procura por cursos na área de turismo, mas não se devem deixar de lado os cursos de gestão, que devem conter uma capacitação em associativismo e cooperativismo.

Ainda na área de gestão de pessoas, a área de agropecuária e agroindústria deve ser consolidada cada vez mais, pois este setor é a maior vocação local. Mencionem-se como necessidades: industrialização de frutas e hortaliças, administração rural, agricultura familiar, apicultura, aproveitamento de raspa de mandioca e capacitação em agroecologia, inseminação artificial em bovinos, piscicultura, tecnologia em laticínios, entre outros.

Outro segmento ressaltado foi o fortalecimento do artesanato de Glória do Goitá. Apesar de apresentar um artesanato e folclore consolidados e reconhecidos internamente, não se insere em nenhum projeto que os divulgue externamente. Possui uma associação que inicia um processo de fortalecimento e enlace com o turismo e com outros projetos para alavancar.

Somos da associação das mulheres artesãs, não temos muito apoio do Conselho e nossos trabalhos, apesar de serem reconhecidos pela comunidade, são muito pouco comerciais... (entrevistado E35 – Grupo Comunidade)

O grande objetivo dessa promoção é a garantia da competitividade do setor, partindo para ações que visem a organizar a produção, a melhoria da qualidade dos produtos e a inserção em novos mercados. A melhoria do artesanato trará um valor a mais ao turismo local. Para o PROMATA o fortalecimento do artesanato local não só agregará valor ao turismo, promovendo um novo arranjo econômico, mas também estará melhorando a auto-estima da população com a divulgação de seus costumes.

O fortalecimento das associações dos artesãos é o melhor caminho para consolidar não só o artesanato como também a sua produção. A capacitação para

a importância do artesanato para a comunidade assim como a sua multiplicação são fatores que ajudam na sua consolidação.

Deve ser mencionado ainda o fortalecimento das associações e do Conselho de Desenvolvimento de Glória. Para a comunidade, o desenvolvimento sustentável só acontecerá com a participação da mesma, e a atuação das associações e do Conselho se traduzem como a forma mais democrática e organizacional da participação popular.

A associação junto com o Conselho nos ajuda muito. Conseguimos desenvolver a agricultura graças à ajuda deles. A associação nos ajuda desde a aquisição da semente, na hora correta do plantio, no manejo, até na colheita e como vender a nossa produção,... (Entrevistado E18 – Grupo Comunidade)

Para o PROMATA, o fomento do associativismo e do cooperativismo é a base para a promoção do desenvolvimento sustentável. Logo o fortalecimento das associações é uma condição básica para o Programa.

Em suma, encontram-se os seguintes obstáculos, suas causas e inovações necessárias apresentados na tabela 10

**Tabela 10 – Glória do Goitá - Resumo dos obstáculos identificados, suas causas e inovações necessárias.**

Identificação dos obstáculos	Causas dos obstáculos	Inovações
Monocultura da cana-de-açúcar na Zona da Mata	Presença dos senhores de engenhos que praticam apenas o favorecimento próprio.	Diversificação produtiva e de atores, com a utilização transparente de recursos de políticas públicas.
Governo centralizador	Governo controlado pelo voto de cabresto, voltado ao favorecimento dos senhores de engenhos, para o seu fortalecimento.	Governo descentralizado
Monocultura	Plantio de uma única cultura na forma produtiva voltada para favorecimento de poucos.	Agricultura familiar
Economia paralisada	Poucos movimentos e voltados para o	Rearranjo econômico

	favorecimento de poucos.	
Latifúndio	Propriedade de terras nas mãos de poucos.	Associativismo

Fonte: Elaborado pelo autor.

## 10 CONCLUSÕES

O trabalho realizado confirmou a expectativa gerada pelo objeto de estudo traçado: “analisar os principais resultados obtidos pelo Projeto de Fortalecimento da Gestão Municipal do PROMATA no Município de Glória do Goitá, na Zona da Mata Norte de Pernambuco, enquanto suporte e facilitador da instalação de um processo de desenvolvimento sustentável, em um ambiente tradicionalmente ‘contaminado’ pelos ideais desenvolvimentistas tradicionais”.

O objetivo do PROMATA é o de realizar estudos, planejamento, operacionalização e avaliação, destinados à promoção de ações associadas à diversificação econômica, visando a fortalecer a gestão municipal, a promoção da participação da comunidade no processo de planejamento municipal, na promoção da melhoria dos serviços básicos e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida do cidadão, sem esquecer o meio ambiente, através do seu manejo sustentável e da sua conservação e preservação.

O objetivo principal desta pesquisa foi alcançado a partir de entrevistas com atores locais de diversos segmentos da sociedade e da apreciação dos seguintes documentos institucionais: Diagnóstico Participativo, Plano de Investimento Municipal, Plano Diretor Participativo, que constituem aspectos significativos de políticas públicas em prol do fortalecimento da gestão municipal e também de ações tais como: apoio à diversificação econômica, unida às demais ações de infra-estrutura, educação, saúde, organizações comunitárias e gestão ambiental.

As entrevistas representaram a escuta da comunidade e de representantes de entidades atuantes no município, especialmente dos setores públicos estadual e municipal, que muito colaboraram na identificação dos resultados obtidos pelo PROMATA na busca de instalação de desenvolvimento permanente.

Nesse estudo foi possível identificar que o governo municipal era, antes,

um governo centralizador, clientelista e voltado ao personalismo, ou melhor, era um governo voltado ao favorecimento de poucos e que, na realidade, esse governo era fruto de uma sociedade gerada pela monocultura da cana de açúcar, que ficou marcada pelos senhores de engenho, e esse governo, nesta pesquisa, é logo identificado como um obstáculo ao desenvolvimento permanente. Esse tempo político e histórico passa a formar a base de entendimento de uma região e, particularmente, de Glória do Goitá, que, após vários investimentos e esquecimento dessa mesorregião, inicia o século XXI ainda com sérias dificuldades de desenvolvimento: apresentando uma economia paralisada, altos índices de pobreza, quase nenhum serviço básico voltado à população, problemas na saúde e principalmente grande descaso com o meio ambiente, causados principalmente pela atividade canavieira. Também se identificou na monocultura da cana-de-açúcar outro obstáculo ao desenvolvimento, ou seja, a monocultura atua na contramão, pois atua contra o meio ambiente.

Por outro lado, o Município apresenta um potencial enorme de desenvolvimento através de uma agricultura familiar e produtiva e atividades não agrárias, em que se destaca, com grande potencial, o turismo.

A identificação de obstáculos para o desenvolvimento sustentável também fez parte dos objetivos específicos desta investigação, em que se destacou, historicamente, a não participação da comunidade no governo local, e, na visão do desenvolvimento permanente, governo e comunidade são atores essenciais para o alcance do objetivo.

Então, a participação da comunidade se torna essencial para o processo. Logo surge a necessidade da análise de formas atuais de governo e comunidade, em que por meio da reflexão sobre o poder local, foi necessária a consideração de novos modelos democráticos de exercício e legitimação do poder público. Foi feita uma revisão dessa reflexão e constata-se que é necessária a reinvenção do Poder Local, o qual deve ser analisado a partir das modernas doutrinas democráticas e

participação intensa da comunidade nas decisões. Foi possível identificar a característica básica deste novo modelo que é a descentralização, que substitui o antigo padrão de governo centralizador.

Outro obstáculo identificado por esta pesquisa foi a economia paralisada nesta mesorregião, devido ao processo depressivo que se encontra esta localidade, em razão do declínio da produção da cana-de-açúcar. Assim, torna-se necessário movimentar a economia de acordo com a potencialidade local, de forma a promover o rearranjo econômico desta região, tornando-a ativa e capaz de atrair novos investimentos.

Por outro lado, também se identificaram obstáculos no nível da instituição Governo. O principal foi a quantidade de Municípios que o programa atende. Apesar de o programa ser voltado para uma região, a grande quantidade de Municípios atendidos pelo mesmo corpo técnico leva a perdas quanto à identificação do perfil, escuta da comunidade e oficinas, que poderiam ser mais amadurecidas e aprofundadas, de forma que suas ações visassem a um atendimento mais local e fosse acelerado cada vez mais o processo. Cabe ainda ressaltar que essa quantidade de Municípios coberta pelo Programa também atua como um elemento facilitador, gerando mais experiências e o favorecimento do associativismo, de modo a facilitar a captação de recursos.

Outro fator também encontrado, ou talvez uma conseqüência do anterior ainda neste segmento, foi a padronização das propostas e ações do PROMATA, que deveriam ser objeto de um maior aprofundamento para que correspondessem às efetivas necessidades da comunidade.

Também por parte da comunidade encontraram-se obstáculos. O que mais se destacou foi a descrença no processo, devido às várias tentativas sem êxito. A solução para esse obstáculo é a criação de mais oficinas que tragam uma maior integração entre os diversos atores da comunidade para que eles possam ter um

maior engajamento no processo.

O objetivo específico foi alcançado parcialmente, devido à falta de resultados efetivos, pois foi curto o espaço de tempo entre o processo de promoção do desenvolvimento local sustentável, através do PROMATA e os seus resultados. Contudo, deve ser ressaltada a conexão existente entre as estratégias do PROMATA e as políticas públicas em favorecimento da comunidade. Este passa a ser um fator introdutor ao processo de melhoria do Município, gerando muitas expectativas quanto ao desenvolvimento local e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A importância da participação popular parte da identificação e da priorização dos projetos e atividades, que serão realizados por intermédio da instalação de um processo de planejamento participativo comunitário, envolvendo desde as autoridades municipais aos representantes da sociedade civil, de modo a refletir, no contexto de uma visão de planejamento regional, as prioridades e perspectivas dos diferentes agentes e atores envolvidos no processo. Este processo, como foi visto anteriormente, foi iniciado com a confecção do Plano Diretor Participativo e a sua continuidade deve ser mantida.

Considerando-se esse cenário, o PROMATA, aplicado ao Município de Glória do Goitá, apresenta algumas fragilidades quanto à coerência e integração das ações, principalmente as que se relacionam com a gestão ambiental e com a economia, especialmente a geração de empregos, o que sinaliza a necessidade de uma avaliação, seguida de um plano de intervenção, que redirecione a atuação do programa de desenvolvimento que garanta a sustentabilidade local.

No tocante à integração dos programas e políticas públicas para o fortalecimento do PROMATA, ressalte-se que, apesar do processo participativo na elaboração do diagnóstico do Município, da elaboração, também participativa, do PIM, da confecção que também foi participativa do PDP e dos resultados das

ações iniciais de atuação do PROMATA, constatou-se um tempo muito grande para que a integração acontecesse, o que denuncia uma deficiência na operacionalização dos programas.

Deve ocorrer um alinhamento entre projetos e ações e não um desencontro, como o ocorrido no projeto "Sementes para Todos", que o Conselho de Desenvolvimento desenvolveu antes do processo de treinamento da mão de obra e especialização da mesma, quanto às sementes oferecidas por ele. Outro desencontro ocorrido foi entre as ações geradas pelas políticas públicas de educação, no projeto de erradicação do analfabetismo e aumento da escolarização, desconectadas das políticas sociais de qualificação profissional, mesmo com a presença de arranjos na criação de cooperativas e associações para serem receptoras da mão-de-obra, em formação, como também da perspectiva de geração de emprego para a sociedade local.

Numa avaliação desse programa, pode-se afirmar que ele contou com adequado modelo de gestão, com critérios participativos e menos centralizadores e com a retomada da participação e da mobilização da comunidade, num momento político favoravelmente democrático. Por outro lado, o Programa baseou-se em políticas públicas de diversificação econômica, com o auxílio de rearranjos econômicos e da economia solidária, além da melhoria dos serviços básicos e da instalação da gestão ambiental.

Essas constatações acabam por reforçar que as políticas públicas de fortalecimento da gestão municipal dependem amplamente de um sistema com condições político-institucionais focadas na instalação de um sistema de diversificação econômica, mais sensível às novas demandas, de forma a não ferir a vocação local e nem tão pouco se esquecer da conservação e da proteção do meio ambiente.

Portanto esta pesquisa aponta para os desafios que sinalizam novos

horizontes a serem tratados, incluindo o aprimoramento do processo de desenvolvimento permanente, envolvendo a consolidação das entidades, a criação de novas ações que atendam as prioridades da comunidade. Nesta perspectiva os governos estaduais e municipais, devem mirar nas políticas públicas que priorizem o fortalecimento de um processo que inclua a consolidação e a diversificação econômica, acompanhando e avaliando sua operacionalização e seus resultados, através de indicadores da taxa de crescimento econômico, que retroalimentem as melhorias, a eficiência e a consolidação de experiências inovadoras.

Para viabilizar esses resultados se faz necessário que o PROMATA não perca de vista o alvo de desenvolvimento com perspectiva de sustentabilidade, com o fim de perseguir um novo modelo de participação comunitária nas resoluções de desenvolvimento, com a divisão de responsabilidades e a vontade de mudança por parte dos atores locais.

Para isso, o contexto mostra-se bastante favorável, mas o PROMATA terá que mobilizar sua base financeira de recursos, junto com as políticas públicas sociais (nos mais diversos programas), articuladas com as medidas de iniciativas comunitárias e empresariais, já eficazmente existentes na Zona da Mata, para reunir condições de promover transformações de natureza duradoura.

As necessidades globais de combustíveis, influenciadoras das metas negociadas no Protocolo de Kioto, e somente agora encaradas efetivamente pelas grandes potências, quanto à busca de matrizes energéticas renováveis, que venham a diminuir os altos índices de poluição que assola o planeta, colocam novamente o Brasil, por ser o maior produtor mundial deste insumo, num patamar de destaque. Contudo, neste momento não devem ser esquecidos os erros do passado e, agora, devem ser levados em consideração a necessidade de eliminar a precarização do trabalho, submetido a condições desumanas, e a conservação e a proteção ambiental. Com o crescimento do interesse no álcool (etanol) como biocombustível limpo para motores, estima-se que a produção deste produto deva

umentar mais 25% nos próximos cinco anos. Essa perspectiva deve ser considerada pelos gestores da região e do Município em face da experiência secular com a produção de cana-de-açúcar e com os danos provocados por ela. Ou seja, a tendência observada nessa área dos combustíveis é um alerta quanto à sua insustentabilidade.

Foram constatados alguns problemas que, se corrigidos a tempo, podem proporcionar um desfecho diferente do que o delineado. Serão elencados os mesmos, a seguir:

- os projetos não sendo desenvolvidos nos prazos determinados nos seus cronogramas, pela morosidade das ações, podendo com isso inviabilizar todo o projeto, cujo final era previsto para o ano de 2009. Os gestores do PROMATA já estão cientes deste fato e acenam com uma reestruturação lógica do projeto. A Prefeitura também já acena para uma revisão e reestruturação das suas ações;
- a falta de garantia de continuidade das ações que forem implantadas pelo Programa sinaliza que o mesmo pode não atender as expectativas inicialmente projetadas, que referendavam o desenvolvimento sustentável, caminhando para serem somente aproveitadas as ações que obtiverem resultados imediatos, podendo reduzir o PROMATA a apenas mais um programa com propostas arrojadas, que sucumbiu às variáveis externas não controladas, embora, em sua maioria, previstas;
- a expectativa criada na população quanto aos efeitos anunciados e esperados, a serem produzidos pelas ações do PROMATA, com a constatação do não alcance dos mesmos, tende a gerar perda de credibilidade e resistência que podem se mostrar como fortes agentes contrários ao desenvolvimento;
- o Desenvolvimento Sustentável é um processo, e como tal é uma ação contínua. É uma atividade. O Programa promoveu mudanças comportamentais no âmbito da gestão municipal que ainda carecem de

uma melhor avaliação – sobretudo considerando o fato de que tal avaliação é basicamente qualitativa. Ainda é cedo para se avaliar o impacto do Programa na região, especialmente porque ele foi prorrogado até junho de 2009.

Conclui-se que o PROMATA apresenta uma perspectiva de sustentabilidade e que a participação das comunidades envolvidas na elaboração do programa local é um dos aspectos destacados na análise. Contudo ainda se observa que a comunidade local ainda não compreendeu a importância do seu papel, neste cenário. E esse descaso ainda encontrado em parte da comunidade se dá pelo pouco conhecimento de desenvolvimento sustentável.

Contudo não se encontra um quadro que sugira o desenvolvimento sustentável, e sim características de um sistema baseado na monocultura e no favorecimento de poucos. Somado a isso se encontra uma comunidade que inicia um processo de descrença do PROMATA devido à proximidade do prazo de conclusão de determinados projetos, a partir dos quais foram criadas determinadas expectativas e para os quais a comunidade ainda não encontra uma resposta satisfatória.

Arrematam-se assim essas considerações finais com a sugestão de que novos estudos acadêmicos e independentes devam ser realizados para avaliar o PROMATA, de forma a contribuir para o aperfeiçoamento do programa.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel C. de. **Área do Sistema Canavieiro**. Série Estudos Regionais nº 18. Recife: SUDENE, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2000.

BARROS FILHO, Mauro; BRAGA, Maria do Carmo. Experiências na Elaboração de Planos Diretores Participativos na Mesorregião da Mata Pernambucana. Recife: **HUM@NAE**, v.1, n. 1, p. 34-53, abr. 2008. Disponível em <[http://www.esuda.com.br/revista/final/abril\\_2008.html](http://www.esuda.com.br/revista/final/abril_2008.html)>. Acesso em: 06 mai. 2009.

BIELSA, Rafael. **Derecho Administrativo y Legislación Administrativa**. Buenos Aires: J. Lajouane & Cia, 1921. Tomo I.

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Distrito Federal: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano Diretor Participativo**: guia para a elaboração pelos Municípios e cidadãos. ROLNIK, R.; PINHEIRO, O. M. (Coords.). Brasília: Confea, 2004.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local e sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUARQUE, Sergio; KATTER, Gabriel Tenório. **Orçamento Participativo e Gestão a Nível Estadual**; a experiência recente de Pernambuco. Recife: SEPLANDES / FIDEM, 2000.

CAVALCANTI, Clovis et al. **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Trabalhos para Discussão, nº 135/2002.

COLUSSI, Eliane Lúcia. **Estado Novo e Municipalismo Gaúcho**. Passo Fundo: Ediupf, 1996.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 429p.

CONDEPE, **Pernambuco 2010 – Estratégia de Desenvolvimento Sustentável**: Uma Proposta para Negociação. Recife: Instituto de Planejamento de Pernambuco, 1996.

\_\_\_\_\_. **Mesorregião da Mata Pernambucana; microrregião da Mata Setentrional, da Mata Meridional e de Vitória de Santo Antão.** Recife: CONDEPE, 2000. 120p.

CONDEPE-FIDEM – Agência de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. **Glória do Goitá.** Disponível em [http://www.portais.pe.gov.br/c/portal/layout?p\\_l\\_id=PUB.1557.57](http://www.portais.pe.gov.br/c/portal/layout?p_l_id=PUB.1557.57). Acesso em 01 de julho de 2009.

COSTA, Marcos Roberto N. **Manual para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos:** monografias e teses. Recife: INSAF, 2003.

CURTY, Marlene G.; CRUZ, Anamaria da C.; MENDES, Maria Tereza R. **Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses.** (NBR 14724/2002). Maringá: Dental Press, 2002.

ESTADO DE PERNAMBUCO. **Agenda 21 do Estado de Pernambuco.** Recife: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, 2002.

\_\_\_\_\_. **Estratégia de desenvolvimento local;** Governo nos Municípios. Recife: 2004.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor Participativo:** Pernambuco. Recife: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. CONDEPE/FIDEM, 2005.

**Estatuto da Cidade:** guia para implementação pelos Municípios e cidadãos. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

FISCHER, Tânia. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais:** marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002, IBGE.

FRANÇA, G.C. de e DZIMIRA, S. Economia Solidária e Dádiva. **Organizações e Sociedade,** Salvador, v. 6, n. 14, 1999.

GALINDO, Osmil; FERREIRA IRMÃO, José, Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para a Zona da Mata de Pernambuco no início do Século XXI *In:* FERREIRA IRMÃO, José [Org.]. **Desenvolvimento Sustentável: agricultura e meio ambiente.** Recife. Ed. dos Autores, 2006.

FROOMAN, J. Stakeholder influence strategies. **Academy of Management Review,** vol. 24, nº 2, April 1999.

GODET. Michael. **Creating futures:** scenario planning as a strategic management tool. London: Económica, 2001.

GODOY, Arilda. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v. 35, n. 2, 1995, p.57-

63.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**, 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bases cartográficas dos Municípios brasileiros em 2005**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/servidor\\_arquivos\\_geo](http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_geo)>. Acesso em: 11 de dezembro de 2006.

IPEA, **Projeto Áridas – Nordeste uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, 1995.

JARA, Carlos Julio. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2001.

KIDDER, L. H. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 2ª ed. Editora Pedagógica e Universitária Ltda. 1987.

LAVILLE, Christian & DIONNE, Jean. **A construção do saber**; manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, Ruy Cirne. **Princípios de Direito Administrativo**. Porto Alegre: Sulina, 1964.

MARQUES, E. A. T. et al. **Impactos ambientais provocados pela agroindústria açucareira em Pernambuco**. Disponível em [http://www.copyleftpearson.com.br/Artigo\\_Detalhe.aspx?id=222](http://www.copyleftpearson.com.br/Artigo_Detalhe.aspx?id=222). Acesso em agosto de 2009.

MEADOWS D.H., RANDERS, J., **Beyond the Limits; Global Collapse or Sustainable Future**, Earth Scan Publications Limited. London, 1992.

MELO NETO, Francisco Paulo de e FROES, César. **Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial: a administração do Terceiro Setor**. Rio de Janeiro: Ed. Qualitymark, 1999.

MELO NETO, Francisco Paulo de. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson (Org.). **Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental nas Cidades**: Estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MOURA, Suzana. **A GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTRATÉGIAS E POSSIBILIDADES DE FINANCIAMENTO**. Porto Alegre, 2004. Disponível em

<http://nutep.ea.ufrgs.br/pesquisas/DesenANPAD.html>. Acesso em 6 de maio de 2009.

NOBLAT NETO, Eurico de Araújo. **Desenvolvimento Sustentável: Estudos das Perspectivas das Políticas Públicas de Emprego nas Estratégias do Programa de Desenvolvimento da Zona da Mata (PROMATA) no Município de Paudalho em Pernambuco**. 176 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação de Administração e Desenvolvimento Rural do Departamento de Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, UFRPE, 2005.

PARRA FILHO, Domingos e SANTOS, João A. **Apresentação de Trabalhos Científicos**: monografias, TCC, teses e dissertações. 3ª. Edição. São Paulo: Futura, 2000.

Governo do Estado de Pernambuco – Secretaria das Cidades. **Plano Regional de Inclusão Social – Governo nos Municípios**. 2007.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano. Aprofundar a democracia num mundo fragmentado**. Queluz/PT: Mensagem – Serviço de Recursos Editoriais Ltda., 2002. Disponível em: < <http://www.undp.org.br> >. Acessado em: janeiro de 2008.

Prefeitura da Cidade do Recife. **Orçamento Participativo: O Povo decide e a Prefeitura Faz**. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/pr/secorcamento/index.php>> Acesso em: 24 de outubro de 2008.

Prefeitura Municipal de Glória do Goitá; PROMATA. Plano de Investimento Municipal – PIM. 2003.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável a Zona da Mata de Pernambuco – **PROMATA. Guia para a elaboração dos Planos Diretores Participativos**. Versão Preliminar. Recife: PROMATA, 1995. Disponível em: <[www.promata.pe.gov.br](http://www.promata.pe.gov.br)>. Acesso em: 11 de dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor Participativo do Município de Escada**. PROMATA, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor Participativo do Município de Gameleira**, PROMATA, 2006b.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor Participativo do Município de Glória do Goitá**. PROMATA, 2006c.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor Participativo do Município de Nazaré da Mata**. PROMATA, 2006d.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor Participativo do Município de Amaraji.** PROMATA, 2006e.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor Participativo do Município de Ribeirão.** PROMATA, 2006f.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social;** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2007.

ROESCH, Sylvia M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em Administração:** Guia para pesquisas, projetos, estágios, trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Ed. Atlas, 1996.

SANTIN, Janaína. **O Tratamento Histórico do Poder Local no Brasil e a Gestão Democrática Municipal.** Disponível em [http://www.sociologia.ufsc.br/npms/janaina\\_rigo\\_santin.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/janaina_rigo_santin.pdf). Acesso em 14 de agosto de 2007.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG). **Datas de entrega dos projetos de lei, das conferências da cidade e da aprovação na Câmara Municipal dos PDP dos Municípios do grupo 3.** Recife: PROMATA, 2007.

SERTA Serviço de Tecnologia Alternativa, 2008 **Estatuto da Entidade.** Disponível em <http://www.serta.org.br>. Acesso em 20 de novembro de 2008.

SICSU, Abraham B. **Inovação e Região.** Coleção NEAL nº 1. Recife: UNICAP, 2000.

SICSU, Abraham; SILVA, Keyla. **Desenvolvimento Rural na Zona da Mata Canavieira do Nordeste Brasileiro:** Uma Visão Recente. Seminário Interno Dilemas e Perspectiva para o Desenvolvimento Regional com ênfase na Agricultura e Rural no Brasil na Primeira Década do Século XXI. Santiago, Chile 11 a 13 de dezembro de 2001.

SINGER, Paul. **A Economia Solidária no Brasil;** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SOARES, André L. J. **Conceitos Básicos sobre Permacultura.** Disponível em [www.permear.org.br/pastas/documentos/.../Conceitos\\_basicos.doc](http://www.permear.org.br/pastas/documentos/.../Conceitos_basicos.doc). Acesso em junho de 2009.

SOUZA, A.; CUNHA, G.; DAKUZAKU, R. **Uma outra economia é possível – Paul Singer e a economia solidária.** Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2003.

SUDENE; SEBRAE. **Programa de Ação para o Desenvolvimento da Zona da Mata do Nordeste.** Versão Executiva, Recife, set. 2000.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa qualitativa em educação.** 1ed. São Paulo: Atlas, 1995.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

## APÊNDICE – Roteiro das entrevistas

### ESTRUTURA DA ENTREVISTA

Roteiro de entrevista guiada – fase inicial (baseado em RICHARDSON, 2007, p. 160)

**I. ENTREVISTADOR:** Jorge André Correia de Melo – mestrando em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável, pela FCAP/UPE

### II. INTRODUÇÃO DA ENTREVISTA

- Explicar o objetivo e a natureza da pesquisa, dizendo ao entrevistado como ele foi escolhido;
- solicitar autorização para o uso do conteúdo da entrevista exclusivamente para a dissertação de mestrado;
- solicitar autorização para gravar a entrevista, explicando o motivo da gravação;
- explicar o modo como deverá ocorrer a entrevista, estimulando o entrevistado a interromper, pedir esclarecimentos e criticar o tipo de pergunta, sempre que necessário.

### III. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

- a. Nome do entrevistado
- b. Data da entrevista
- c. Formação profissional (breve *curriculum*)
- d. Vínculo com a organização, tempo de vínculo com a organização.

### IV. ATITUDES DO ENTREVISTADOR, DURANTE A ENTREVISTA (RICHARDSON, 2007, P.171)

1. Criar com o entrevistado ambiente de amizade, identificação e cordialidade;
2. ajudar o entrevistado a adquirir confiança;
3. permitir ao entrevistado concluir seu relato e ajudar a completá-lo;
4. procurar formular perguntas e frases compreensivas; evitar formulações de caráter pessoal ou privado;
5. atuar com espontaneidade e franqueza, sem rodeios;
6. escutar o entrevistado com tranquilidade e compreensão, embora desenvolvendo uma crítica interna inteligente;

7. evitar a atitude de protagonista e o autoritarismo;
8. não dar conselhos, nem fazer considerações moralistas;
9. não discutir com o entrevistado;
10. não prestar atenção apenas ao que o entrevistado deseja esclarecer, mas também ao que não deseja ou não pode manifestar, sem a ajuda do entrevistador;
11. evitar toda discussão relacionada com as conseqüências das respostas;
12. não apressar o entrevistado, dar o tempo necessário para que conclua o relato e considerar seus questionamentos.

## **V. TÉRMINO**

- Agradecer a colaboração na pesquisa;
- perguntar sobre a possibilidade de novos contatos, no caso de precisar de mais alguma informação ou esclarecer alguma coisa.

### ROTEIROS PARA FORMULAÇÃO DAS PERGUNTAS:

#### . GRUPO 1 – Alta direção

Entrevistados: Prefeito de Glória do Goitá, Secretário de Planejamento de Glória do Goitá, Gerente de Projetos Sociais.

#### Formulário 1

1. Qual o diagnóstico da Prefeitura em 2005 e quais as principais dificuldades apresentadas?
2. Quais ações a Prefeitura realizou em 2005 – 2007, para o desenvolvimento em Glória do Goitá?
3. Qual a influência do PROMATA na gestão administrativa do governo municipal?
4. Quais as ações ou oficinas que o PROMATA desenvolveu a fim de ajudar na elaboração do PIM?
5. Quais as ações que o PROMATA financiou ou financia a fim de promover o fortalecimento da Gestão Municipal

## Formulário 2

PROMATA / Glória do Goitá

(Comitê Gestor implantado pela Prefeitura de Glória do Goitá)

1. Quais as ações que estão sendo priorizadas no processo de desenvolvimento em Glória do Goitá?
2. Quais as dificuldades e facilitadores encontrados no Município para o processo de Desenvolvimento Local Sustentável?
3. Qual a concepção do PROMATA com relação ao fortalecimento da Gestão Municipal no Desenvolvimento Local Sustentável?
4. Quais as ligações das Políticas Públicas com as ações do Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal no PROMATA?
5. Qual avaliação você faz sobre o alcance do desenvolvimento Sustentável em Glória do Goitá após a intervenção do PROMATA?

## Formulário 3

Secretária de Desenvolvimento do Município de Glória do Goitá.

1. Quais as ações desta Secretaria voltadas para o desenvolvimento de Glória do Goitá?
2. Existem articulações entre as ações desta Secretaria e o PROMATA?
3. As ações do PROMATA voltadas ao desenvolvimento de Glória do Goitá atendem as necessidades locais?

## Formulário 4

PROMATA / RECIFE

1. Quando o PROMATA começou no Município de Glória do Goitá? Qual foi a sua ação inicial?

2. Quais as diretrizes econômicas adotadas pelo PROMATA a fim de obter o Desenvolvimento Sustentável e por quê?
3. Quais as principais ações que são priorizadas no PROMATA em prol do Desenvolvimento Sustentável?
4. Em que consiste o programa de Fortalecimento da Gestão Municipal e em que o mesmo indica no Desenvolvimento Sustentável?
5. Quais as interligações entre políticas públicas e o Programa de Fortalecimento da Gestão?
6. Qual avaliação você faz sobre o alcance do Desenvolvimento Sustentável após a intervenção do PROMATA?

#### Formulário 5

#### Associações:

1. Qual a efetiva participação desta associação no Plano Diretor desta cidade?
2. Qual a expectativa da introdução de mudanças, quanto às condições de vida das pessoas no Município?
3. A que se propõe esta associação?
4. De quais eventos esta associação participou junto ao PROMATA / PREFEITURA em prol do Desenvolvimento de Glória do Goitá?
5. Você já observou alguma mudança que leve ao desenvolvimento da população de Glória após o fomento do PROMATA / PREFEITURA?

**ANEXO - Convite para a assembléia do Conselho de  
Desenvolvimento Municipal**



**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL  
GLÓRIA DO GOITÁ-PE**

**CONVITE**

Convidamos V. S<sup>a</sup> para participar da Assembléia Ordinária, que será realizada na próxima quarta-feira, dia 09 de janeiro de 2008, às 8 horas na Câmara Municipal de Vereadores.

Na oportunidade iremos participar da **II OFICINA DE FORTALECIMENTO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**, juntamente com o Prorural.

**Participe dessa Mudança**

**Luiza Maria da Silva Nery  
Coordenadora**

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)